

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

TATIANE KARINE MATOS DA SILVA

**MEMÓRIAS ACERCA DAS TENSÕES EM SANTA HELENA-PR:
LIMITES E POSSIBILIDADES ENTRE A PERMANÊNCIA
E SAÍDA DO CAMPO**

Marechal Cândido Rondon

2024

TATIANE KARINE MATOS DA SILVA

**MEMÓRIAS ACERCA DAS TENSÕES EM SANTA HELENA-PR:
LIMITES E POSSIBILIDADES ENTRE A PERMANÊNCIA
E SAÍDA DO CAMPO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sheille Soares de Freitas
Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Marechal Cândido Rondon

2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

SILVA, Tatiane Karine Matos da
Memórias acerca das tensões em Santa Helena-PR: limites e possibilidades entre a permanência e saída do campo / Tatiane Karine Matos da SILVA; orientadora Sheille Soares de Freitas. -- Marechal Cândido Rondon, 2024.
100 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Santa Helena-PR. 2. Tensões no campo. 3. Relações Campo e Cidade. 4. Oeste do Paraná. I. Freitas, Sheille Soares de, orient. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Reitoria

CNPJ 78.680.337/0001-84

Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário

Tel.: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3225-4590 - www.unioeste.br

CEP: 85819-110 - Cx. P.: 701

Cascavel - PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

DECLARAÇÃO

Declaramos que os Professores Doutores: **Paulo Cesar Inácio, Cláercio Ivan Schneider, Sheille Soares de Freitas, Carlos Meneses de Sousa Santos, Milton Stanczyk Filho**, participaram em 30/10/2023 às 14h00min, como membros titulares da Banca Examinadora da Tese do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, do(a) aluno(a) Tatiane Karine Matos da Silva, intitulada "Memórias acerca das tensões em Santa Helen-PR: Limites e possibilidades entre a permanência e saída do campo", na Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE.

Marechal Cândido Rondon, 30 de outubro de 2023

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE DOUTORADO PARA
BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente Tatiane Karine Matos da Silva, declaro que realizei a minha DEFESA DE DOUTORADO à distância, de forma síncrona e por videoconferência do trabalho intitulado: Memórias acerca das tensões em Santa Helena-PR: limites e possibilidade entre a permanência e saída do campo, para banca examinadora realizada na data de 30 de outubro de 2023.

Atenciosamente,

Tatiane Karine Matos da Silva

Tatiane Karine Matos da Silva
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA


**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA
QUALIFICAÇÃO DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr^a. Sheille Soares de Freitas, declaro, como **ORIENTADORA**, que presidi os trabalhos à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Doutorado do(a) candidato(a) Tatiane Karine Matos da Silva deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientadora**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o(a) candidato(a) foi considerado(a): APROVADO(A) na banca realizada na data de 30 de outubro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

 Documento assinado digitalmente
SHEILLE SOARES DE FREITAS
Data: 14/11/2023 05:58:45-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Sheille Soares de Freitas
Programa de Pós-Graduação em História
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do
Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

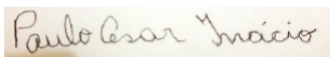
DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Paulo Cesar Inácio Prof.(a) Dr.(a), com vínculo com a Universidade Federal de Catalão, Instituto de História e Ciências Sociais, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) Tatiane Karine Matos da Silva, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) aprovada, na banca realizada na data de 30 de outubro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



Paulo Cesar Inácio

UFCat

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

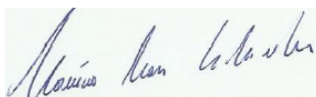
DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE
DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Cláércio Ivan Schneider**, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) Tatiane Karine Matos da Silva, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, formalizo como membro interno, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADA, na banca realizada na data de 30 de outubro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



Cláércio Ivan Schneider
PPGH/UNIOESTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

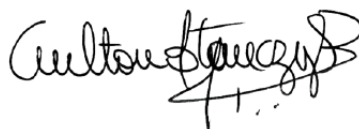
DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. Milton Stanczyk Filho, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por **videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História da candidata Tatiane Karine Matos da Silva, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada APROVADA, na banca realizada na data de 30 de outubro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



Milton Stanczyk Filho
PPGH/UNIOESTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

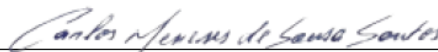
DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. Carlos Meneses de Sousa Santos, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência da banca de defesa de doutorado em História da candidata Tatiane Karine Matos da Silva, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, formalizo como membro externo, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada APROVADA, na banca realizada na data de 30 de outubro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



Carlos Meneses de Sousa Santos

SUMÁRIO

RESUMO	12
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
Capítulo I – SANTA HELENA E AS TENSÕES NO CAMPO	38
Capítulo II – A SAÍDA E PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL: O FAZER-SE ENTRE O CAMPO E A CIDADE	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
FONTES	95
REFERÊNCIAS	97

RESUMO

Esta tese tem como objetivo pensar as tensões pela terra no Oeste do Paraná, evidenciando os desdobramentos da experiência de determinados trabalhadores, posseiros e pequenos proprietários de terra em Santa Helena-PR, particularmente entre a década de 1960 e início do século XXI, que tiveram sua permanência no campo questionada e problematizada em correlações de força desiguais – seja por meio de expropriações forçadas seja pelas novas estratégias de financiamento, produção e ocupação no campo, uma vez que essa proposição não se interessa por assimilar/preservar certa presença de sujeitos e modos de viver no meio rural. A intenção desta tese foi discutir como esses homens e mulheres se movimentam socialmente diante de tais conflitos e pressões, onde determinados modos de vida se alteram para preservar/(re)colocar (em novas bases) certas expectativas e anseios, caros à trajetória e experiência que tiveram no Oeste paranaense. Sendo assim, procurei mapear como constituem territorialidades que evidenciam esse processo. E, para tal propósito, utilizo-me de fontes orais, que produzi ao longo dos últimos 10 anos da minha trajetória acadêmica, bem como jornais, documentos do acervo do DOPS, acervo de correspondências, autos processuais, procedimentos do ministério público etc. Documentações que permitiram discutir relações de poder e memórias que marcaram a presença dessas pessoas em Santa Helena e a correlação de forças estabelecida no percurso em construção, sugerindo a disputa pelo acesso e permanência no meio rural como uma prática recorrente e que ganha uma dinâmica complexa ao significarem e rememorarem tais circunstâncias, relações e modos de reordenar alternativas e práticas saindo e reorganizando o modo como se relacionam com o campo e culturalmente disputam tal inserção no nosso país.

Palavras-chave: Memórias e Experiências. Relações Campo-Cidade. Tensões Sociais. Santa Helena.

RECUERDOS DE TENSIONES EN SANTA HELENA-PR: LÍMITES Y POSIBILIDADES ENTRE QUEDARSE Y SALIR DEL CAMPO

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo pensar las tensiones por la tierra en el Oeste de Paraná, destacando las consecuencias de la experiencia de ciertos trabajadores, ocupantes ilegales y pequeños propietarios en Santa Helena-PR, particularmente entre los años 1960 y principios del siglo XXI, que tuvieron su permanencia en el campo cuestionadas y problematizadas en correlaciones de fuerza desiguales – ya sea a través de expropiaciones forzosas o a través de nuevas estrategias de financiamiento, producción y ocupación en el campo, ya que esta propuesta no está interesada en asimilar/preservar una cierta presencia de sujetos y modos de vida en las zonas rurales. . La intención de esta tesis fue discutir cómo estos hombres y mujeres se mueven socialmente frente a tales conflictos y presiones, donde ciertas formas de vida cambian para preservar/(re)ubicar (sobre nuevas bases) ciertas expectativas y deseos, queridos por sus trayectoria y experiencia que tuvieron en el oeste de Paraná. Por lo tanto, busqué mapear cómo se constituyen las territorialidades que resaltan este proceso. Y, para ello, utilizo fuentes orales, que he producido durante los últimos 10 años de mi carrera académica, así como periódicos, documentos del fondo del DOPS, fondos de correspondencia, actas procesales, procedimientos del Ministerio Público, etc. Documentación que permitió discutir las relaciones de poder y las memorias que marcaron la presencia de estos pueblos en Santa Helena y la correlación de fuerzas establecida en la ruta en construcción, sugiriendo la disputa por el acceso y la permanencia en las zonas rurales como una práctica recurrente que adquiere un dinámica compleja a medida que se desarrolla, significar y recordar tales circunstancias, relaciones y formas de reordenar alternativas y prácticas saliendo y reorganizando la forma en que se relacionan con el campo y compiten culturalmente por dicha inserción en nuestro país.

Palabras clave: Memorias y Experiencias. Relaciones campo-ciudad. Tensiones sociales. Santa Helena.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Construir uma reflexão que corresponda às expectativas, que por vezes depositamos em um trabalho de tese, não é uma tarefa fácil. O caminho que se trilha é marcado por dificuldades e limitações, que vão desde o pouco tempo destinado à pesquisa até a falta de incentivo para que a mesma aconteça. Embora sejam dois apontamentos distintos, na minha experiência eles se complementaram, particularmente porque a falta de incentivo financeiro para a pesquisa me impôs certas limitações, as quais ficaram cada vez maiores, quase impedindo que esta tese se concretizasse.

Então, uma vez que os incentivos são limitados, nós enquanto pesquisadores, precisamos articular formas de trabalho que nos possibilite obter alguma renda, renda essa que nos permita continuar nos mantendo em cursos de programas de pós-graduação, como o doutorado. Ainda que isso, contraditoriamente limite, em outra ponta, a dedicação de tempo e energia que possamos dispensar ao processo de construção da tese.

Nesse contexto, nem sempre podemos desenvolver nossas pesquisas tal qual gostaríamos. Afinal, temos limitações, pressões e necessidades diversas que nos cercam e nos fazem redirecionar nosso olhar para o nosso lugar social, nesse tempo e nessas condições. Inclusive, uma pandemia, que atravessou o processo de produção deste trabalho (não só produzindo condições emocionais adversas, como adoecimento de covid-19 à própria pesquisadora).

Então, ao redirecionar esse olhar para a proposta que empreendi ao doutorado, tive que fazer escolhas e repensar o que iria fazer. Pois, dentro daquele novo contexto precisei recolocar o lugar da pesquisa e da pesquisadora nesse processo que foi muito difícil para mim. Isso não ocorreu por falta de interesse, ao contrário, em grande medida foi para que pudesse me manter no programa de pós-graduação diante do cenário político-social em que estávamos vivendo e pelas condições emocionais em que me encontrava. Então, prosseguir na elaboração da tese foi uma das manifestações mais puras de interesse e resistência ao que se colocava desde o seu início (2018) até sua finalização (2023).

Muito mais do que um desabafo, essas indicações iniciais visam demonstrar o lugar social que ocupo enquanto pesquisadora e, aliado a isso, tais indicações servem de suporte para que entendam as mudanças e reestruturações da problemática desse

trabalho para a produção final desta tese – que ainda assim, mobiliza o incômodo principal como norteador de todas as reconfigurações propostas, isto é, os sentidos e significados que certos sujeitos produziram sobre a permanência e saída do campo.

Ao olhar para minha trajetória, sinto que hoje ocupo um lugar almejado por muitos, um lugar que para alguns expressaria uma conquista a ser exibida como se fosse um troféu. De fato, chegar até aqui é motivo de orgulho, ou mesmo de mostrar como rompemos certas barreiras que atravessam nossa constituição social. Um sentimento advindo não só por estar em um curso de doutorado, mas por ter conseguido chegar até aqui, mesmo enfrentando situações que, por vezes, desmotivaram-me a ponto de pensar em desistir, inclusive porque pouco respondiam ao grande empenho de meus familiares para que eu prosseguisse em meus estudos e conseguíssemos vislumbrar horizontes de possibilidades. Com certeza, grande parte da mobilização para esta tese vem de minha experiência social.

Nasci e cresci na cidade de Santa Helena, Oeste do Paraná, cerca de 600 Km da capital Curitiba. Morei durante 20 anos na comunidade rural da Linha Aparecida. Comunidade esta que compõe o distrito de São Clemente. No final da graduação (2012) me mudava para a sede urbana deste distrito, deixando de viver na propriedade rural da família.

Ao longo dos 20 anos que morei na comunidade rural da Linha Aparecida sempre nos deparamos com as dificuldades para se viver no campo enquanto arrendatário – sobrevivermos com os ganhos advindos da propriedade de meus avós. Quando criança, ouvia meus pais falarem sobre tais limitações; a dificuldade de chegar ao final do mês sem ter certeza de que a renda que teríamos seria suficiente para suprir o que elegíamos como necessidades. Necessidades que, muitas vezes, não ultrapassavam a alimentação e gastos com saúde, além de algum transporte para comercializar (comprar e vender) produtos.

Na medida em que o tempo foi passando, meu olhar sobre nossas vidas foi ganhando contornos mais críticos frente à situação em que vivíamos. Rememoro que ao longo desse percurso, meus pais procuravam articular formas diversas para se manterem no campo. Afinal, o meio rural para eles era o território social com o qual se identificavam, onde constituíram seus modos de viver, sendo que ambos trazem como

repertório famílias que sempre tiveram o campo como seu espaço de sociabilidade, moradia e trabalho.¹

Por cerca de cinco anos, entre 1990-1995, minha família trabalhou com o cultivo do algodão, então nasci enquanto se envolviam com essa atividade. Um trabalho que era articulado somente por meus pais, sendo que, algumas vezes, recebiam a ajuda de meu avô e um dos meus tios, particularmente na época da cata do algodão.

O espaço destinado ao cultivo do algodão era pequeno, menos de um alqueire, pois a característica do sítio em que vivíamos, em sua maior parte formado por morros e pedregulhos, não permitia que o cultivo do algodão fosse feito em toda a área. Assim, meus pais aliavam o cultivo do algodão com a venda de leite. Essa dinâmica nos permitia viver sem passar por maiores necessidades, garantindo a sobrevivência. Porém, sempre tendo que apertar aqui e ali para que isso se mantivesse em equilíbrio.

Uma experiência presente em várias narrativas de trabalhadores rurais e pequenos proprietários de agricultura familiar onde a produção de algodão se apresentou nesta temporalidade como uma possibilidade de alcançar uma comercialização mais rentável, ainda que fosse combinada com outras atividades (principalmente o comércio de leite), uma vez que a produção não era em grande escala e tinha que lidar com os imprevistos de produtividade (intempéries climáticas, pragas, concorrência com grandes produtores, endividamentos bancários etc.). Sendo que essa atividade no início da década de 1990 é apresentada pelo IPARDES (2003, p.48, 56-57) com uma participação em 12% do valor da produção agropecuária do Paraná, estando entre os 5 principais produtos (milho, soja, trigo, algodão e café), enquanto no início da década seguinte esse percentual estadual estará em 1,18%, mesmo que ainda tenha uma residualidade de seu cultivo no Oeste do Paraná por algum tempo.²

Em meados do ano de 1995, o cultivo do algodão já não era mais rentável, para nós e muitos outros pequenos produtores familiares também experimentavam essa indicação. Afinal, produzíamos pouco e os gastos passaram a ser maiores que os lucros. O algodão só era um negócio lucrativo para os grandes proprietários de terra, não era essa a nossa condição. Desse modo, após o ano de 1995, passamos a viver somente da

¹ Destaco a noção de território a partir da indicação de Rolnik (2015) sobre aquilo que dialoga, mas foge do traçado da lei, relacionando espaço físico e impressões culturais, pois se produz a partir das relações e da ocupação desses lugares, a partir do modo como se vive neles e deixam traços de sua sociabilidade, laços e convívio, ainda que esses territórios também sinalizem a desigualdade que os definem nas relações de poder e disputam sua conformação social.

² Sobre a presença dessa prática nas estratégias de permanência no campo, principalmente desde finais da década de 1970 e início da década de 1990 na região ver particularmente as considerações produzidas por: Silva (2016), Langaro (2006), Santana (2015) e Landau et al. (2020).

venda de leite. Algo que nos permitiu, durante algum tempo, retomarmos aquela condição limite, “apertando aqui e ali”, mas ainda permanecer.

Porém, passados dois anos dessa reorganização da produção e do modo de viver no interior de Santa Helena, a situação que já era marcada por limitações começou a ganhar contornos mais difíceis. Longos períodos de seca, castigavam a pastagem, o que levava a produção de leite a cair de forma considerável, haja vista a falta de recursos para investir em outros manejos que remediassem a estiagem. Logicamente, essa situação não era experimentada somente por nós em nosso sítio no distrito de São Clemente e víamos um debate entre arrendatários e pequenos produtores provocando ações que apontavam para novas ordenações.

No entanto, sujeitos com maior poder aquisitivo, conseguiam se manter, reequilibrar sua produção e lidar com possíveis perdas e/ou baixas nos rendimentos/produtividade, ou aqueles que apresentavam reservas financeiras, que conseguiam intercalar a alimentação dos animais com ração e pastagem, ou mesmo diversificavam suas fontes de investimento e de aferição de renda. Nesse sentido, ficava cada vez mais expressivo as tensões sobre como permanecer no campo frente a esses contornos.

Porém, por ser mais barato e permitir que adiássemos outras ações de rompimento com aquele modo de vida, meu pai decidia por comprar farelo de trigo para os animais. O farelo de trigo, por não ter os mesmos referenciais nutricionais da ração, apenas mantinha os animais vivos, não sendo eficaz para a manutenção da produção de leite. Com isso, a produção foi decaindo dia após dia.

Não demorou muito para que meus pais tivessem que vender alguns animais, cerca de 10 cabeças de gado, pois não tínhamos como alimentá-los. Nesse cenário de contenção, ficamos com poucas vacas leiteiras e nossa situação financeira e emocional passou a ficar cada vez mais difícil e com alternativas bem restritas.

Ainda assim, meus pais lutavam para não ter que deixar o campo – como muitos de nossos conhecidos que avizinhavam a propriedade da família. Minha mãe, fazia alguns trabalhos de croché e essa renda ajudava em algumas despesas da casa – como com a conta de energia elétrica e a compra do gás.

Com a situação cada vez mais difícil, em meados do ano 2000, meu pai viu como uma alternativa possível, trabalhar em uma fábrica de costura de jeans, no distrito de São Clemente. Nesse momento, meu irmão já havia nascido e as necessidades advindas com uma criança pequena (seja de atenção e alguém para ficar com o bebê

seja cuidados com alimentação, remédios), questões que pressionavam ainda mais meus pais a buscarem alternativas de trabalho e renda.

No entanto, não demorou muito para deixar essas relações de trabalho. O ritmo acelerado que os funcionários tinham que manter em toda a cadeia de costura era algo inconciliável para meu pai frente ao modo como entendia as relações de trabalho. Ele não conseguiu se adequar ao molde de funcionário que a empresa buscava e acabou, após um ano de trabalho, se desvinculando dessa atividade.³

Minha avó sempre nos ajudou e por inúmeras vezes foi ela a responsável por custear algumas de nossas despesas, dividindo parcelas de sua aposentadoria conosco. No entanto, no final do ano de 2005 a situação tornou-se insustentável. Pois, além das limitações financeiras, outras pressões cercavam nossa permanência no campo. Meu avô vendeu o sítio na comunidade da linha Aparecida⁴ e, assim, nossa saída do meio rural estava anunciada, uma vez que não se vislumbrava arrendar outras terras, ou tornar-se trabalhador de outro proprietário – até porque essas condições já não se estabeleciam nos mesmos termos de décadas anteriores, onde residir na propriedade e ter condições de arrendamento que compensassem a trabalhadores ainda poderiam ser avaliadas e até comparadas, frente a um número razoável de ofertas dessa relações.

Então, em 2005, quando estava com meus 13 anos, mudamos para a sede do distrito de São Clemente, morando em uma casa alugada. Logo que chegamos à sede de São Clemente, minha mãe começou a trabalhar como doméstica e meu pai começou a trabalhar dando aulas de violão, através de um programa cultural da Prefeitura

³ Silva (2016) interessada em discutir na sua tese de doutorado as relações de trabalho estabelecidas nas fábricas de costura em Santa Helena, trouxe diálogos relevantes com suas entrevistadas que expressam tanto essa relação com o campo quanto o processo de constituição de novas frentes de trabalho na cidade, inclusive a partir da sede dos distritos, muitas delas indo ocupar vagas em aberto nas fábricas de costura, como fez meu pai no ano 2000, algo que me sugere o processo expressivo que se dava em finais do século XX de saída do campo frente às pressões cada vez mais fortes que tensionavam a continuidade desse modo de vida tal como procuravam manter, uma reorganização que em grande medida ocorria ao reconhecer as disputas desiguais em que se viam envolvidos ao permanecerem no meio rural. Algumas dessas entrevistadas irão destacar, também, esse desencontro de ritmo de trabalho e alterações no convívio e condições de vida na cidade em relação às práticas costumeiras que mantinham no campo como meu pai. De todo modo, as entrevistadas de Silva não tomaram a mesma decisão que ele, em deixar essas relações de trabalho, principalmente pela dificuldade em vislumbrarem uma rede de solidariedades ou mesmo campos de possibilidade que indicassem mudanças significativas para arriscar a saída do trabalho na fábrica. Um referencial importante para pensar esse processo de reavaliação dos modos de viver entre o campo e a cidade se faz presente na produção de Williams (1989), onde o autor a partir de sua experiência tenta apresentar como esse repertório rural informa as decisões e práticas que serão construídas e valoradas na cidade.

⁴ A nomenclatura de “linha”, não envolve apenas estradas rurais que possuem no seu entorno pequenas propriedades, mas se trata de todo um modo de vida que se faz compartilhado pela constituição de um grupo de moradores que socializam eventos, demandas locais, trabalho, cuidado com os filhos e outras práticas costumeiras do viver no campo – troca de serviço, aluguel de maquinário etc.

Municipal de Santa Helena. Um percurso que informa muito do interesse que estrutura esta tese e compõe, também, minhas indagações sobre a experiência de certos trabalhadores e pequenos proprietários que entre a permanência e saída do campo avaliaram (em meio a uma profusão de tensões) os limites e possibilidades que conseguiram recolocar para novos horizontes, inclusive com uma gama de atividades no campo e na cidade compondo modos de trabalhar, ainda que em desigualdade e com uma constituição muito instável para esse modo de viver.

Em 2011, estava no segundo ano da graduação em História e participava de um projeto de Iniciação Científica Voluntária e algum tempo depois passei a ser bolsista em um programa de extensão vinculado à Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI).⁵ Ainda que o valor da bolsa fosse algo em torno de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a quantia era significativa para que eu pudesse me manter na graduação. Sendo assim, a renda auferida com a bolsa me permitia suprir gastos com o transporte de Santa Helena até o campus da UNIOESTE em Marechal Cândido Rondon (cerca de 40 Km de distância do distrito de São Clemente), bem como auxiliava em algumas despesas com xerox, materiais etc.

Então, em 2014, ajudados pela minha avó, conseguimos comprar uma casa e nos estabelecer na área urbana do Distrito. Nessa época, eu já havia sido aprovada no mestrado, onde também fui bolsista. Diante dessas novas bases (sem pagar aluguel e com uma bolsa de valor maior para auxiliar não só nos meus estudos, mas em casa), a situação para nossa família melhorou. O valor da bolsa de mestrado permitia que eu me dedicasse exclusivamente às disciplinas e pesquisa. O salário dos meus pais – já mais envolvidos com a dinâmica do distrito e com novos ganhos salariais, supria o que elegemos como necessidades da casa. Esse reformular caminhos do campo para a cidade foi acompanhado de incertezas, mas nutriu rearranjos importantes para que pudéssemos aspirar maior segurança e prospecções.

Dito tudo isso, volto a salientar que falar sobre minha trajetória, sobre a trajetória da minha família não é desabafar sobre situações excepcionalmente experienciadas por nós, mas, ao contrário, permite jogar luz sobre as decisões pressionadas e em condições desiguais feitas por muitos que se viram como essa pesquisadora envoltos nos emaranhados de tensões que permeiam o permanecer e

⁵ Destaco aqui a condição de bolsista em 2011 e 2012, no Projeto de Extensão “Produzindo memórias e histórias”, registrado na PROEX/UNIOESTE sob nº 34.135/2011, vinculado ao Programa UNATI, sob coordenação da Prof^a. Sheille Soares de Freitas.

deixar o campo. Então, esse movimento sinuoso da minha experiência social informa as tomadas de decisões feitas no decorrer do caminho desta pesquisa e ao longo do curso de doutorado.

O viver no campo sempre foi algo muito intrincado à minha realidade. Afinal, ele onde cresci e onde me fiz como agente social. Assim, quando entrei na graduação, (2010) algumas tematizações que me chamavam atenção envolvendo a cidade de Santa Helena e as desapropriações de terra ocorridas na constituição da Itaipu (também foram instigadas pela professora Sheille Soares de Freitas, hoje minha orientadora pela segunda vez), essas questões compuseram meu campo de debate e reflexão para a construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Fui investigar experiências de sujeitos que lidaram com as desapropriações terra em Santa Helena, provocadas pela construção do Reservatório da Itaipu Binacional no Oeste do Paraná em finais da década de 1970 e início da década de 1980 (SILVA, 2013).

Naquele momento, problematizei o processo de desapropriação, enfatizando o modo desigual pelo qual ele foi vivenciado. Grandes e pequenos produtores rurais (proprietários de terras em pequenas e grandes escalas de produção), posseiros, arrendatários, trabalhadores diaristas, dentre outros que experimentam de diferentes e desiguais formas o processo de desapropriação em finais da década de 1970 e início da década de 1980.

Assim que finalizei a graduação em 2013 fui aprovada no mestrado. Ao longo dos dois anos na pós-graduação, percebi que a carreira acadêmica é enriquecedora, porém, que não era um caminho fácil. Minha pesquisa de mestrado teve como problemática as dinâmicas vivenciadas na “Antiga Fazenda Mesquita” (SILVA, 2015), uma área que compunha, entre as décadas de 1960 e 1970, uma porção de terra muito extensa, que abrangia os atuais municípios de Santa Helena-PR e Diamante do Oeste-PR, que naquele momento pertencia ao município de Santa Helena. Uma região em que viviam mais de 50 famílias.

Essas famílias tinham naquele espaço sua referência de vida e trabalho. No entanto, no início da década de 1970 começou a viver um ambiente de constante tensão, pois Juvenal Mesquita se apresenta como dono das áreas de terra em que até então tais famílias viviam. Perante esse impasse, marcado por ameaças, esse território social se constituiu como um espaço de luta para esses sujeitos, de relações desiguais e marcado por violência e desestruturação de modos de viver. E foi esse enredo histórico que priorizei na investigação que resultou na dissertação.

Durante todo o mestrado, na condição de bolsista, pude me dedicar exclusivamente às atividades do programa de pós-graduação em história e à produção da pesquisa. Embora as angústias fossem inúmeras, a construção da dissertação se fez em meio a certa tranquilidade, no que diz respeito à minha disponibilidade para a pesquisa e produção do trabalho final. Após o término do mestrado, busquei outras experiências profissionais e tive a oportunidade de iniciar a minha prática docente, que até os dias atuais continuo exercendo, ainda que desde lá tenha deixado a escola pública em que iniciei a docência e esteja em uma nova instituição escolar privada.

Mas, não foi a partir deste momento que as questões para esta tese começaram a ser pensadas. Ao contrário, esses indícios foram observados desde as primeiras entrevistas na graduação e se colocaram mais evidentes nas entrevistas realizadas no mestrado (o que em grande medida explica o porquê compuseram parte do acervo de fontes utilizados no doutorado). Haja vista que, mesmo que os tenha procurado para tratar de problemáticas bem específicas, a associação com outras experiências se fez comum na conversa com tais sujeitos.

Cabe dizer que as tensões pelo acesso e permanência na terra não foram vivenciados somente na área rural que compunha interesse para a desapropriação frente ao projeto hidroelétrico da Itaipu, ou aos confrontados nos litígios da fazenda Mesquita (privilegiado na execução da monografia e dissertação respectivamente). Por vezes, as falas dos sujeitos com os quais conversei, faziam referência a outros espaços de tensão em Santa Helena, como foi possível evidenciar nas fontes que se remetem à Gleba Sete Pecados⁶ e tantos outros momentos de tensão que colocaram em xeque a permanência no campo, como o experienciado por minha família e alguns de meus entrevistados, ou, por exemplo, aqueles que expuseram tal condição em correspondências a deputado da região, material privilegiado também nesta tese como fonte investigativa.⁷

As tramas sociais construídas nesse processo de disputa exigem que analisemos também a participação/atuação dos representantes do Instituto Nacional de Colonização

⁶ Os conflitos condizentes à Gleba Sete Pecados duraram cerca de dez anos, entre 1960 e 1970, com grande presença de jagunços e forte questionamento sobre o direito de posseiros que ocupavam tais terras resultou em saída de muitos desses sujeitos do campo, enquanto outros tentaram rearticular estratégias e relações para permanecerem no campo, mesmo que em condições adversas às que possuíam anteriormente. Essa discussão também foi formulada na participação em evento onde apresentamos um texto acerca da questão (SILVA; CRUZ; CAYRES, 2019).

⁷ O acervo Gernot Kirinus, contendo vasta documentação – livros, documentos, pareceres, correspondências etc. – referentes ao período em que Gernot participou do Movimento Justiça e Terra e quando foi Deputado Estadual no Paraná, está acondicionado e disponível para consulta no CEPEDAL – Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.

e Reforma Agrária (INCRA), que no decorrer daquele período acompanharam o desenrolar dos embates, conforme foi possível evidenciar em diferentes documentações. Particularmente, entre fins da década de 1970 e início da década de 1980, onde o INCRA efetivou a titulação das terras e com isso oficializou a permanência dos posseiros na Gleba – uma prática que foi debatida e disputada também para outras áreas do Oeste do Paraná.

Saliento a necessidade de problematizarmos tais tensões no campo em suas diferentes dimensões e complexidades, abordando historicidades, sujeitos e evidenciando as confrontações que compuseram esses processos partindo do universo conflituoso expresso em Santa Helena. Destaco, ainda, a necessidade de pesquisas que abordem tal dinâmica na região Oeste do Paraná, particularmente em Santa Helena, sem trilhar os mesmos vieses já demarcados de consagração da leitura hegemônica, uma vez que essa região se constituiu como um espaço onde certos enfrentamentos, envolvendo a permanência no campo foram experimentados com diversas nuances, tendo latente o sentimento de hostilidade diante da manutenção de certos modos de viver e de determinados sujeitos no meio rural – vide o grande número de conflitos armados e incentivo para certas práticas de capitalização da produção e do uso da terra – como retomaremos ao longo desta tese.⁸

Frente a essas reflexões entendo que, ao lidar com as tensões expressas nessas dinâmicas que permeiam o viver e deixar o campo, estamos lidando com relações que

⁸ Destaco entre os trabalhos que abordam os conflitos pela terra experienciados no município de Santa Helena-PR, como o de Sônia Regina Radaelli (2004). A autora discute o processo de “colonização direcionada” e o processo de “colonização espontânea”, salientando como essas ações fomentaram as disputas pela terra na região, onde quem tinha mais influência e poder na região estabelecia maior vantagem nesse processo. Já a obra de Antônio Marcos Myskiw (2002) contribui para pensarmos as dinâmicas conflituosas que se construíram em torno do acesso e permanência na terra para além de Santa Helena. Ele faz uma discussão em que nos dá a oportunidade de perceber os modos diferenciados e desiguais a partir dos quais esses confrontos se constituíram na região. Ainda assim, indico que resta incorporar nesse universo acadêmico não só trabalhos que tematizam esse flanco em Santa Helena, mas que perceba a complexa rede de tensões no meio rural que não envolveram apenas os conflitos armados e de expulsão violenta, como debatidos por Radaelli e Myskiw, mas aqueles processos de expropriação que se fazem e se produzem de forma contínua, por meio de sofisticadas práticas de retirar de trabalhadores e pequenos produtores familiares a condição de permanecerem ou se estabelecerem no campo, seja por falta de postos de trabalho e condições menos precárias de trabalhadores se estabelecerem nas propriedades rurais, seja pelos limites aos pequenos proprietários para: acesso a crédito, terem condições de investir e produzir de modo a concorrer com as grandes empresas agroindustriais da região, ou mesmo enfrentar as carências que vão se estabelecendo no meio rural para quem não tem fartos recursos para manter os estudos de parentes e acesso ao atendimento médico-hospitalar que ocorre na área urbana, ou mesmo por falta de renda extra que socorra momentos de maior instabilidade na produção e nos endividamentos, para que consigam atender o que estabeleceram como necessidades e expectativas, visando permanecerem no campo. Em outra proposta, mas em diálogo com a tematização indicada pelos autores anteriores, Schneider (2021) explora em poemas as imagens produzidas sobre a confrontação política e jagunços na ocupação do Oeste do Paraná, privilegiando o período envolvendo as décadas de 1960 e 1970 – importante historicidade para essa reflexão.

nos dão a possibilidade de perceber as experiências que se forjam nesse enredo, assim como indica Thompson (1981) ao falar do “termo ausente”, experiência:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro desse termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e em sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, relativamente “autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez sobre situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 181)

A discussão feita pelo autor a partir desse suposto embasará nossas reflexões em torno das experiências que se constituíram diante das tensões sobre a permanência no campo em Santa Helena entre a década de 1960 e o início do século XXI. Isso será feito entendendo e abordando a partir desse referencial o modo como os homens e mulheres se colocaram como sujeitos históricos ativos diante das relações de poder desiguais que experimentam, ao decidirem continuamente nesse período por estratégias e alternativas que garantissem ou em parte resguardasse valores e expectativas, mesmo diante de um sentimento de perda frente a relações de poder extremamente desiguais.

De fato, não somos (bem como os sujeitos que vivenciavam e vivenciam o campo não eram e não são) sujeitos plenamente autônomos, “indivíduos livres”, por isso, aqueles que privilegiei como ponto de acesso a essas experiências possuem idades distintas (ainda que majoritariamente com mais de 50 anos), inserção no campo distinta (arrendatários, parceiros, ex-posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores diaristas comunidades indígenas etc.). Pois, ao longo da minha formação acadêmica discuti algumas das tensões com as quais eles tiveram que lidar, situações que os pressionavam, que lhes traziam angústias e incertezas quanto à permanência no campo e ao modo de vida que insistiam em preservar. Entretanto, mesmo alterando muitos dos aspectos que compõem suas práticas, eles não deixaram de agir frente a essas tensões – ainda que nem todos se colocaram nas mesmas ações e confrontações, pois, mesmo em condições determinadas, colocaram-se como entraves em certas disputas perante valores e permanência no meio rural em transformação.

Ao dizer isso, o que proponho é que – instigada pela reflexão de Thompson (1981) – deixemos os “determinismos” pré-definidores de lado (o que para essa pesquisa, particularmente se remeteria ao binômio explicativo causa-efeito) e nos atenhamos às experiências em movimento e construção no decurso da história, pois é a partir delas que cada sujeito se posiciona socialmente e reconhece sua condição nas relações classistas (condições determinadas por essa posição nesse momento).

Então, é a partir do acesso a aspectos da experiência dos sujeitos elencados para essa investigação que analisei os modos como avaliam, no presente, a tomada de decisão sobre a permanência no campo décadas atrás. Uma memória produzida com muitas reticências e reavaliações. Portanto, que carece de atenção e dedicada confrontação de evidências. Foi isso que tentei realizar ao longo da tese.

Assim, ao desenvolver reflexões a partir desse posicionamento teórico-metodológico será possível uma “exploração aberta do mundo e de nós mesmos”, pois:

se voltarmos à “experiência” podemos passar desse ponto, novamente para uma exploração *aberta* do mundo e de nós mesmos. Essa exploração faz exigências de igual rigor teórico, mas dentro do diálogo entre a conceptualização e a confrontação empírica que já examinamos. Essa exploração ainda pode situar-se na tradição marxista, no sentido de que estamos tomando as hipóteses de Marx e alguns de seus conceitos centrais, e colocando-os em operação. Mas o fim dessa exploração não é descobrir um sistema conceptual finito (reformado), o marxismo. Não há, nem pode haver nunca esse sistema finito. (THOMPSON, 1981, p.185)

De acordo com Thompson construir reflexões que problematizem as experiências não nos faz sermos menos rigorosos teoricamente. Ao contrário, elas colocam em movimento a problemática e exigem conceptualização e confrontação, dando a possibilidade de “uma exploração *aberta* do mundo e de nós mesmos” – sem utilizar a pesquisa apenas para comprovar leituras pré-concebidas desse enredo histórico.

A proposta exercitada aqui a partir do procedimento do autor não significa que estamos nos distanciando dessa tradição, afinal ainda estaremos lidando com as hipóteses calibradoras do materialismo histórico – pois é na materialidade da vida que evidenciamos as relações de poder, as marcas da desigualdade, as marcas do capitalismo.

Não estaremos à procura da construção de um sistema conceitual reformado para dizer as mesmas coisas já ditas, pretendemos ir ao encontro daquilo que move os

processos históricos; as relações, as experiências humanas, ou seja, relações e experiências que se inter cruzam, que se chocam e devem ser investigadas valorando as aproximações e distanciamentos que produzem a partir dessa experiência social compartilhada, mas com dramas e tensões próprios na experiência de certos trabalhadores e pequenos produtores rurais ao polemizarem sua permanência no campo a partir do lugar social em que se situam e na condição de classe em que exprimem seu modo de vida.

Através desse aporte teórico podemos nos instrumentalizar para analisar as relações de poder firmadas no meio rural de Santa Helena, dialogando com as diferentes práticas que evidenciam as lutas, ações pela sobrevivência, valores, modos de viver e a própria visão de mundo dos (e sobre os) sujeitos privilegiados nessa tese que se propõem a quebrar esse processo de fragilidade e insegurança, procurando construir uma vida melhor, seja no campo seja na cidade.

Para tanto, parto do suposto que esses homens e mulheres são agentes transformadores dos processos históricos que vivenciam – ora com aproximações, ora com distinções e desigualdades emergindo. Esse procedimento analítico permite, também, entender e dialogar com o “fazer-se” desses trabalhadores e pequenos proprietários frente às relações de poder em que tomaram parte – como um processo dialético, dinâmico, com características compartilhadas e peculiaridades na construção do modo de ver e agir nessa realidade.⁹

O município de Santa Helena tem sua história imersa em conflitos e contradições, embora, por vezes, estes sejam minimizados por parte de uma dada historiografia, amplamente publicizada sobre a constituição desse lugar e dos sujeitos nessa territorialidade social.¹⁰

Ao trazer minha trajetória para compor essa exposição inicial, quis colocar em debate experiências difusas nesse percurso do limiar do século XXI. Minha experiência

⁹ THOMPSON em seu trabalho, A formação da classe operária Inglesa, elabora uma problemática em torno do que chamou de “o ‘fazer-se’ da classe operária”. Para ele, a classe não surge como algo determinado na estrutura ou por um ato impositivo, mas se faz através das relações humanas, nas quais os trabalhadores estão em movimento, agindo ativamente, diante das situações que vivenciam e em que vão dialeticamente se posicionando e constituindo sua consciência (THOMPSON, 1987, p. 9).

¹⁰ José Augusto Colodel (1988) é um dos autores que aborda as relações sociais construídas em Santa Helena. Contudo, sua construção reforça certos marcos e sujeitos consagrados na leitura oficiosa, mostrando uma sociedade “em progresso”, de forma harmônica e consensuada. Ao fazer isso, o autor ressalta em seu trabalho a necessidade de contar “a história do município”, porém, ele aborda aspectos para generalizar como sendo “a história” do lugar, muitas vezes, sem problematizar as contradições e tensões vividas nesse percurso histórico. O autor faz isso ainda que suas fontes permitissem, em muitos momentos, adentrar e explorar diversos embates sociais.

e a experiências de muitos trabalhadores e pequenos proprietários que entrevistei foi formulada nesse campo de tensões, compondo o mote pressionado de decisões que permearam (e para alguns ainda permeiam) o permanecer ou sair do meio rural em Santa Helena.

Minha família, assim como tantas outras, não passou por processos de violência física, como enfrentaram os sujeitos que vivenciaram as dinâmicas efetivadas nas comunidades indígenas acampadas ou mesmo na antiga Fazenda Mesquita e na Gleba Sete Pecados. Mas, nossa experiência, também é expressiva ao pensarmos um amplo universo de tensões que tangenciam o viver no campo e violentamente empurram esses sujeitos a alterarem modos de viver e ressignificarem práticas e valores.

Quando pensamos o conceito de tensão, devemos alargar nosso olhar para as dinâmicas diversas que o termo visa expressar nessa reflexão. Lidar com conflitos, com práticas de violência e de vulnerabilidade de modos de viver significa tratar de dinâmicas que podem ser expressas a partir das tensões imiscuídas às relações de poder em que se inserem.

Nesse sentido, ao retornar para a universidade e propor uma tese a ser investigada, o eixo a ser problematizado não poderia ter outro objetivo senão o de discutir relações experimentadas no campo nesse arco de tensão.

Tendo uma trajetória pessoal e acadêmica marcada pela presença constante das tensões no meio rural, propus para esse momento problematizar como elas foram matizadas por outros sujeitos que foram representativos desse processo em Santa Helena. Esse retorno para a academia em 2018 foi marcado por emoções que se antagonizaram (de alegria e receio) mas, ainda assim, espero permitir que esse município, hoje mais de 25 mil habitantes (IBGE, 2022) possa instigar nosso olhar para outras relações no nosso país e perceber aproximações e distanciamentos do modo com que se encaminhou essa problemática e como ela vem sendo resolvida/tratada.

Acredito ser essa uma agenda importante frente à expulsão silenciosa e intermitente que se faz correlata a processos de explícita violência, pois essas estratégias de disputa e domínio historicamente explicitam modos de tentar intervir sobre quem vive e como se vive e se produz no meio rural brasileiro, principalmente a partir do que se nominou a denominar capitalização do campo e constituição do agronegócio. Com esse propósito, reafirmei meu propósito em me inscrever para o curso de Doutorado.

Então, ao mesmo tempo em que tive a alegria de ingressar no curso de doutorado em uma Universidade Pública, algo que foi comemorado não somente por

mim, mas também por minha família, que sempre me mostrou a importância da educação. Por outro lado, a incerteza quanto à permanência também foi um sentimento constante. Quando (2018) fui selecionada, sabia que a dificuldade referente às bolsas seria algo que enfrentaríamos e sabia, também, que isso pressionaria minha manutenção na pós-graduação e os resultados dessa produção acadêmica.

Afinal, naquele momento, eu não estava trabalhando, pois as condições de trabalho firmadas a partir de Processos Seletivos de Contratação Temporária de Professores, para a rede estadual de ensino no Paraná, não nos garante nenhuma estabilidade profissional a longo prazo. A cada ano temos que lidar com a incerteza quanto à nossa (re)contratação. Portanto, muitas vezes, essa expectativa tem um desfecho negativo e foi o que aconteceu comigo em 2019.

Naquele instante me vi sem bolsa e sem trabalho, então, seria muito difícil me manter com os mesmos propósitos iniciais para essa tese. Pois além do transporte de uma cidade a outra, para cursar os créditos obrigatórios do doutorado, tinha outros gastos inerentes à realização de uma pós-graduação (visitas a acervos em outras localidades, entrevistas fora da região em que residia etc.). Diante disso, entendi que a pesquisa teria que lidar com limitações de várias ordens e reconfigurar, inclusive, minha busca por postos de trabalho.

Limitações que me fizeram reordenar um caminho investigativo que parecia ser o certo e construir novos caminhos, novas alternativas. No entanto, ainda assim, busquei apresentar aqui uma proposição que seja um convite à reflexão sobre esses dilemas envoltos ao viver e sair do campo, oferecendo um posicionamento crítico acerca da questão para todos aqueles que venham a ler e tomar contato com esse trabalho de doutoramento, somando forças aos que vem sendo produzidos nos últimos anos.¹¹

Em 2018, inicialmente eu tinha como perspectiva alargar essa discussão para toda a região Oeste do Paraná. Porém o levantamento mais encorpado de fontes, não se tornou possível, uma vez que também eu tive que lidar com limitações no meu tempo, na minha condição de realização da pesquisa etc. Assim, a discussão agora apresentada tem como enfoque o município de Santa Helena. Ainda assim, sempre que possível essa experiência irá dialogar com experiências de trabalhadores de outras localidades, o que tentarei exercitar a partir do diálogo com outras pesquisas acadêmicas e evidências expressas em algumas fontes que nos permitam tais conexões analíticas.

¹¹ Destaco o trabalho de Forlin (2023), que traz uma contribuição importante para o debate aqui privilegiado e compõe os esforços de novas produções do Programa de Pós-Graduação em História.

Para que essa discussão fosse possível, propus um diálogo com a historiografia com o intuito de que nos possibilitasse problematizar eixos da discussão, constituindo a partir daí questões norteadoras para análise e debate acerca de modos de ver e produzir o conhecimento histórico na seara que envolve o processo de permanência e saída do campo. Nossa problemática tem como recorte temporal questões envolvendo mais detidamente entre a década de 1960 e o início do século XXI.

Isso se deve ao fato de acreditar que diante desse recorte de tempo poderemos problematizar a historicidade em que essas tensões se explicitam colocando em foco o debate sobre a permanência e as mudanças nos modos viver no campo, uma vez que esses dramas e conflitos não ficaram presos ao século XX, mas que são experimentados na atualidade com as determinações próprias desse seguir adiante, apresentando as sinuosidades inerentes à trajetória construída pelos sujeitos privilegiados nesta tese, inclusive a experiência marcante dos indígenas em Santa Helena e na região Oeste do Paraná. Tal propósito analítico fez com que diferentes intensidades e reordenamento de valores emergissem dessas experiências diante das decisões que firmaram e continuaram a avaliar ao prosseguir, ou não, no meio rural em Santa Helena e região.

Para esse encaminhamento elegi o trato de determinados materiais, como fontes orais, matérias jornalísticas da imprensa local de Santa Helena (Jornal Costa Oeste) e o periódico alternativo de Foz do Iguaçu, questionador do período ditatorial e das pautas que se acumularam diante das desapropriações advindas com o projeto da Hidrelétrica de Itaipu (Jornal Nosso Tempo), além deles, analisei documentos vinculados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) – disponíveis no site do órgão –, bem como relatórios e pareceres produzidos por funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), correspondências do Acervo Kirinus – ambos presentes no CEPEDAL/UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon. Outro material importante para a conclusão desta tese foram os procedimentos jurídicos que se remetem às demandas indígenas na região de Santa Helena de reivindicação de direito à terra e ocupação de território onde se encontram “acampados” – um percurso que, em razão dos meus limites de avançar na pesquisa não pude realizar entrevistas ou visitas, mas que não abri mão de mencionar por ser um eixo da problemática de quem vive e permanece no campo que atravessa a chegada de posseiros, trabalhadores e grandes produtores no Oeste do Paraná, uma vez que os debates sobre o direito e ancestralidade dos indígenas na região se mantém como uma tensão forte ainda nos dias de hoje.

Busquei pensar nesses registros e impressões de determinadas relações e temporalidades, as tensões que permeiam o viver e sair do campo como algo em movimento e incorporado ao modo como tais sujeitos reconhecem necessidades e valores nessas tomadas de decisão. Ao propor tal eixo de reflexão, entendo que o diálogo com alguns desses homens e mulheres que experienciaram o meio rural nesse momento e em quais circunstâncias será de fundamental importância, pois ainda que Alessandro Portelli indicasse essas questões para as fontes orais, reconheço tal suposto como importante para pensarmos as memórias que se expressam em diferentes fontes que elegemos para a pesquisa histórica:

A história oral e as memórias, [...] não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. [...] mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que nos lembrar que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um *patchwork* em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. (PORTELLI, 1996, p. 72)

Sempre que tenho contato com as discussões feitas por Alessandro Portelli sobre as fontes orais me pego pensando nas conversas que tive com alguns de meus entrevistados, cujas falas problematizei ao longo de meus trabalhos acadêmicos (de graduação e mestrado). Ao fazer esse exercício, ao rememorar esses momentos, sinto a reflexão do autor se materializando em minhas experiências enquanto pesquisadora e vejo o quanto é necessário trazermos para nossos trabalhos os sentidos e significados que esses sujeitos formularam em determinados momentos e relações.

Pois, as fontes orais, bem como os demais materiais que nos evidenciam a construção de memórias e significações de experiências (ganhando o status de fonte histórica), trazem-nos a possibilidade de perceber os embates sociais sendo valorados por quem os viveu ou os reconhecem em sua trajetória, em meio à produção de sentidos que vão articulando ao narrarem (e/ou serem narrados) nas linguagens próprias dos materiais que selecionamos como fontes. Nesse sentido, sempre que discuto a utilização e a importância das fontes, e particularmente das fontes orais, acabo retomando o trecho acima, uma vez que, para mim, nessas poucas linhas o autor consegue nos alertar para a riqueza e, ao mesmo tempo para o cuidado, que devemos ter ao trabalhar com as memórias no movimento que elas articulam entre o que singular de quem a produz e o

que é compartilhado socialmente ao situar a visão que lança sobre certas relações de poder.

Portanto, ao lidarmos com as fontes orais, não trataremos de falas com intepreções e experiências homogêneas, estamos dialogando com um campo de possibilidades compartilhado, ou seja, ao lidarmos com as falas dos sujeitos na diversa e desigual condição com que experimentaram o viver no campo, não trabalharemos com experiências que irão indicar os mesmos posicionamentos, mesmos interesses e as mesmas decisões, traçando um perfil médio de quem são e como experienciaram esse processo (THOMPSON, 1987, p. 179-224).

Mas, sim, importa avaliar como essas experiências, tão diversificadas e complexas, são balizadas por limites e possibilidades em movimento ao se entrecruzaram em um tempo de tensões que coloca em xeque a permanência no meio rural. Experiências que se aproximam e se distanciam, pois como nos indica Portelli tal “miríade de diferenças individuais nada mais faz do que nos lembrar que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme” (PORTELLI, 1996, p. 72).

Com esse suposto, não só para o trato das entrevistas, mas para a compreensão dos sentidos e significados evidenciados nas demais fontes eleitas para a produção dessa tese, proponho buscar evidências para discutir esse “mosaico social” conflitivo e turbulento, observando as aproximações e diferenciações no posicionamento dos sujeitos que experimentaram e experimentam Santa Helena como seu território social, pois foi ao tratar limites e pressões que os cercavam/cercam que decidiram por continuar ou romper certos elos ao lidarem com as tensões para permanecer ou deixar o campo e produzirem outras possibilidades.

Frente a isso, devemos nos atentar para a forma como analisamos os materiais tratados como fontes, entendo as narrativas que expressam em seu conteúdo como carregadas de referentes culturais do modo de vida desses sujeitos (tanto do que viveram quanto do que esperavam/e esperam viver):

algumas narrativas possuem como recurso a “velocidade” da narração, isto é, na proporção da duração entre os eventos descritos e a duração da narração. Um informante pode relatar em poucas palavras experiências que duram longo tempo, ou discorrer minuciosamente sobre breves episódios. (PORTELLI, 1997, p. 05).

Alessandro Portelli nos fala que as fontes orais são fontes narrativas e, por isso, devemos problematizá-las sem deixar de observar fatores que, por vezes, podem passar

despercebidos, mas que são de extrema importância ao lidarmos com a integralidade dos processos que envolvem a construção dessa narrativa; o modo como acionam temporalidades e que velocidade elas assumem na narração, o ordenamento das questões, o que se privilegia e o como se decide contar tais “episódios”.

Portanto, independente da fonte, mas partindo da fonte oral, o autor sugere que as narrativas que as fontes nos apresentam permite encontrarmos aspectos expressivos da tomada de decisão dos sujeitos, sobre como e com quais recursos decidiu apresentar, situar e produzir suas memórias.

Acelerar ou diminuir o ritmo de sua fala, detalhar ou não uma determinada experiência, emocionar-se ou racionalizar momentos e relações são aspectos que podem indicar pressões e seleções que definiram por aquela narrativa e não outra ao dimensionaram sua experiência social e interesses em jogo. Logo, nenhuma fonte é neutra, muito menos as fontes orais. Então, na análise e construção desta tese interessa observar como as fontes se confrontam e nos confrontam, sendo essas confrontações de subjetividades e modos de ver (e fazer) determinadas realidades é que irão enriquecer nossa produção ao buscarmos os “atos interpretativos” expressos nas fontes (KHOURY, 2001).

Confrontações e posicionamentos diversos e desiguais que discutiremos também a partir da problematização dos processos judiciais, dos pareceres e relatórios produzidos pelos funcionários do INCRA e de membros da CPT, assim como nos procedimentos em litígio envolvendo a legitimidade das comunidades indígenas na região. E, para tanto, as reflexões feitas por Almeida, Calvo e Cardoso, no artigo “Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográfica” vão ao encontro do posicionamento que procuro ter ao dialogar com tais fontes.

Os autores nos instigam a pensar as fontes com as quais trabalhamos de forma aberta, rompendo com procedimentos que tratem as evidências expressas nas fontes de forma a engessá-las, propondo tratarmos e explicitarmos a subjetividade e as peculiaridades presentes em cada material que elegemos como fontes. Esse exercício metodológico me ajudou a ampliar a dimensão de análise e incorporar tais documentações ao conjunto de fontes para análise. Logo, tenho interesse em

Recuperar a experiência histórica de diversos sujeitos sociais em seus múltiplos e diversificados aspectos, entendendo como as pessoas constroem seus espaços e territórios, deixando neles suas marcas: discutir as variadas experiências dos trabalhadores analisando o seu fazer-se enquanto classe em seus múltiplos sentidos e práticas; refletir

sobre o significado das práticas sociais diferenciadas que estão no campo das vivências, bem como no dos valores e dos interesses, a fim de entender o social como um lugar de tensões; são objetivos que compõem universo das nossas preocupações maiores. (ALMÉDIA, CALVO, CARDOSO, 2005, p. 13).

Recuperar e discutir experiências históricas de diversos sujeitos que vivem/viveram no meio rural em Santa Helena será uma ação possível a partir do contato e análise de documentações como as indicadas acima. Sem dúvida, termos que lidar com o fato de que a construção, a escrita/formulação destes materiais se dá também a partir de relações de poder exige que esse fator também seja problematizado de forma mais enfática ao longo da pesquisa e construção da tese.

É válido indicar que a utilização de materiais dos meios de comunicação como fontes históricas tem uma historicidade que merece ser destacada e levada em conta quando tais documentações são mantidas como foco de evidenciação histórica, inclusive quando expressam visões de mundo e inserção nele por leituras históricas que se confrontam. Diante disso, Rosana Schwartz contribui indicando que:

Os registros presentes nos veículos de comunicação abriram a possibilidade de pesquisas que questionaram a noção de documento em história. São fontes que apresentam processos de construção e desconstrução [...]. Emergem como documento na busca das sensibilidades, muitas vezes camufladas e apresentam elementos capazes tanto de informar aspectos materiais concretos cotidianos, como a cristalização de uma memória, um testemunho direto ou indireto do passado. Constituem-se em marcas, pistas, que a história faz uso, principalmente para perceber os valores de 'mundo', suas permanências e transformações socioculturais. Os registros realizados pela mídia são documentos que exigem do pesquisador aprender a dialogar e decifrar os códigos implícitos e explícitos em seus interiores, a entender seus silêncios, seus significados, o sentido da vida e das ideias, ou seja, o sentido escondido, a revelar as aparências exteriores; enfim a penetrar em seus significados, para além do que ela pode fornecer como simplesmente narração textual ou fílmica. Contém por trás de si uma história repleta de continuidades e descontinuidades, permanências e transformações relevantes para a história. (SCHWARTZ, 2012, n.p)

Os apontamentos da autora são instigantes, pois nos motivam a pensar que muito longe de serem neutros, os diversos materiais produzidos e difundidos pelos meios de comunicação compõem indícios que podem contribuir para a formação/construção de leituras históricas e determinados usos do passado na produção de memórias (tanto para o momento em que tais impressos foram produzidos quanto

hoje, quando retomo tais produções diante das minhas interrogações para esse processo histórico).

No entanto, entendo que muito além de informar/disputar sobre aspectos passados ou presentes, tais materiais se constituem como fontes que nos permitem polemizar as relações de poder estabelecidas entre diversos sujeitos, o que não quer dizer que este posicionamento seja definidor das experiências de toda a sociedade – mas ele catalisou parte das tensões que estão no foco de análise desta tese e, por isso mesmo, interessa sobremaneira o modo como evidenciou tais questões. Entendo que essa relação expressa a disputa pela construção de uma determinada imagem, seja de pessoas e/ou localidades a partir de certos referenciais e modos de recolocar o passado no presente.

Desse modo, acredito que os historiadores não deveriam fazer uso de tais fontes apenas para “perceber valores de mundo, suas permanências e transformações”, mas, sim, para problematizá-los como sendo esses referenciais. Esta problematização e desconstrução, do que por vezes é apresentado através dos meios de comunicação como algo natural, é para mim o que os tornam ricos e significativos para a pesquisa histórica, interessando “penetrar em seus significados”.

Nessa perspectiva de discussão ressalto que os meios de comunicação são, sem dúvida, fontes desafiadoras na problematização das relações empreendidas em sociedade e, portanto, ao tomá-los como fontes busco ao longo desta reflexão destacar as relações que permeiam não só seu conteúdo, mas a elaboração de tais materiais. Pois, as dinâmicas que discutiremos a seguir permitirão olhar para os registros dessas tramas sociais como estratégias que expressam disputas por interesses, valores e propostas que são construídas em meio a relações classistas em que se inserem tal imprensa, contribuindo na produção de “presentes rememorados” que comporão nossa interpretação e visão de mundo ao tomar contato com tais memórias (FONTANA, 2020, p. 522).

Ao analisarmos algumas matérias vinculadas aos jornais (Jornal Costa Oeste e Jornal Nosso Tempo) a possibilidade de perceber que os jornais não são oniscientes, mas que, em grande medida, são organizados e financiados por sujeitos que, por vezes, estão comprometidos com os interesses que ora formam as classes dominantes e/ou forças antagonicas a estes (como o Jornal Nosso Tempo) – contudo, ambos irão dialogar com o mesmo universo de pauta e senões, ainda que lancem uma lente distinta para o enfoque e modo de sinalizar como se situam nessa disputa interpretativa e de evidenciar as tensões do Oeste do Paraná.

Assim, é compreensível que aqueles que se coadunam com as práticas hegemônicas busquem construir a melhor imagem possível de si e dessas ações. Ricard Vinyes nos ajuda a pensar estas questões, para ele:

El Estado tiene una sola memoria, la “buena memoria”. Desde su inicio democrático, el Estado há ido constituyendo una economía memorial, es decir, un sistema de administración de bienes morales y simbólicos, datos y fechas, actos de Estado e recursos administrativos y de difusión diversísimos, que aparentemente – y sólo aparentemente – están destinados a garantizar, que hibición institucional em los conflictos de memoria; inhibición considerada por la Administración como um deber moral para la buena convivencia de los ciudadanos de nuestra sociedade. (VINYES, 2009, p. 15).

O autor discute como a “memória do Estado” se constitui sempre a partir de uma “boa memória”. Para que esta “boa memória” seja difundida dentro da sociedade, como datas comemorativas e todo um sistema administrativo comprometido com a construção dessa “boa memória”. Inspirados neste suposto vamos observar como há um interesse norteador para a construção de uma determinada memória sobre a cidade de Santa Helena no seu jornalismo mais expressivo e de maior vulto. Então, fica a pergunta; como esse meio de comunicação se coloca perante essa tentativa de construir uma “boa memória” sobre o município e seus administradores? Não estariam os editoriais e eixos de pautas de notícias do Jornal Costa Oeste comprometidos com a construção dessa “boa memória” sobre a cidade?

Em que medida as tensões no campo são abordadas por meio desta imprensa? De que forma os diversos sujeitos que vivenciam o campo são apresentados por meio desta imprensa? Por que o Jornal Nosso Tempo se coloca em contraposição argumentativa a tais formulações? Como um mesmo momento histórico ganha destaque e narrativas tão destoantes? Estes foram alguns dos elementos que me fizeram escolher tais meios de comunicação para análise (direta e indireta) ao longo da tese.

Nesse sentido, quando Antônio Gramsci (2000) nos indica que a imprensa se constitui, por vezes, como um verdadeiro partido político, pois ela consegue se comunicar com as pessoas e corroborara com a construção e afirmação de projetos hegemônicos. Acredito que, ao falar sobre a função dos jornais na sociedade, Gramsci nos chama a atenção para o papel dos meios de comunicação na arena social e, mais do que isso, destaca como determinados sujeitos que produzem essa inserção a partir dos

meios de comunicação estão comprometidos e se posicionam diante das questões sociais em tela.

Frente às problemáticas aqui abordadas entendo que as relações sociais são construídas em um campo conflituoso, onde não podemos reduzir essas relações com visões deterministas. As relações sociais são construídas em meio a atuações/avaliações/inserções de sujeitos desiguais, mas que nem por isso deixam de se relacionar, de agir, de construir práticas para atingir seus objetivos.

Nesse contexto, como veremos ao longo dessa tese, a imprensa se constitui como fonte importante na nossa reflexão. Pensando nisso, busquei dialogar com Karl Marx e Friedrich Engels, observando suas considerações acerca das relações formuladas em sociedade e como essas são significativas para pensarmos as questões que serão suscitadas aqui enquanto campo desigual de tensões. Assim, de acordo com Marx e Engels:

É certo que Feuerbach tem em relação aos materialistas “puros” a grande vantagem de que ele compreende que o homem é também “objeto sensível”; mas, fora o fato de que ele apreende o homem apenas como “objeto sensível” e não como “atividade sensível” – pois se detém ainda no plano da teoria – e, não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que são, ele não chega nunca aos homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração do “homem” e não vai além de reconhecer no plano sentimental o “homem real, individual, corporal”, isto é, não conhece quaisquer outras “relações humanas” do “homem com o homem”, que não seja antes do amor e da amizade, ainda assim, idealizadas. (MARX; ENGELS, 2007, p. 16)

Os autores constroem sua problemática partindo da crítica a Feuerbach. Nesse sentido, contestam a interpretação do homem como “objeto sensível” feita por Feuerbach, e não como “atividade sensível” dinâmica. Desse modo, Marx e Engels chamam a atenção para a necessidade e importância de reflexões que tentem dar conta de discutir as relações humanas não se prendendo ao “comodismo” teórico. Para eles, as relações humanas não são constituídas apenas através de relações sentimentais abstratas, mas ultrapassam este limite, constituindo-se e se reconstituindo diante de situações reais, diante das condições de vida existentes; são essas relações que constituem os homens enquanto sujeitos ativos que agem e transformam as situações que vivenciam.

Frente a isso, Marx e Engels enfatizam o que acredito ser o centro da reflexão por eles proposta. Feuerbach permanece na abstração de discutir o homem,

“esquecendo-se” de que o homem se constrói a partir das articulações que dinamiza com “outros homens”. As relações entre esses sujeitos constroem por sua vez a “atividade sensível”. Desse modo, é através da “atividade sensível” que homens e mulheres produzem suas dinâmicas para lidar com as relações de poder na sociedade que experimentam.

Esta reflexão é o que diferencia o posicionamento de Marx e Engels do posicionamento de Feuerbach, que serve como base para a crítica que tecem ao idealismo e ao marxismo tradicional. Para eles, são as ações/relações entre diferentes e desiguais sujeitos que constituem as tramas sociais elaboradas historicamente.

Entendo que as reflexões feitas e apresentadas ao longo dos capítulos nos permitem dizer que os sujeitos privilegiados para orientar essa tese são agentes ativos e que se constroem diante de dimensões individuais e coletivas; logo, experimentam um campo de disputas e interesse desiguais que irão informar como se situam (e atuam) na arena social – seja como arrendatários, trabalhadores, posseiros, pequenos proprietários, indígenas em litígio de reconhecimento territorial etc.

Diante desse suposto, o primeiro capítulo trouxe reflexões que têm como objetivo analisar as tensões pelo acesso e permanência no campo em Santa Helena-PR, a partir da identificação de disputas entre titularidades e a evidenciação de práticas de expulsão forçada, envolvendo tanto aqueles posseiros que alçavam a condição de pequenos proprietários, bem como certos trabalhadores que se inseriram nessa tentativa de se tornarem proprietários diante das inseguranças de experimentar determinadas tensões nesse convívio desigual e conflitivo que perpassou o viver no Oeste paranaense ao longo da segunda metade do século XX aos dias atuais.

No segundo capítulo, a intenção das análises empreendidas está em observar as implicações desse processo em tensão que para além de práticas de violência continuou a empreender pressões e alterações nos modos de viver e se relacionar com o campo, promovido por trabalhadores, pequenos proprietários e comunidades indígenas, em particular aqueles que se mobilizaram para permanecer no meio rural em Santa Helena e se viram frente a novos contornos “que se obrigaram” a ver e promover – inclusive, dirigindo-se para a área urbana ou mesmo transitando entre propriedades e novas territorialidades em busca de conseguirem segurança e uma vida melhor.

Muitos desses sujeitos, na tentativa de garantir certas práticas e modos viver, ligados à decisão envolta entre permanência e saída do meio rural recolocam a expulsão e opressão em outros termos, o que não quer dizer que não tiveram perdas nessa

correlação desigual que marca essa historicidade que chega ao século XXI, mas que constituíram práticas de resistência e protagonismo nesse processo – inclusive, para que saindo ou permanecendo conseguissem romper certas amarras da subalternidade e do empobrecimento rural. Espero que a leitura desse texto permita olharmos para os desafios do século XXI no Oeste do Paraná com a sensibilidade e urgência que essas tensões merecem de nós.

CAPÍTULO I

SANTA HELENA E AS TENSÕES NO CAMPO

Este trabalho tem como objetivo problematizar os meandros pelos quais se fazem a tomada de decisões sobre permanecer ou não no campo, destacando algumas experiências no município de Santa Helena, Oeste paranaense, entre a década de 1960 e o início do século XXI. A partir dessa historicidade interessa a essa tese dialogar com experiências de pequenos proprietários de terra e trabalhadores que mantiveram suas relações e modos de viver por muito tempo vinculado ao campo e que nessa temporalidade em particular experimentaram certas tensões nesse universo social, como pressões e dramas que informaram a tomada de decisões acerca de como alteraram seus modos de viver e definiram permanências e saídas do campo.

Frente a isso, é válido destacar as motivações que me levaram a eleger este tema e transformá-lo em meu problema investigativo. Apesar de remeter-se a uma temporalidade recente, o contanto com as problemáticas que envolvem as tensões por acesso e permanência no campo em Santa Helena diz muito sobre a trajetória de pesquisa que trilhei desde a construção do meu trabalho monográfico (SILVA, 2013).

Assim, ao conversar com essas pessoas, percebi que algo era recorrente em suas falas. Grande parte deles me contavam sobre sua chegada em Santa Helena – entre 1960 e 1970 –, enfatizando as constantes brigas e mortes motivadas, por vezes, pelas disputas por terras e dificuldades que tiveram para a permanência no meio rural (sejam advindos com as campanhas de divulgação da colonização do Oeste, promovidas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, seja aqueles de outras paragens do país, ou mesmo do Paraguai que buscaram a região paranaense em expansão – sinônimo de frentes de trabalho e possibilidades de uma vida melhor em um processo de chegantes em meio a presença indígena marcante nessa faixa de fronteira do Brasil).

Ao longo de minha trajetória acadêmica, percebi que a partir do adensamento do mercado de terras no Oeste do Paraná (compra e venda pelas colonizadoras e por terceiros), a terra passou a adquirir diversos e distintos usos sociais por aqui, particularmente em meados do século XX. Colonos e posseiros retiravam árvores e transformavam a mata para prepararem o solo em busca da produção para subsistência e comércio, além de estabelecerem suas moradias. Na medida em que foi se formando um mercado para os excedentes agrícolas, o mercado de terras foi adquirindo expressão e

tensionando ainda mais quem ocuparia e teria direito (e condições materiais) para permanecer no meio rural do Oeste paranaense.¹²

Para Octávio Ianni (1981), a terra na década de 1950 começou a ganhar novas formas sociais de uso e de referência para os modos de viver, devido à inserção mais contundente de práticas capitalista em áreas tanto de terras devolutas quanto nos latifúndios (antigos ou mais recentes), onde antes se produzia principalmente para o autoconsumo e manutenção de relações de parceria e comércio de pequena/média escala – como podemos destacar enquanto característica importante dos municípios do Oeste do Paraná.

Os conflitos pela terra desse momento, na maioria dos casos, envolviam a situação de dupla autoridade (policiais e jagunços) e titulações múltiplas, de origem questionável – haja vista que muitas vezes aquele que possuía “direito de explorar a terra” não o fez e ela estava há anos sendo ocupada e com produção costumeira de posseiros, rendeiros e meeiros que reivindicaram sua permanência no local (pois muitos possuíam, inclusive, documentos de compra/venda), uma vez que a titulação como proprietário não estava garantida a nenhuma das partes enquanto documento oficial. Isso desencadeou uma intensa violência nessa região de fronteira, acentuada com o mercado de terras em ascensão – frente à promoção de “expansão para o Oeste” promovida pela Estado brasileiro e para leste, promovida pelo Paraguai.¹³

Conforme Crestani, no Oeste do Paraná, uma das regiões de expansão agrícola e de ocupação de fronteira do país, tantos foram os conflitos semeados pela múltipla titulação nessa territorialidade durante a década de 1950 que o próprio governo estadual se colocou a desapropriar terras com titulação concedida por ele mesmo (2012, p. 99).

Os apontamentos feitos por Crestani (2012), Zimmermann (2023), assim como por Miskiw (2002) se aproximam da discussão que também fará parte do desenvolvimento desta tese, particularmente por sugerirem as implicações de todas as

¹² Destaco que nesse percurso que envolve expressivamente a ocupação desse território no século XX, em especial na segunda metade deste século, onde tanto posseiros, quanto arrendatários, trabalhadores, pequenos proprietários, quanto o destino dos aldeamentos indígenas compuseram parte dos enfrentamentos por pertencimento e permanência nessas áreas rurais. Hoje, essas tensões ainda ressoam no tempo presente pautando direitos e o acesso desigual à terra na região, o qual foi sendo constituído e legitimado ora pela força ora por estratégias legais construídas e pela capitalização das relações agroindustriais. Acerca dessa historicidade há vasta bibliografia, inclusive, com posições e olhares distintos, ainda que prevaleçam leituras que positivem o papel das colonizadoras e a presença pacificada dos colonos e da ocupação do Oeste paranaense. Para averiguar algumas dessas indicações ver:

¹³ Sobre essa promoção de ocupação como garantia de fronteiras e o que ela engendra de tensões no como ocupar e quem promoveria e disputaria tais regiões, ver a reflexão construída por Oliveira (2013) em sua dissertação, particularmente ao tratar esse conjunto de ações tanto no Brasil quanto no Paraguai, envolvendo o Oeste paranaense.

ordens (culturais, sociais, econômicas, políticas etc.) no que se apresentou junto às definições de quem teria titularidade ou não.

Mesmo que os autores indiquem que a região longe de ser um lugar tranquilo e ordenado, conforme a colonização privada pretendia aparentar, essa prática desigual e com intenções muito localizadas, ocorria em meio a outros modos de ocupação dessa territorialidade, era um lugar onde as disputas por terras eram uma constante, tanto antes, durante e depois desse possível marco oficial. Ainda dialogando com essa constante penso que interessa rastrear como essa região se faz por constantes tensões sobre quem e como permanecer no campo, ainda que nem sempre isso signifique falar de violência física e expulsão armada, mas falar de uma latente e intensa presença de correlações de forças desiguais para a tomada dessa decisão e avaliação de como se vive e experiencia essa região.

É possível perceber essas tensões elencadas diante da conversa que tive com Alex, em 2014, quando ele me falou um pouco sobre as tensões que se deram na antiga Fazenda Mesquita localizada em Santa Helena e os dramas que ultrapassam tal territorialidade e marco temporal.

Conheci o proprietário rural (ex-posseiro) Alex através de uma de minhas tias. Em uma das conversas em que ela me perguntava sobre os estudos, sobre a pesquisa na universidade, disse-me que talvez ele pudesse me ajudar a pensar algumas questões sobre as quais eu tinha lhe falado. Foi ela quem fez o primeiro contato com ele, falou sobre o trabalho que eu estava desenvolvendo no mestrado e perguntou se ele se disponibilizava a conversar comigo.

Felizmente sua resposta foi positiva, tiramos uma tarde para falar um pouco sobre as experiências daquele senhor em Santa Helena nos últimos anos. Alex é um senhor muito simpático, é um dos donos de um comércio no município. Então fui para a entrevista e ele me recebeu em sua casa. Diferentemente do que normalmente ocorria nas conversas que tive em outras oportunidades com outros sujeitos, Alex foi quem iniciou nossa conversa:

Alex: Então, sobre o que é o teu trabalho?

Pesquisadora: Então, é algo bem simples... [...] estou fazendo uma pesquisa que tenta trabalhar um pouco sobre os conflitos pela terra [...] já conversei com outras pessoas sobre esses assuntos, mas é como eu disse para as outras pessoas com quem eu conversei... a gente conversa aqui, eu vou gravar, mas quando eu for escrever o meu trabalho eu não vou colocar o nome de

nenhum de vocês e vou tomar todo o cuidado para que nada do que eu escreva possa vir a prejudicar vocês, tá bom?

Alex: Até porque tem coisas muito comprometedoras, né?

Pesquisadora: Sim. A gente vai tomar todo cuidado com isso.

Alex: É, isso que era a minha preocupação, né? (ALEX, 2014)

Alex teve todo o cuidado de antes de qualquer coisa perguntar sobre o que eu queira saber, sobre o que se tratava o meu trabalho e o que eu iria fazer com as coisas que ele viesse a me contar. Percebi que ele estava com um certo receio quanto à nossa conversa. Possivelmente, porque minha tia já tinha adiantado que meu interesse naquele momento era falar um pouco sobre os conflitos por terra em Santa Helena.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que confirmei para ele que meu intuito era discutir as tensões envolvendo as disputas diante do acesso à terra, tentei tranquilizá-lo, certificando-o de que ele podia se sentir à vontade para conversar. Pois, eu tomaria as precauções necessária para que ele, assim como todas as outras pessoas com as quais conversasse, tivessem sua identidade preservada, para que, posteriormente, nenhum problema quanto aos apontamentos que fizessem viesse a prejudicá-los. Mesmo sabendo (tanto eu quanto ele) que essa promessa tinha limites, pois, o que poderia ser algo perigoso para Alex?

Ao retomar este trecho para a nova pesquisa, agora de doutorado, esse receio de Alex sobre como essa conversa poderia ser uma preocupação no presente, sugere algumas indagações, que tensões estão latentes no modo como Alex vive e se relaciona na cidade hoje que lhe coloca preocupações sobre memórias acerca do modo como o permanecer e sair do campo se constituiu em Santa Helena? Que laços e relações possui na atualidade com sua atividade comercial que poderia se ver prejudicados diante de tais indicativos da controversa ocupação de Santa Helena?

De toda forma, posso dizer que Alex ficou à vontade após minha garantia de cuidados com sua narrativa – o que não quer dizer que após ir embora não tenha construído elaborações acerca do que e como tratamos tantos temas espinhosos. Conversamos sobre diversas experiências (pessoais, de seus amigos, de sua família, daquelas que ouviu falar etc.). E, nesse enredo de memórias, ele me falou sobre determinadas tensões que se desenvolveram envolvendo o acesso e permanência no campo em Santa Helena, sejam elas com ou sem violência explícita, mas informadas pelo campo de possibilidades de ameaças e mortes.

Isso se colocou como uma preocupação quando, já no final de nossa conversa, fiz a ele uma pergunta usual quando trabalhamos com fontes orais e ele retomou a preocupação sobre o que e como usar o que ele falou:

Pesquisadora: Então tá, eu acho que é um pouco isso mesmo, então o senhor não precisa se preocupar, a gente vai tomar todo cuidado pra não expor o senhor e não comprometer ninguém tá? Eu só preciso que o senhor me autorize a usar a nossa conversa no meu trabalho.

Alex: Pode, pode, só toma cuidado, né? Porque é como eu disse, faz tempo que aconteceu... mas... (ALEX, 2014)

Alex concordou com que eu usasse nossa conversa para ser problematizada em minhas pesquisas acadêmicas. Mas, não deixou de novamente me alertar para que eu tomasse cuidado. Então, ressaltar esses aspectos, de uma das conversas que tive durante o processo de construção dessa minha caminhada investigativa, parece-me ser significativo ao pensarmos a utilização e trabalho com fontes orais.

As perguntas e os receios de Alex indicam que as pessoas com as quais conversamos durante a produção de entrevistas, longe de serem sujeitos ingênuos, que não sabem do poder que seu posicionamento possui, trazem em suas falas o entendimento que têm diante da dinâmica social, expressam que sabem muito bem das implicações que podem ser geradas a partir de suas indicações e como certos usos do passado no presente ainda implicam em relações de poder constituintes das relações em Santa Helena em pleno século XXI.

Frente a isso, Portelli faz considerações importantes sobre a relação entre o pesquisador e o narrador, e em meio a isso tece sua reflexão em torno do “poder da história oral”, do poder que tais memórias podem provocar na condição desses sujeitos no presente. Pois, de acordo com o autor:

Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia. O segundo nível remete à relação entre os historiadores e os narradores orais que entrevistamos. Porque, como eu dizia antes, não são objetos

da investigação, mas sujeitos de um projeto compartilhado, de um diálogo entre entrevistado e entrevistador. Um diálogo em que os papéis se modificam, mudam, em que nem sempre é o historiador quem faz as perguntas, há perguntas colocadas pelo entrevistado. Há duas agendas que se encontram: a agenda do historiador, que tem perguntas, algumas coisas que queremos saber; e a agenda do entrevistado, que aproveita a presença do historiador para contar as histórias que quer contar, as quais não são necessariamente as histórias que buscamos. E talvez, amiúde, são mais interessantes do que as histórias que buscamos. (PORTELLI, 2009, p. 2-3)

A partir das reflexões propostas por Portelli, percebo que Alex, assim como tantos outros sujeitos com os quais dialogamos, tem voz e sabem do poder de sua voz. Por vezes, ao longo de sua fala Alex voltou a me pedir para tomar cuidado com o que eu fosse escrever, sempre insistindo em dizer que apesar desses embates frente ao acesso e permanência no campo em Santa Helena, não tinham ainda ficado para trás, seja porque alguns dos sujeitos que compuseram aquelas dinâmicas ainda estejam vivos e compõem as relações de convivência na cidade, seja porque as experiências vinculadas a tais questões tenham sido experimentadas de forma tão intensa que ainda são marcas presentes em sua vida ou, ainda, o lugar de correlações de forças que ocupa hoje traga certos constrangimentos e contradições na sua imagem e condição ao retomar e situar tais tensões – agora proprietário e comerciante local.

Então, ciente desses meandros me proponho a discutir tais pautas de tensões que envolveram determinadas relações no campo, no que tange ao processo de disputas sobre quem e como devia permanecer e garantir modos de viver e produzir no meio rural. Acredito que para explorar um pouco dessa discussão seja significativo, analisarmos a conversa que tive com o senhor José:

Pesquisadora: O senhor falou que quando trabalhô lá no N... o senhor conseguiu ajuntá um dinheiro e comprá uma terra né? E lá o que o senhor fazia?

José: Plantava soja milho, tinha umas vaquinha de leite aí fiquei por aí, saí das terra dos outro.

Pesquisadora: E como é que era a rotina de vocês?

José: Levantava cedo, pulava cedo ia pra roça, de meio dia voltava, quando o sol tava meio no jeito, dava uma hora ou duas, pegava de novo, o pega era válido direto, trabalhava direto, não podia dá moleza, daí, ali eu vendi e comprei outra terra.

Pesquisadora: E por que o senhor vendeu?

José: Ah! Ali eu vendi por causa de uma água que não tinha água, aí de uma bronca por causa da água, aí foi obrigado eu vendê, aí o dono da fazenda mesmo comprô.

Pesquisadora: Há era perto de uma fazenda?

José: É da fazenda dos R..., aí eu vendi pra eles mesmo, aí eles compraro, aí eu comprei outra.

Pesquisadora: Mais não tinha água encanada?

José: Não, não tinha água nada, era seco, tinha uma água que vinha lá da fazenda do home lá, aí depois ele começô implicá, encrencá pela água, aí deu a maior confusão, aí eu tive que vendê.

Pesquisadora: E quanto tempo vocês moraram lá?

José: Nem lembro mais, foi pouco tempo que nós morramos ali, uns cinco, seis ano, não sei se chego seis ano [posteriormente, consegue indicar que foi, na verdade, dois anos]. (JOSÉ, 2012)

José nasceu em Pernambuco, foi lá que se casou e onde três de seus sete filhos nasceram. José mudou-se para Santa Helena no início de 1970. No entanto, antes de residir no município passou por outras cidades do Paraná, sempre à procura de trabalho e se dirigindo para regiões onde conhecidos lhe apontavam tais vagas possíveis, até que decidiu voltar para Pernambuco, para buscar sua mulher e seus filhos para morarem e se estabelecerem em Santa Helena.

Frente a isso e durante algum tempo, a família do senhor José dinamizava seu trabalho através da prática do arrendamento, ou seja, José plantava uma determinada área de terra de um proprietário, pagando-lhe em dinheiro para que pudesse continuar cultivando determinada porcentagem de terra. José narrou ao longo de nossa conversa, que, por vezes, o acordo feito entre ele e alguns proprietários era quebrado; já que alguns dos proprietários com os quais manteve essa relação de arrendamento ao final do acordo exigiam dele uma quantia maior do que a que tinha combinado inicialmente, isso fez com que tenha se visto em instabilidade muitas vezes, tendo que articular diversas mudanças em seu modo de vida em Santa Helena em razão de tais tensões e reordenamentos de seus ganhos.

Em meio a esses desencontros e procura de trabalho, a família do senhor José arrendou as terras do senhor N..., que de acordo com José se localizavam no distrito de Braço do Norte, em Santa Helena. Ali permaneceram por mais tempo (cerca de dez anos) e foi neste momento que conseguiram guardar certa quantia para enfim comprar uma pequena área de terra e deixar essa condição de insegurança expressa nos acordos de arrendamento.

No entanto, o que para a família de José parecia ser um momento em que se estabilizaram, foi mais um momento conturbado de suas vidas. A área de terra comprada por José equivalia a 04 alqueires, os quais ficavam cercados pela fazenda do R... O fazendeiro não mediu esforços para fazer com que a família de José deixasse as terras, tanto que deu um jeito de cortar o acesso à água que chegava até as terras de

José. Aqui, podemos destacar alguns aspectos. O primeiro deles é que para mover-se na sua condição de trabalhador para proprietário, José e sua família não conseguiram comprar uma terra com as condições mínimas para serem autossuficientes; “não tinha água, nada, era seco”. Isso quer dizer que, de qualquer maneira, ou teria que ter condições de investir e construir um poço – o que não tinham condições, ou negociar com o fazendeiro o acesso à água advinda da sua propriedade – o que já tinha sido proibido pelo dono da fazenda; o que indica o segundo ponto envolto nesse processo, que chamou de “uma bronca (...) confusão”. Pois, como manteriam uma propriedade sem água?

Nesses termos, não contou com muitas alternativas que dialogassem com suas condições e manejos nas relações de poder colocadas (traduzidas por ele como o fazendeiro implicá e encrencá). Então, coloca-se o terceiro aspecto desse campo de tensão; José vende as terras para o próprio vizinho, cerca de dois anos após sua instalação no lugar.

As questões levantadas através da fala de José me parecem ser representativas pois entendo que essas tramas enredadas por José entre finais da década de 1970 e início dos anos de 1980 se deram indicando, inclusive, como essas proposições de quem e como se mantém no campo perpassa variados artifícios no universo de forças em que se processa a constituição do meio rural em Santa Helena e se projeta, até mesmo, a presença na área urbana.

Por vezes, a violência física é que se sobressai (ou apenas elas são vistas e lidas) ao falarmos de tensões no campo, mas, as práticas de violência experimentadas pela família de José compuseram um campo de disputas desiguais significativo, entendido enquanto pressão que expulsa corriqueiramente. Portanto, suspeito, que essa recorrência traz marcas e avaliações importantes de serem observadas e confrontadas no conjunto de movimentações que vemos em sujeitos como José ao se debaterem entre necessidades e expectativas ao ocuparem campos e cidades brasileiras.

No decorrer de nossa conversa, José indicou mais algumas questões que nos ajudam a pensar as tensões, os sentidos e significados, bem como as moralidades acionadas ao tratar as disputas pelo acesso à terra e a desigualdade com que isso se desenrola:

Pesquisadora: E porque o senhor não foi [participar do Movimento Justiça e Terra]?

José: Eu não.

Pesquisadora: Por que não?

José: Porque eu não vou andar atrás do que não é meu, do que não era meu, andá atrás do que é dos outros nunca!!! O cara tem que andá, corrê atrás de um futuro pro cara tê o que a gente derrama o suor da gente e comprá pra gente, mais andá atrás do que não é da gente, do que é dos outros, nunca!!! Corrê atrás do que é dos outro, corrê atrás do que é dos outros, eu nunca fui atrás disso. Quando nós entremo ali, na sanga natal, tinha um matão e os cara falava, “por que tu não entra ali, não vai grilá um pedaço de terra?” Eu digo: “eu não, não sou louco, a terra não é minha, vou eu lá me apossá no mato, abri um pedaço lá, chega o dono lá e me mete [bala]... bate lá, eu vou tê que corrê de lá, pra pegá o que não é meu, enfrentá... se não é meu, a terra nunca, nem falá, o dia que Deus me desse a sorte de eu trabalhá com meus filho e comprá uma coisa que é minha, tudo bem, mais corrê atrás do que é dos outro, nunca fui, nunca fui e nem vou atrás do que é dos outro”.

Pesquisadora: Então a terra não tinha dono.

José: Claro que tinha dono, não existe nada sem dono ou um ou outro mais tem dono sim, tinha dono sim, até hoje o cara pode i na maior fazenda que tem, mais tem dono, o dono aparece, mais se não aparece o governo é dono daquilo ali, não existe nada sem dono, tem dono, se o cara diz, vê um mundão de terra que nem Amazonas, Mato Grosso, onde tem bastante terra, o cara diz que não tem dono? Tem, ou mais cedo ou mais tarde tem ou o governo é o dono ou um deputado, um senador que essas fazenda esses mundaréu de terra só pertence pra esses grandão, ou o governo ou senador ou deputado é esses home, é dono desse mundo dessas terra, tudo no mundo tem dono, não tem nada sem dono.

Pesquisadora: Então o senhor não foi porque não era seu.

José: É, eu ia sabe..., porque não era minha, e eu ia pra lá, o dono chegava e me pedia com qual ordem o senhor tá derrubando aqui, o que era que eu ia fazê? O dono ia dizê rua, aí eu tinha que corrê e entregá a terra do dono.

Pesquisadora: Mais o senhor não foi, mais teve gente que foi?

José: Há teve muita gente que se apossô, teve muita gente que se apossava, mais eu mesmo nunca fui atrás disso. (JOSÉ, 2012).

As indicações feitas por José tiveram início quando perguntei a ele o motivo pelo qual não participou do Movimento Justiça e Terra, sua resposta foi: “eu não vou andar atrás do que não é meu”¹⁴. Sem dúvida, uma resposta instigante, não para pensar o movimento em questão, mas para retomar a experiência de José e o que ele queria afirmar a partir daquela indicação em 2012, quase 40 anos depois dessa ação.

Para embasar sua resposta, José destaca que nunca foi atrás do que não era dele, anunciando essa ação como um valor a ser preservado custe o que custar. Ele faz

¹⁴ O Movimento Justiça e Terra foi organizado por líderes da Comissão Pastoral da Terra e se colocou como uma possibilidade de luta frente ao processo de desapropriação, ocasionado pela formação do Reservatório de Itaipu e, também, frente às disputas para acesso à terra na região Oeste do Paraná a partir de meados da década de 1970. Sobre algumas questões envolvendo a organização e ação do movimento ver Bonin et al. (1991) e Santos (2016).

isso apresentando para mim que sua condição hoje se fez pelo seu trabalho e de seus filhos, colocando uma condição moral à frente de qualquer possibilidade entreaberta que pudesse alterar sua condição sem ser pelo seu próprio esforço. Ao dizer, indiretamente, tudo isso, também quis indicar a dinâmica de grilagem de terras na região, sugerindo que “convites” para que ele se colocasse nessa prática não faltaram.

Contudo, o receio sobre o que fazer caso o dono aparecesse, ou mesmo ter que renunciar a tudo e entregar ao dono, não expressava apenas o quanto valorava as conquistas a partir do seu trabalho, mas dialogava muito com o que viveu mesmo na condição de arrendatário; quando muitos daqueles que se estabeleceram como dono da terra pedia que entregasse a terra antes do prazo ou cobrava mais do que o combinado pelo arrendamento, então, o que iria fazer? Pois, mesmo sabendo que isso era um abuso de poder (oprimindo e explorando seu trabalho), como confrontar tal condição se continuaria a ter que se relacionar com esses empregadores?

Então, sua experiência nessa correlação de forças, com quem se declara dono, não lhe trazia confiança para agir em outros termos e direção. Pois mesmo quando ele foi dono de uma terra, acabou vendendo para um desses “grandão”, que no seu caso dizia ser dono da água, então, “mais cedo ou mais tarde” seu vizinho proprietário acabou sendo dono de tudo, inclusive do que antes José era dono, uma vez que não conseguiu ser dono de fato, tanto pela falta de recursos para construir seu próprio poço, quanto pelos limites de sua condição e influência para desarticular esse cabo de guerra. É nesse enredo que se faz a sua firmeza na fala, sua narrativa enraivecida reconhece a desigualdade desse enfrentamento com os “grandão”, que, no fim, sempre é o dono de tudo porque “tudo no mundo tem dono” – demonstrando sua descrença em considerar que seria privilegiado nessas disputas.

Pois, as tensões no campo já o acompanhavam há muito tempo, desde que vivia em Pernambuco e, ao chegar no Oeste do Paraná, não só o que compôs a sua trajetória lhe dava um repertório de recusa dessa prática, mas o próprio conhecimento que tomavam das mortes que ocorriam envolvendo tais desavenças.

Diante disso, é importante trazermos alguns apontamentos de Antônio, sobre como avalia algumas dessas dinâmicas de tensão:

Pesquisadora: E vieram do que, de lá pra cá?

Antônio: Viemo de caminhão a noite e dia.

Pesquisadora: E veio mais gente com vocês?

Antônio: Viemos entre três, três mudança, dois caminhão oito dia maior sofrimento trouxemos criação, criação né só descarregando, descarregando não era fácil aí chegemo aqui era um banditismo incrível né? O primeiro dia que eu descarreguei a minha mudança aqui descarreguei aqui na casa do finado Lotário, ele tinha uma casinha ali... no outro dia cedo, eu levantei cedo, né? Tratá as vaquinha, os porco e tudo né? Trouxe duas vaca, dois porco... olhei e na estrada vinha vindo dois burro, os cara atado pelo pé com as cabeça pra baixo, assim [mostra com gesto], quatro morto, dois em cada burro. Velaram em cima de umas tábuas assim, numas casa aí, num bolão veio, aí... na época era novo, né? Eles tava fazendo... velaram ali na frente, no outro dia abriam um buraco ali [indica o local], botaram lá, os quatro sepultado na mesma cova... era um banditismo muito triste. Eu não voltei mesmo pro Sul de vergonha (risos), porque era bicho feio... passô umas duas semana metero uns caco de pedaço de panela e parafuso num tal de Gaúcho, arrasaram com uma doze[espingarda calibre 12], era um banditismo muito triste... jaguncero.

Pesquisadora: E eles matavam as pessoas, mas por quê?

Antônio: Matavam... ih essa fazenda I... ali, se irem hoje abri uns poço que tem ali, a quantia de osso que não tiram... porque o dono pagava os pião pra roçá e derrubá e depois pagavá um ou outro pra matá.

Pesquisadora: Matá o pião?

Antônio: Eles se matavam entre eles.. por exemplo, você e ele estavam trabalhando lá, os dois junto, aí o fazendeiro sempre prometia “vou te dá tanto e aquilo que vocês ganhá pra você i lá e mata fulano”, aí ele ia lá e abria uma cova levava fulano lá, abria uma cova e jogava dentro, aí ia e pedia pro fazendeiro tanto né? Aí ia... se ia também [era morto]... e assim ia né? Tinha um poço ali, coisa incrível.

Pesquisadora: Então tinha bastante bandido aqui?

Antônio: Bandido era o que mais tinha aqui, Há isso não passava dois dia sem mata ninguém, tu vê o [distrito] braço do norte deu um rebulição, não sei se vocês já tavam morando aí no tempo de... isso foi em [19]70, aquilo trançô o rio, de tanta gente que mataram, aquela cachoeira, aquilo coalhô de tanto colono, posseiro, jagunço... ali morreu mais jagunço do que posseiro.

Pesquisadora: Os jagunço matava os posseiro porque o patrão mandava, porque tava ali na terra deles?

Antônio: É, e os posseiro se reunia e matava os jagunço também. (ANTÔNIO, 2012)

Antônio, veio morar em Santa Helena no início do ano de 1960, sendo que antes disso ele e sua família residiam no Rio Grande do Sul. Ao falar sobre sua chegada na área rural do município, Antônio faz questão de destacar (inclusive por saber que naquele momento estava interessada em tratar dessas ações), as constantes e violentas mortes que viu e teve notícias nas relações de trabalho e de disputa por terra na região.

Desse modo, as indicações feitas por Antônio e José nos ajudam a perceber as diferentes formas pelas quais se engendravam a complexa rede de tensões envolvendo a permanência no campo em Santa Helena, ora se davam por meio da coerção, como no

caso de José, ora efetivados por meio da violência escancarada, além daqueles que se processavam diante de outras tensões que serão problematizadas mais adiante.

Márcia Motta faz algumas considerações importantes frente aos conflitos por terra no Brasil, durante a primeira metade do século XIX. Reflexões que acredito que, embora de temporalidade diferente, são significativas também para pensarmos as dinâmicas nas quais trabalharemos ao longo desta pesquisa, sugerindo um processo contínuo de avanços e recuos sobre quem e como permanece nas áreas rurais brasileiras. De acordo com ela:

Para os fazendeiros, ser senhor e possuidor de terras implicava a capacidade de exercer o domínio sobre as suas terras e sobre os homens que ali cultivavam (escravos, moradores e arrendatários). Implicava ser reconhecido pelos seus vizinhos como um confrontante. E relacionava-se também à possibilidade de expandir suas terras para além das fronteiras originais, ocupando terras devolutas ou apossando-se de áreas antes ocupadas por outrem. A expansão territorial não se referia somente à questão dos limites físicos da fazenda, nem à capacidade de crescimento econômico de uma cultura extensiva, como o café. Os conflitos de terra eram, muitas vezes, provocados por uma nesga de terras, um pequeno quinhão que pouco acrescentaria a dimensão da área ocupada. Em muitas ocasiões os fazendeiros lutavam entre si ou contra pequenos posseiros na defesa de uma parcela territorialmente insignificante, ou mesmo por um córrego de água ou caminho abandonado. (MOTTA, 1996, p. 38)

As indicações de Motta abrem um campo de possibilidade de reflexão, que ultrapassa a ideia que circunscreve os conflitos armados por disputa de terra apenas ao fator econômico. Inegavelmente, possuir mais terra significa também obter mais lucro. No entanto, como nos fala a autora, essas ações perpassam por um processo de ser reconhecido através desse poder econômico, mas também de quem tinha o “domínio” sobre trabalhadores, fazendo frente a outros fazendeiros, que também se colocavam nessas disputas.

Uma dinâmica em que é possível perceber tais motivações, inclusive, na ação empreendida pelo “R...” frente à família do senhor José. Pois, o que significava quatro alqueires de terra para um fazendeiro? Qual o significado dessa extensão de terra para a família de José? Possivelmente, para a família de José era a única forma de manter a família, para o “R...” era apenas mais uma área de terra sob seu controle e uso.

Vejamos o que nos diz Lucas sobre essa condição e relação:

Pesquisadora: Jagunço, como assim, tinha bastante jagunço aqui?

Lucas: Vichi! Um dia eu vi passá 11 ali na [fazenda] Mesquita e lá no São Francisco [Rio São Francisco] e eles se mataram lá, os jagunço e os colono morreram, se mataram. (LUCAS, 2012)

Lucas faz referência aos onze jagunços que viu nas áreas de terra que compunham a antiga Fazenda Mesquita, além de ressaltar as mortes que ocorreram na própria área da fazenda. No entanto, não foram só posseiros e jagunços que experimentaram os conflitos empreendidos na Fazenda Mesquita, foi o que observamos ao tomar contato com o auto processual de finais da década de 1960:

O tenente Coronel do 6º batalhão da PME com sede em Cascavel, fez deslocar-se um contingente de quarenta elementos de sua tropa para a gleba Ponte Queimada, no município de Santa Helena, com a determinação de “limpar” a referida área, expulsando posseiros e respectivas famílias bem como destruindo as benfeitorias destes. Os dez sedizentes proprietários das terras influíram diretamente na realização do violento “despejo” fornecendo vultosas quantias em dinheiro para a diligência estiveram até auxiliando em pessoa as atemorizações e depredações. Com isso sessenta famílias, num total de trezentos e sessenta pessoas, foram jogadas na estrada com os poucos utensílios salvos e passaram a sofrer as mais negras privações. Todos já estavam nas terras há mais de um ano, e a maior parte possuía plantações, principalmente de trigo que não puderam colher, pois de imediato os proprietários acobertados pela polícia militar colocaram as terras sob a guarda de jagunços armados com ordem de liquidar quem voltasse. (PARANÁ, 1969)

Os donos da Fazenda Mesquita não só solicitaram ajuda policial para expulsar as famílias que estavam ocupando tais terras, como, também, acompanharam bem de perto o trabalho dos policiais, gratificando-os pelo serviço bem-feito. Chama a atenção o número de pessoas que residiam nas áreas de terras em disputa e o modo pelo qual foram expulsas – um indício de como em finais da década de 1960 ainda havia um direcionamento claro entre aqueles que chegavam ao Oeste do Paraná para se dirigem ou procurarem se fixar no meio rural.

Porém, a experiência dessas famílias de saíram sem nada, além de uma única certeza: se voltassem, seriam mortos; sugere para essas pessoas e aqueles que tinham notícias do ocorrido o quanto a redefinição dos modos de viver e produzir no campo tinha empenho e colaboração de variadas forças sociais, procurando garantir interesses e rumos do agro no oeste paranaense.

Digo isso, pois mesmo que José mencione quem eram os “grandão”, aqueles que eram donos, falando isso mais de uma década depois dessa ação, há com clareza

uma associação de interesses que foi se consolidando e se estabelecendo na região como repertório social, dando consistência a falas como as de José – pois, cedo ou tarde apareceria um dono, que teria sua autoridade, em grande medida, embasada no apoio regional de políticos, assim como a constituição de uma força tarefa de policiais e segurança privada (jagunços?!) para garantir a efetividade de seus domínios – legítimos, legais, ou não.

Acredito que tivemos a oportunidade de perceber que ao pensar as tensões para permanecer no campo nos deparamos com um universo de questões mais ampla do que a essa territorialidade e ao uso da terra em questão; o que implica em observarmos, por meio de diferentes dinâmicas e dimensões, decisões e dramas confrontados por trabalhadores e por aqueles que aspiram e/ou ascenderam à condição de pequenos proprietários mas tiveram essa condição colocada em suspeição.

Então, em diálogo com a discussão apresentada acima, apresento a análise de um relatório do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).¹⁵ Porém, cabe aqui avaliarmos a importância e, ao mesmo tempo, o cuidado que devemos ter ao trabalhar com documentos judiciais dessa ordem, produzidos na historicidade em que estamos colocando em tela o uso atribuído a ele naquele momento e como iremos articulá-lo à produção dessas reflexões trazidas aqui na tese.

Tais fontes não são de forma alguma materiais isentos, são narrativas escritas por alguém, um alguém que, da mesma forma, não é neutro dentro das relações sociais que vivencia e representa. Esse sujeito age de acordo com seu interesse e posicionamento social naquela sociedade, onde pela força se estabeleceu a licença de domínio e poder à revelia dos direitos apregoados aos sujeitos. Dessa forma, também nós historiadores não teremos uma postura anunciada como neutra diante de sua análise, pois iremos interpretá-los e questioná-los, abrindo o debate sobre intencionalidades presentes tanto nos modos de registrar tais relações quanto ao promover tais incursões

¹⁵ O termo “**DOPS**” significa **Departamento de Ordem Política e Social**, criado para manter o controle das pessoas e instituições, bem como vigiar as manifestações políticas durante o regime ditatorial instaurado pelos militares no Brasil em março de 1964. O DOPS perseguia, acima de tudo, as atividades intelectuais, sociais, políticas e partidárias identificadas por eles como de risco à “segurança nacional” do regime militar. Entre os anos de 1964 e 1974, em virtude da resistência ao regime militar crescente, a DOPS obteve maior autonomia, inclusive no Paraná foi nominada de Delegacia. A partir do momento em que o Brasil se abriu para o processo de redemocratização, a instituição perdeu atividades e sentido pela sua existência. Este setor exercia função de órgão policial e deixou documentos como ofícios, relatórios, radiogramas e livros que hoje servem como pesquisa histórica e busca de processos judiciais, estando disponíveis em vários acervos públicos, como os consultado para essa pesquisa.

no meio social. É esta a forma de análise que privilegiarei ao longo das discussões pensadas aqui com esse material.

Nessa perspectiva de discussão, passaremos agora à análise do relatório enviado ao DOPS, o qual diz que:

No distrito de Lindoeste, município de Santa Helena verificou-se a invasão de posseiros nas fazendas, Vergueiros, Jamaica, Antônio Wendramini, João Maria Mello, Eugênio Ivankim dentre outras. Nesse distrito os posseiros são em sua maioria, pessoas (inelegível) de outros municípios, e de outros estados, estando decididos a defenderem as suas posses com a própria vida. Constatou-se ainda, que em casos de necessidades cerca de 1000 (um mil homens) poderiam ser facilmente reunidos, para discutirem a respeito de suas posses. (DOPS, 1969).

O relatório faz referência ao distrito de Lindoeste, naquele momento essa região ainda fazia parte do território de Santa Helena. Entretanto, atualmente, tal distrito compõe a área pertencente ao município de Diamante do Oeste. O documento produzido, também em finais da década de 1960, traz não só o registro da presença desses “posseiros”, mas aponta como seria possível retirá-los daquele local “em casos de necessidades certa de 1000 (um mil homens) poderiam ser facilmente reunidos”. Os relatórios comumente encaminhados para indicar situações de tensão e solicitar apoio para determinadas intervenções foi algo comum durante o período do regime ditatorial brasileiro daqueles tempos – algo que nos evidencie o constante processo de reivindicação de posses e os embates constituídos acerca do direito à terra.

Chamo a atenção nas evidências contidas no relatório sobre a quantidade de fazendas sendo ocupadas em Santa Helena naquele momento. Obviamente, devemos considerar as especificidades da constituição territorial do município daquela época – com investimentos para uma ocupação privada sendo apoiada pelo Estado, à revelia dos modos de viver que prevaleciam até então na região.

Nesse relatório, cinco fazendas são nominadas para denunciar que estavam sendo “invadidas” por posseiros. Mas, esse número, de acordo com o que podemos perceber na própria documentação, em outros momentos ainda era bem maior – apontando outras áreas que estavam há mais tempo ocupadas ou em ameaça de ocupação.

Ao destacar tais questões, retomo a discussão proposta por Langaro (2006), particularmente quando sugere certa facilidade em adquirir terras no Paraná até a década de 1970. Temos aqui um ponto significativo da sua reflexão. Pois, essa possível

facilidade frente à aquisição de terras parece não ser algo que foi tão tranquilo para todos os sujeitos no Oeste paranaense (ao mesmo tempo que mobilizou muitos nesse intento, trouxe junto muitos conflitos acerca de quem permaneceria com essas propriedades). Em especial, para aqueles que se dirigiram e constituíram morada em Santa Helena desde meados do século XX.

Afinal, o que é ser fácil quando falamos em acesso à terra para aqueles com renda limitada e instável? Ainda que ficassem com a terra (algo inseguro naquele momento para os que não possuíam proteção ou outras estratégias para se manterem ilesos), como produzir e se manter para permanecer nela? A forma com a qual Langaro (2006) trabalha o termo parece indicar que todos podiam ter acesso à terra sem maiores complicações, como se o projeto de colonização implementado na expansão de fronteira Oeste fosse apenas um processo de ocupação e posterior legalização das áreas ocupadas, isento da rubrica de interesses e relações de poder de determinados sujeitos, bem como de alguns empreendimentos que se almejava nesse lugar (tanto pelo Estado quanto por empresários e ruralistas). Talvez, tenha sido um pouco mais “fácil” para aqueles que se diziam e se constituíram os donos das fazendas apresentadas no relatório. Pois, conseguir se estabelecer em uma área de terra, contraditoriamente, não estava sendo nada fácil para os posseiros e trabalhadores sem terra que se dirigiram ao Oeste com esse mesmo propósito de conquistarem acesso e permanência no campo.

Tanto não estava sendo “fácil” para determinados sujeitos conseguirem se estabelecer como proprietários que suas ações se tornaram preocupação não só de outros proprietários, mas da polícia, do DOPS e de políticos da região. Cabe aqui ressaltar que Santa Helena é um município de faixa de fronteira e, ainda que tenha sido considerado

uma área de interesse de segurança nacional desde o ano de 1971¹⁶, já era alvo do controle do governo militar bem antes da efetivação desse documento.¹⁷

Frente a isso, há algo que me chama atenção no relatório com o qual estamos dialogando. Afinal, foram os posseiros que “invadiram” as fazendas indicadas, ou foram os tais fazendeiros que apareceram se dizendo donos das áreas de terras em que aqueles sujeitos estavam até então vivendo?

Ter a possibilidade de responder essa pergunta enriqueceria nossa discussão. Porém, o relatório enviado ao DOPS não nos possibilita fazer isso, ainda que o incômodo que este questionamento nos causa seja tão significativo quanto uma possível resposta a essa questão. Afinal, o que essas tensões nos dizem sobre o modo como no Brasil, e em particular em Santa Helena, o acesso e legalização de terras aconteceu/acontece?

Nessa perspectiva de discussão, temos indícios de que ambos, posseiros e fazendeiros, estavam tentando se estabelecer como donos de terras no Oeste do Paraná. Porém, em condições e articulações bem desiguais para tal. Então, colocar-se nessa relação de disputa não foi algo tranquilo, mas, muitas pessoas acharam que essa era uma alternativa arriscada, porém, possível; tanto que, de acordo com as evidências apontadas no relatório do DOPS e os índices de chegada de pessoas na região, sugerem que o grupo de posseiros que disputavam com os fazendeiros o direito de permanecer nas terras enunciadas na fonte tinham vindo de outras cidades e, até mesmo, de outros estados, além daqueles que reconheciam a perda de postos de trabalho ou mesmo a possibilidade de mudarem sua condição de trabalhadores a proprietários.

Em meio a este campo conflituoso, os policiais que enviaram o relatório ao DOPS optaram por rotular os posseiros como os “invasores”, dando um sentido e modo

¹⁶ ZAGO (2007) problematiza as questões associadas às noções de fronteira e segurança nacional no extremo Oeste paranaense, tendo como foco o município de Marechal Cândido Rondon, cidade que nas divisões atuais dos municípios se encontra a 40 Km de Santa Helena e que pouco depois do golpe civil-militar, ainda naquela década de 1960, tinha se tornado município autônomo em relação a áreas pertencentes tanto a Marechal Cândido Rondon quanto à Medianeira. De acordo com a autora, os governos militares e o partido ARENA usaram os municípios da Área de Interesse da Segurança Nacional para impor suas políticas e se perpetuar no poder, através da nomeação de prefeitos, do envio de verbas e visitas do Conselho de Segurança Nacional. O auge desse processo foi a visita do Presidente da República Ernesto Geisel a Marechal Cândido Rondon em 1976. Contudo, a partir da abertura política iniciaram movimentações para acabar com a nomeação de prefeitos e voltar a ocorrer as eleições diretas nos municípios. Assim, houve associações que lutaram para acabar com as interferências estatais em áreas como aqui indicadas como Áreas de Interesse da Segurança Nacional, como AFRONT e CONAM (ZAGO, 2007).

¹⁷ Santa Helena foi declarada Área de Interesse da Segurança Nacional por meio do Decreto-lei n° 1170, de 10 de junho de 1971.

de olhar a questão, o que por si só já sugeria uma tentativa de deslegitimar a luta destes sujeitos para permanecerem nas terras.

Mas, vamos um pouco além. Ao tentar problematizar a proximidade e, ao mesmo tempo, a contradição que existe entre a narração de Antônio e a narração feita no relatório percebemos que ambas as narrativas explicitam tensões no campo nas décadas de 1960 e seu prolongamento na década seguinte. Porém, em nenhum momento a narrativa construída pelo comandante policial ao DOPS fez qualquer menção às relações expressas por muitos dos meus entrevistados – que ocorriam mortes constantes e de ambas as partes.

Nessa mesma direção, destaco outro relatório, da mesma época, a fim de compor tal reflexão:

No município de Santa Helena/PR, pessoas desconhecidas, não residentes no local, bem como pessoas residentes no município, estão invadindo terras legalmente tituladas, com o fim precípua de abrirem novas posses para posteriormente, as trocarem com terceiros. Nas terras de Ernesto Andreola e José Correa Porto, bem como nas Glebas de Terras denominadas Quatro Mil, Imobiliária Weber, Bagantini, e Berticelli & CIA, nas imediações deste município, existem picadas e posses demarcadas por intrusos com a construção de rústicos ranchos de madeira. (DOPS, 1969)

O trecho acima, faz parte de um longo relatório enviado no dia 15 de maio de 1969, novamente pelo comandante policial de Santa Helena ao comando policial de Cascavel. Entretanto, as indicações narradas aqui ampliam parte do que foi apresentado no relatório anterior.

Se anteriormente pessoas vindas de outros municípios e até outros estados eram apontadas como os grandes responsáveis pelas “invasões” que estavam acontecendo nas fazendas, agora existem apontamentos de que, sim, pessoas de outros municípios estavam se colocando frente à prática de disputa por terras em Santa Helena, mas pessoas que já viviam no município estavam, do mesmo modo, inseridas nessa disputa.

Se a intenção do policial que redigiu o primeiro relatório era tentar “culpar” os de fora (como algo externo à normalidade de ocupação dos munícipes de Santa Helena), seu objetivo não pode ser sustentado por muito tempo, haja vista que no relatório seguinte faz questão de ressaltar que as frentes de terras ocupadas tinham diversos interessados, inclusive trabalhadores sem terra de Santa Helena.

Parece que o comandante não ficou satisfeito em ter que admitir que pessoas de Santa Helena também estavam dispostas a se colocar nas disputas por áreas de terra frente aos fazendeiros. Então, ele resolveu deslegitimar essas ações de outra forma, vejamos o que ele apresenta como repertório de criminalização desses sujeitos. No relatório o policial chamou os trabalhadores que se colocaram nas disputas por terras de “intrusos”, sujeitos que não queriam as terras para dinamizar formas de trabalho, não queriam as terras para se estabelecer com suas famílias, queriam-nas apenas para posteriormente vendê-las.

Diante dessa colocação, novamente o redator do relatório se coloca a favor daqueles que se diziam donos das áreas de terra que estavam sendo ocupadas, parece até querer dizer que, os fazendeiros fariam um “bom uso” das terras, já aqueles que estavam as ocupando até então, não. Estes estavam apenas “bagunçando” a vida dos titulados fazendeiros e querendo ter o que não lhes era de direito para aferir um ganho fácil (na venda da propriedade).

É visível que as alternativas que foram sendo construídas por estes diferentes sujeitos para conseguir uma área de terra transitaram por condições de classe e relações diferenciadas. Sem dúvida, a formação do município também passou pela tentativa de se fazer seguindo as diretrizes de um projeto de colonização, projeto este que como estamos tendo a possibilidade de analisar saiu dos trilhos e deu lugar a tensões sobre legitimidades e direitos. Um universo de tensão que não se limitou ao acesso (ou não) à terra, mas que nos permite perceber outras dinâmicas que se construíram aliadas a essa no que tange ao modo de viver de trabalhadores em Santa Helena.

Frente a isso, pensemos sobre mais uma passagem desse mesmo relatório de maio de 1969:

O movimento invasório acionado no sudoeste paranaense, principalmente na região de Santa Helena, é liderado por Sebastião Dias de Almeida, vulgo Boca Rica, vereador do município Arnaldo Waisaimer, é o cabeça do movimento pois, segundo informações prestadas pelos próprios posseiros ele mesmo autorizou a invasão das terras, com a alegação de que as mesmas, mais tarde, seriam legalizadas, pelo IBRA [Instituto Brasileiro de Reforma Agrária]. Tal elemento para facilitar a invasão das tais terras, autorizou os posseiros, a título de pagamento de impostos dispensarem 5(cinco) dias de trabalho na construção de uma estrada que corta porção da área no distrito de Lindoeste. A Sebastião Almeida e Luiz (inelegível) se estende a compartimentação com os posseiros pois ambos (ilegível) do prefeito junto aos posseiros orientou-os no que tange as terras a serem invadidas, promovem reuniões (inelegível) por muitas vezes

fornecendo-lhes o material necessário para a construção de seus ranchos. (DOPS, 1969)

O documento acima permite perceber como essas tensões envolvendo o acesso à terra sugerem por meio do relatório um prolongamento de disputas políticas, sugerindo que tais empreendimentos eram promovidos e indicados, por assim dizer, por políticos de oposição. Se elas seriam realmente tituladas após determinado tempo de uso, isso não sabemos. Contudo, podemos aferir que não só os posseiros eram criminalizados, mas os embates se voltavam para todos aqueles que apoiavam e/ou promoviam o processo de acesso permanência no campo àqueles que não recebiam a validação hegemônica prevalescente na região.

O que queremos problematizar nesse enredo é a forma e a percepção que o relatório apresenta sobre a composição de forças e interesses em Santa Helena. Vejamos que a suposta relação de interesses, explicitada no relatório, ainda assim não se pauta pelo princípio de direitos, o relator se esforçou em indicar que o suposto proprietário, Waisaimer, não estava necessariamente preocupado com a situação dos posseiros, mas que se utilizou dessas dificuldades e pressões com as quais aqueles trabalhadores estavam lidando, para exercitar a política de “troca de favores”, trabalho em troca de materiais para construção de moradias nas terras em litígio – uma prática que em tese pode ter sido favorecida, principalmente, se isso significasse se tornarem proprietários, de fato, das terras em questão.

Todas essas alegações presentes no relatório sinalizam os termos em que se estabelece certas conexões de interesses, uma vez que a dimensão dessa aliança não tem como ser aferida, mas tem como avaliar o potencial presente em uma relação como essa e os meios utilizados tanto para difamar quanto para criminalizar ações que retirassem o direito de titulação dos que se nominavam donos.

As indicações levantadas pelo relatório se utilizam de elementos da realidade desses sujeitos, falta de postos de trabalho, falta de locais para moradia, condições instáveis para se manterem no Oeste do Paraná, principalmente após se dirigirem à região acreditando em dias melhores. Isso quer dizer que o uso das angústias, adversidades e expectativas de vida fizeram parte do campo de alternativas e disposição a que muitos trabalhadores sem terra tiveram interesse e força para se vincularem ao se proporem ocupar áreas não claramente identificadas como pertencentes a alguém que não o Estado.

Poderemos aprofundar essa reflexão, mantendo contanto com uma das entrevistas publicadas no semanário promovido e divulgado pelo jornal *Nosso Tempo* no ano de 1981. Porém, antes de dialogarmos com as indicações feitas através do semanário de oposição às ações do regime militar, vale a pena explorarmos, ainda que brevemente, o posicionamento político exercido pelo noticiário na época, particularmente nas relações de tensão estabelecidas na região Oeste do Paraná.

O jornal *Nosso Tempo*, fundado em 1980, em Foz do Iguaçu, atuou durante algum tempo como prática militante denunciando diversos tipos de ações e posições assumidas tanto pelo governo ditatorial, quanto pelas políticas estaduais e regionais. Nesse sentido, tendo como base a denúncia de crimes referentes a esse enredo histórico, Juvêncio Mazzarollo, Aluizio Palmar e João Adelino de Souza atuavam como os responsáveis pela agenda privilegiada no Jornal. Em muitos momentos, a pauta de Santa Helena foi palco de suas reflexões, como a entrevista realizada com Marcelo Barth e publicada no *Nosso Tempo*:

Nosso Tempo: Mas o Exército e a Polícia. Muitas vezes ajudaram muitos sem vergonhas a grilarem terras dos mais fracos?

Marcelo: É verdade. Na minha propriedade nunca entraram, mas muitos vizinhos sofriam isso e a gente se solidarizava com eles. Uma vez chegaram por lá uns 40 ou 50 jagunços fardados, ía de Laranjeiras e Guarapuava dizendo que eram donos da terra. Acamparam ali, houve morte e aos montes. Uma vez enterramos um amigo nosso lá no meio do mato. Deve estar enterrado até hoje lá. Nem havia cemitério no lugar. Fizemos muitas reuniões, nos organizamos para defender as propriedades. Assim, hoje o pessoal está lá e é o dono da terra. A gente se defendia porque precisava da terra. Outra vez apareceu um pessoal com uma caminhonada de madeira para fazer casa em cima da propriedade de um vizinho nosso. Nós éramos seis, e fomos perguntar o que eles queriam. O legítimo proprietário disse a eles que tinha pagado a terra e que era para eles se mandarem dali. Discutiram, mas acabaram indo embora. Acamparam uns dois quilômetros mais adiante e lá ficaram.

Nosso Tempo: - Era gente da Pinho e Terra, dos Mesquita. Ou de que grupo?

Marcelo: Deveriam ser desses ou do Ulisses Moro, essa gente...

Nosso Tempo: Vieram com algum documento da terra?

Marcelo: - Diziam que tinham uma propriedade ali, de 3.500 hectares entre Santa Helena e Itacorá [distrito de São Miguel do Iguaçu]. Acabaram ficando uns 20 homens por ali. Um dia, nos reunimos com tratores, fomos lá, cercamos o acampamento deles e dissemos: "Hoje nós temos que limpar isto aqui, vocês querem sair por bem ou corno é que é?". Responderam: "Não, tudo bem. Nós estamos aqui trabalhando e ganhamos por mês. Somos empregados. Se for o caso, vamos sair". Então nós ajudamos a carregar a mudança deles e eles se foram. Nós então plantamos a área toda. (MARCELO..., 1981).

A entrevista foi feita com Marcelo Barth, tido por muitos como um dos líderes do Movimento Justiça e Terra¹⁸, mas nesse caso destacava a sua influência e apoio àqueles que entendia como “legítimos proprietários”, isto é, aqueles que reconhecia que tinha pagado ou ocupado primeiro as terras e já trabalhavam na produção e cultivo.

Uma das questões que se destaca logo no início da conversa é que o entrevistador relacionar indica diretamente na sua argumentação um ponto que vínhamos discutindo até agora a partir do diálogo com os relatórios do DOPS e entrevistados, ou seja, mais de uma década depois, como a participação da polícia nas intervenções e estratégias referentes à ocupação/desocupação de terras ainda era recorrente.

Entretanto, se as reflexões feitas anteriormente nos indicavam narrativas de policiais que buscavam de algum modo controlar e deslegitimar os diversos movimentos de ocupação de terras em Santa Helena, acionando o DOPS; em 1981 a discussão que se apresenta na narrativa de Barth nos abre a possibilidade para visualizarmos e discutirmos outra ação dos órgãos policiais, que de acordo com a entrevista (sendo sugerida pelo entrevistador do jornal), eram eles quem operacionalizavam a prática de grilagem e reposicionamento de propriedade das terras no Oeste do Paraná.

Assim, ao contar sobre a entrada de um grupo de policiais nas terras em que a família de seu vizinho vivia, Marcelo Barth chama esses sujeitos de “jagunços fardados”. Em nenhum momento Barth se refere aos policiais com o tom de considerá-los segurança pública, muito pelo contrário, faz questão de demonstrar que não apenas ele, mas grande parte dos trabalhadores e proprietários tinham essa mesma visão e impressão ao se depararem com as reivindicações de titularidade de terras que esses policiais representavam.

Diante desses apontamentos, a fala de Barth nos ajuda a perceber os meandros pelos quais a visão de quem experienciava esse momento ia se forjando frente às tensões nas quais reconhecia seus interesses e expectativas. Logo, é significativo a afirmativa feita por ele diante dos enfrentamentos que, por vezes, tinham como desfecho as mortes, “A gente se defendia porque precisava da terra”.

¹⁸ Como destacado nas considerações iniciais esse movimento constituiu uma forte frente de apoio e reivindicação de indenizações para os desapropriados durante a construção do reservatório da hidrelétrica binacional de Itaipu, assim como agregou outras tensões no campo à sua agenda; como a defesa de posseiros e trabalhadores sem terra. Sobre algumas leituras históricas desse processo ver Silva (2013), Santos (2016), Schmitt (2008).

Nesse sentido, é válido discutirmos os sentidos que o “precisar da terra” pode ter assumido em um enredo como esse. Para as pessoas que moravam e trabalhavam nas terras (entre elas trabalhadores e posseiros), onde o “precisar da terra” parece estar diretamente ligado à manutenção de modos de viver – firmados em determinadas práticas de trabalho, garantia de moradia e sustento para essas famílias.

Para os nominados fazendeiros, intitulados “donos”, o “precisar da terra” estava ligado a quê? Bom, diante das problematizações feitas até aqui, é possível sugerir que estivesse vinculada à possibilidade de expandir não apenas seu poder econômico, mas, também, demonstrar, sustentar e expandir o poder de domínio que tinham frente a outros sujeitos (como trabalhadores, pequenos produtores rurais da região etc.).

Nessa perspectiva, Borges faz importantes considerações sobre os significados da terra, em seu trabalho intitulado “o desejo do roçado” (2010). De acordo com ela:

As experiências narradas pelos assentados entrevistados diferentemente das práticas da direção e da militância –as quais traziam em sua essência os desejos de “transformação social”, vendo o espaço do acampamento como um lugar preferencial para a conscientização política, ou seja, como um “laboratório” de militância – [os assentados se] remeteram mais ao desejo da “terra para o trabalho”. (BORGES, 2010, p. 28)

A autora faz uma análise das lutas camponesas problematizando a atuação e as diferentes experiências de sujeitos que participaram de alguma forma das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região do Pontal do Parapanema-SP – em diferentes momentos históricos. Assim, através do contato com pessoas que tiveram suas práticas e modo de viver ligados ao MST na região, Borges observou que os significados atribuídos por elas à participação no movimento eram um tanto distintos de quem liderava o movimento, estava mais arraigado ao sustento e as garantias de uma mudança de vida que aquela condição poderia lhes proporcionar, o sentido da terra estava sendo forjado na definição/organização que garantia ao modo de viver almejado/valorado.

Desse modo, a valoração da “terra para o trabalho” expressa mais do que um simples desejo e obrigação de trabalhar, expressa a lógica de sujeitos que tinham preocupações que extrapolavam a polarização de ideias, mas tratavam da vida real, na materialidade dos limites e adversidades de se viver em desigualdade. Sem deixar essas considerações de lado, analisaremos um anexo que compõe o conjunto de processos

referentes às tensões em Santa Helena, ainda em 1969, observando como essa passagem de década se fazia com profunda relocalizações de como e onde se viver no Oeste do Paraná, em especial em Santa Helena.

Particularmente, esse material, datado de setembro de 1969, faz referência à visita aparentemente de um representante do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) no município. Nesse sentido, tal sujeito faz algumas menções à situação de parte das famílias expulsas em confrontos indicados naquele primeiro relatório analisado no início desse capítulo. Então, vejamos o que nos traz o relatório de meses depois:

Visitei juntamente ao delegado da sétima sub divisão policial áreas do município de Santa Helena, onde comprovei, pessoalmente, mais de 50 famílias, 200 crianças atiradas a beira estrada, fizeram casas, destruídas com requintes de selvageria, puxadas por caminhões, prejuízos totais posseiros/ [...] Ação de proprietários, entre 21 e 27 de agosto, foi feita com cobertura de soldados, polícia militar, sem ordem judicial, esclareço que a polícia militar foi por mim alertada pessoalmente no local, dia do despejo, de que a maioria do pessoal a ser expulso tratava-se de posseiros, mais dois a dois com moradia habitual, cultura efetiva, vários com certificados de cadastro no INCRA, foi aberta sindicância pela sétima sub divisão policial, determinei vistoria e levantamento da área atingida. (IBRA, 1969)

Anteriormente, vimos através de um trecho do processo, que o número de famílias expulsas chegava a sessenta, agora o número indicado é cinquenta. Bom, independente da assertividade desse quantitativa, o que nos interessa destacar aqui é a análise em torno do modo como esse processo de expropriação foi identificado e denunciado, mesmo que isso não impedisse que ocorresse, tal como ocorreu.

Vejam que em nenhum momento o autor do relato apresentado nos autos expõe qualquer preocupação com as pessoas que, como ele mesmo descreveu, foram atiradas à beira da estrada. Isso parece ser algo que ficou em um segundo plano, sua preocupação central é se isentar de alguma culpabilização pelo ato. Então, tentou mostrar que tinha alertado os policiais de que os posseiros que ali residiam, tinham plantações, residência e alguns deles até certificados de suas terras expedidos pelo INCRA, tratando logo de indicar que uma sindicância seria instaurada para apurar os responsáveis pelo ato, já que ele, supostamente não foi, tanto que até se sensibilizou com a cena que viu e relatou a seus superiores.

Ao continuar explorando as indicações presentes no relatório, destaco a seguinte menção formulada:

Os proprietários da Gleba Ponte Queimada, no distrito de Santa Helena, quando compraram as terras mencionadas, elas tinham pouco valor comercial, que os citados deixaram suas terras sem cultivar e passaram a aguardar a valorização, para mais tarde venderem ou cultivarem suas terras; que com o tempo os posseiros entraram nas citadas terras e passaram a cultivar o solo, a fim de garantir suas posses; que com a abertura da estrada federal que liga Paranaguá a Foz do Iguaçu, as terras da região vieram a ter uma enorme valorização, quando então os proprietários resolveram desalojar os posseiros da citada gleba, tendo para isso contado com a cooperação do capitão da P.M.E Benedito Tertuliano Cordeiro, comandante adjunto do batalhão da P.M.E com sede em Cascavel, o qual a frente de uma tropa (40) homens nos dias 21 a 27 do mês de agosto do corrente ano retirou os posseiros da gleba mencionada com ordem do comandante daquela unidade, tendo os referidos posseiros sendo encaminhados a cidade de Santa Helena, os quais foram amparados pelo pároco local que os alojou num pavilhão da igreja daquela localidade. O Ex Governador do Estado mandou um caminhão de mantimentos, por intermédio da fundação de Assistência ao trabalhador rural, bem como um advogado, a fim de dar amparo legal aos posseiros. (DOPS, 1969)

A articulação de escrita adotada agora mudou, se no trecho anterior a intenção do representante do IBRA era se proteger de qualquer possível acusação, agora o objetivo desse relator é justificar a ação dos proprietários da fazenda e encaminhar as ações cabíveis. Nesse sentido, todo cuidado é tomado, para justificar não apenas a expulsão das famílias, mas também o tempo em que as áreas de terra ficaram sem ser cultivadas por aqueles que se diziam os donos delas.

Assim, o não cultivo das terras se amparou na sua pouca valorização. O que me intriga é que a produção não tem necessariamente ligação com a valorização das terras. Afinal, se elas estivessem sendo cultivadas por seus supostos donos estes estariam lucrando com a produção, o que não os impediria de vendê-las posteriormente, quando elas atingissem um valor de mercado esperado por eles. Mas, seguindo a lógica da narrativa proposta na fonte, ainda assim, esses possíveis donos resolveram deixar as mesmas sem nenhum plantio. Certamente as terras eram boas para a produção, já que as famílias que ali viviam e que foram expulsas cultivavam e se mantinham com a renda aferida desse uso. Então, por que esperar em pousio para vendê-las ao invés de cultivá-las?

Somente quando a abertura de uma estrada possibilitou a valorização das terras é que os possíveis donos resolveram reclamar sua titularidade e expulsar as famílias dali. Por fim, o relator trata de ressaltar que o governo do Estado não deixou os posseiros desamparados, mandando um caminhão de mantimentos e um advogado para defendê-los – aqui mais uma vez, uma ação para isentar o governo de qualquer beneficiamento e falta de atenção aos desalojados.

Outro ponto de discussão que merece ser abordado aqui, é a forma como a expulsão passou a ser apresentada nesses documentos; se em um primeiro momento sugestionavam “os requintes de crueldade”, agora, a ação passa a ser minimizada e apenas um ato burocrático de desocupação.

Enquanto o cenário descrito como destino na expulsão anterior era à beira da estrada, agora o pavilhão da Igreja passa a ser o lugar para onde as famílias foram levadas – evitando maior alarde sobre o abandono dessas famílias à sua própria sorte.

O final do trecho, parece nos sugerir que apesar de tudo as famílias estavam bem e seriam amparadas pelo Estado, com um advogado e um caminhão de mantimentos. Não posso aceitar a ideia de que tais posseiros expropriados estariam bem; como poderiam estar bem, se tudo o que tinham foi destruído e retirado deles? Como poderiam ter alguma esperança de reaver ou de se colocar em outro lugar com as mesmas condições de vida e trabalho (ou melhores!?) que tinham na propriedade em que viviam, se quem iria lhes defender era um advogado mandado pelo Governo do Estado? Como confiar na acolhida de um Estado, se quem tinha lhes expulsado das terras foi a polícia, órgão diretamente ligado ao Estado?

Certamente aqueles trabalhadores, teriam um longo e difícil caminho à sua frente, caminho que ao que é possível perceber estava marcado por incertezas e angústias. Frente a isso, vejamos agora o que nos diz a conclusão do relatório investigativo:

Conclui-se que não houve solicitação judicial para desalojamento dos posseiros, conforme certidão do cartório civil da comarca de Foz do Iguaçu N° (01) /1.061/69 do Instituto de Reforma Agrária (IBRA) , o qual também não solicitou qualquer intervenção por parte das autoridades de Polícia Militar do Estado; que ao arripio da lei, Major Meirelles, respondendo pelo comando do batalhão de Cascavel, determinou ao Capitão Benedito Tertuliano Cordeiro, a se deslocar com a tropa a localidade de Santa Helena, para fazer despejo violento contra pacatos posseiros. Para justificar a ação, o Capitão que comandou a tropa, em relatório taxou de agitadores os posseiros Paulo Agnes, Guilherme Rossi, Creolino Vargas, David Rossi, Antônio

Rossi, e João Ribeiro Bueno o que não corresponde à verdade.
(DOPS, 1969)

A conclusão do relatório é tão contraditória quanto os trechos com os quais dialogamos anteriormente, agora preocupação é fechar o relato dizendo que não houve nenhuma solicitação judicial para desalojar os posseiros, que foram até chamados de “pacatos”. No entanto, a ação do Capitão Benedito, ao utilizar a tropa de soldados na ação de despejo, é justificada pela existência de sujeitos que foram denominados como sendo os “agitadores” do grupo de posseiros, o que é deslegitimado pelo relator.

Ainda que em meio às muitas tentativas de livrar os policiais da “culpa” pela ação violenta praticada contra aqueles trabalhadores, uma coisa ficou evidente ao longo da pesquisa: os policiais participaram de forma efetiva nos conflitos por terra na região Oeste do Paraná. E, particularmente, na investigação em Santa Helena, a presença policial foi indicada em diversas fontes analisadas, apontando-os como responsáveis para que ações como essa tivessem êxito. Houvesse ou não solicitação judicial para a participação deles na expulsão das famílias, o que percebemos é que a presença policial foi decisiva para a saída compulsória desses sujeitos. Isso nem mesmo o esforçado relator conseguiu negar.

As evidências presentes neste processo não me parecem ter outra função naquele âmbito legal a não ser a de defender uma parte dos sujeitos que de alguma forma fizeram parte da tomada de decisões frente às tensões envolvendo a disputa por terras nas áreas em questão. Tais registros, ainda que de forma ambígua, são comprometidos com os interesses daqueles que compartilhavam dos mesmos posicionamentos e/ou propósitos que eles, isto é, os apontados como titulares das terras.

Frente a isso, as indicações feitas por Alex, um de meus entrevistados, permite dimensionar parte dessas alterações que a expulsão da terra provoca na vida desses ex-posseiros:

Alex: ... eu até... não faz muitos anos, acho que foi em 2008, eu fui plantar lá pra cima, lá em Citrolândia [MG] e lá tinha um assentamento e tinha gente que saiu daqui, saíram daqui, foram pro Paraguai e do Paraguai foram pra lá, aí eu ainda brinquei, “eu não vou falar que vocês estão aqui, se não os C..., os M... vão vim aqui” (risos).

Pesquisadora: Então desse pessoal que foi despejado daqui, o senhor encontrou por lá [Minas Gerais]?

Alex: É, a gente foi conversando e perguntando da onde eram e tal e fomos conversando, aí a conversa se espichou bastante né? (risos)

Pesquisadora: E esse pessoal, tá bem lá?

Alex: Não, não estão muito bem né? Eu acho que eles saíram muito cedo do Paraguai, na época que tava melhorando ali [Paraguai], aí foram pra lá [Minas Gerais]... e pegar aquelas areias lá é complicado. (ALEX, 2014).

Alex diz ter encontrado em Minas Gerais (cerca de 1500 Km de Santa Helena), pessoas e famílias que fizeram parte do grupo que foi expulso da Fazenda Mesquita naquele final da década de 1960. As indicações feitas por ele, evidenciam que o modo de vida, as expectativas com o trabalho e uma vida melhor foram alteradas de forma significativa para muitos daqueles sujeitos envolvidos naquele embate sobre a permanência no campo. A mudança, de cidade e de país, em busca de melhores condições passou a ser algo constante desde então.

Alex nos diz que muitos daqueles trabalhadores rumaram para o Paraguai, porém ao não conseguirem se estabelecer no País vizinho (em grande medida estamos falando de ex-possesores sem grande margem de capital para investimento e com dificuldades em ter amplas redes de solidariedade e empregabilidade), tais trabalhadores continuaram a avaliar e se dirigir a novas frentes de trabalho e tentativas de abandonarem certas instabilidades (principalmente a de ter onde morar).

Portanto, a decisão por se vincularem a um assentamento rural, localizado na cidade de Citrolândia-MG explicita essa articulação acerca da permanência no campo, ainda que, para isso, deixassem o Paraguai, o Oeste do Paraná e se dirigissem a outros estados brasileiros, como Minas Gerais. Um indício de como os trabalhadores conversam, analisam, observam os campos de possibilidade que possuem, ou aqueles que querem abrir frente a certas desigualdades que experienciam tanto no campo, quanto nas tentativas se estabelecerem na área urbana – rompendo possíveis barreiras de fronteira de país ou de estado, dialogando com aqueles que reconhecem como em condições comuns ou que possivelmente possam intermediar novas paragens.

Muitas vezes, essas experiências compartilhadas traduzem enfrentamentos aproximados diante das tensões no campo e, muitas vezes, até mesmo na cidade. Reconhecendo um cansaço nas andanças e na constante ameaça de serem expulsos de algum novo lugar em que se estabeleçam. Almeida (2006), em seu trabalho destaca como esse desencanto com o campo e com a cidade fazem a perspectiva dos movimentos sociais uma alternativa para muitos dos que frustrados com a falta de trabalho, alto custo de vida, baixos salários e condições adversas para sobreviver,

aparecem nas reuniões organizadas pelo movimento sem terra, promovida nos bairros populares, inclusive porque reconhece nesse grupo de sujeitos o interesse em alcançar algo que transforme sua condição e seu modo de vida.

Pensando nisso, voltemos à análise final daquele relatório. Após a conclusão, existe um anexo que traz a relação de todos os ex-posseiros (representando o núcleo familiar), bem como o tempo que cada um deles estava vivendo nas terras em litígio. Abaixo seguem alguns destes nomes para que possamos vislumbrar tanto essa inconstância quanto o que estava em questão ao retirar pessoas como eles de várias das propriedades da região de Santa Helena:

Napoleão: 4 anos.
 Arlindo O.: 4 anos.
 Daniel :1 ano e três meses.
 Irineu: 1 ano e seis meses.
 Evaldo: 9 meses.
 Isaura: 3 anos.
 Nelson: 2 anos.
 Arlindo G.: 3 anos e dois meses. (PARANÁ, 1969)

Evaldo é o que, de acordo com a lista acima, estava vivendo há menos tempo nas terras, já “Arlindo O.” e “Napoleão” são os que há mais tempo ali viviam. Quatro anos de estabelecimento em um lugar é um tempo considerável para constituir laços, estabelecer territorialidades sociais. Imaginem tudo o que Arlindo já tinha construído e que perdeu, assim como imaginei a esperança depositada por Evaldo na nova empreitada em que acabava de se colocar e que teve fim sem nem bem começar plenamente.

Se os titulados não pensaram em utilizar essas terras, muitas famílias pensaram no potencial que tinham e resolveram se colocar ali, quem sabe não imaginassem que tudo o que construiriam teriam fim, mas quem sabe mesmo tendo plena consciência dos riscos que estavam correndo decidiram tentar até o último momento da expulsão forçada. Mas, importa avaliar quais os sentidos que atribuíram quando decidem por tais empreitadas, inclusive recolocando essa energia em novas alternativas quando se veem diante de novas tensões.

Penso que todos os sujeitos com os quais dialoguei e apresento nessa tese lidaram com situações determinadas, com interesses, necessidades e antagonismos, mas que nem por isso deixaram de articular formas diversas para modificá-las e/ou tratá-las

no seu repertório cultural, um exercício que todos nós realizamos rotineiramente na defesa de certos valores e expectativas e ao nos confrontarmos com certas pressões.

Ao olhar para a minha pesquisa vejo esses ex-posseiros seguindo para outro País, vendendo suas terras para aqueles que lhes pressionavam a deixá-las e iniciando novas atividades no campo ou na cidade, ou mesmo tentando fugir de relações que intensifiquem a experiência de exploração se enredando em novos fazeres e convívios, ainda que saibam que o que lhes espera não seja algo que altere de forma plena sua condição.

Ao pensar nesse contínuo processo de tomada de decisão e confrontos que esses sujeitos se veem inseridos ao reivindicarem o direito à terra, trago outra documentação, essa formulada por representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e publicizadas pelo Boletim Poeira, em dezembro de 1979. A passagem que se segue nos fala sobre uma dinâmica de tensão envolvendo a permanência no campo em Santa Helena, dessa vez na Fazenda Sete Pecados:

A luta pela posse definitiva da terra: Neste mês de novembro [1979] faz 15 anos que o estatuto da terra foi aprovado pelo Congresso Nacional. Porém até hoje o Governo o engavetou e demonstrou claramente que não tem interesse de aplicá-lo. Nada tem feito para distribuir e repartir melhor a terra no Brasil. Por sua vez os trabalhadores rurais não têm deixado de lutar por seus direitos: Na Fazenda Sete Pecados, em Sub-Sede no município de Santa Helena, cerca de 20 famílias de posseiros estão resistindo na terra. Faz 7 anos que eles entraram na área, comprando direitos de posse. Agora apareceu o senhor Valdomiro Stefanello dizendo que é dono e que os moradores são arrendatários. Mas eles dizem que nunca pagaram renda, e que nem conheciam o patrão. Parece que o Sr Stefanello tem documento legal, mas por que apareceu só agora? Por que deixou o pessoal limpar a terra e trabalhar? Se for dono legítimo que pelo menos indenize os posseiros. “Os primeiros documentos da terra somos nós”. Dizem eles. As famílias se uniram e estão fazendo reuniões com o proprietário na sede do sindicato. O ITC, Instituto de Terras e Cartografia – e a CPT estão dando muito apoio aos posseiros, mas o entendimento amigável está difícil. (A LUTA..., 1979)

“A luta pela posse definitiva da terra”, este é o título do texto. Luta que como estamos vendo ao longo desse capítulo não se restringiram a Santa Helena e como é indicado no início da documentação acima também não se limitava ao Paraná. As disputas pela terra eram recorrentes em todo Brasil e historicamente apontavam desigualdades no acesso e permanência no campo.

Diante desse repertório, o boletim se utiliza de um processo de litígio por terra em Santa Helena para evidenciar que não há apenas um descaso do governo vigente com a proposta de reforma agrária no Brasil, mas também para mostrar que apesar das propostas de repartição de terras e melhorias no campo serem apontadas no Estatuto da Terra (1964), a luta pelo acesso e permanência ao campo não tinham cessado, uma vez que essas regras ainda tinham grande disposição com os arranjos locais e acúmulo de bens.

Assim, é polemizada a experiência de vinte famílias que há sete anos viviam em uma área de terra no distrito de Sub Sede, em Santa Helena. Coloco a você leitor, outros questionamentos, para além dos enunciados pelos editores do boletim, que acredito nos ajudar a refletir sobre mais essa tensão no campo. De quem aquelas famílias compraram seus direitos de posse? De uma empresa colonizadora, de um suposto “dono” das terras, apenas a ocuparam, como permaneceram por 7 anos naquele local? Mas, ao colocar tais questões em discussão, é inevitável não dimensionarmos o quão mais instigante e literalmente problemático é lidar com processos como esse.

Afinal, se os direitos de posse foram comprados uma vez, no caso pelas famílias que lá estavam e se após isso um suposto dono apareceu para reivindicá-las, tendo também ele um documento que o legitimava legalmente como proprietário das terras, então um dos documentos tinha sido falsificado, uma vez que naquele momento essas terras ainda não possuíam titularidade escriturada.

A falsificação de títulos/escrituras de terras, foi uma prática constante em várias regiões do Brasil, é o que destaca Borges (2010) em sua pesquisa:

Após a instituição da lei de terras, surgiu uma grande indústria de falsificação de títulos de propriedades, que em sua maioria, datavam de um período anterior a ela e ao registro paroquial. Assim, os títulos de propriedades falsificados eram registrados em cartórios oficiais, com a conivência dos escrivães e dos demais funcionários. (BORGES 2010, p. 52)

Como podemos perceber através da reflexão da autora a Lei de terras não minimizou as disputas pelo seu acesso, ao contrário fomentou ainda mais as desigualdades no acesso e permanência no campo. Principalmente porque desde então Lei se propunha a regulamentar quem seria o dono de área, portanto, todos queriam comprovar ser o proprietário legal. Mas, as formas encontradas para fazer isso

perpassaram pela prática da falsificação, comumente indicada como grilagem de terras.¹⁹

Em meio a todas essas questões, uma coisa era certa, mesmo com a tentativa de construir acordos motivados por membros da CPT e do ITC, o desfecho desse processo de disputa não foi diferente da maioria que se desenrolou na região. Novamente os embates seriam polarizados, de um lado vinte famílias que há anos viviam nas terras e de outro intitulado “dono”; aquele que reivindicava “suas” terras expulsando vinte famílias.

Como terminou a disputa pela área de terra da Fazenda Sete Pecados? Não podemos afirmar. Afinal, não conseguimos rastrear evidências da continuidade desse processo. Mas, tomara que não tenha sido um “fim” próximo ao expresso em uma matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, no dia 14 de março de 1986, onde Santa Helena ganhou os noticiários de abrangência nacional, com o título “Despejo no Paraná fere 6 mulheres”, a matéria indica que:

Seis mulheres foram hostilizadas por causa da violência policial no despejo de 70 famílias de agricultores acampados na Fazenda Inconave, no município de Santa Helena, no sudoeste do Paraná. A denúncia foi feita ontem pelos líderes do Movimento Estadual dos Trabalhadores Sem Terra, que buscam uma explicação do governador José Richa. Roberto Baggio da secretaria estadual dos Sem Terras disse que as 70 famílias estavam acampadas em Santa Helena, desde o dia 15 de dezembro de [19]85, e as quatro horas da manhã de ontem, policiais chegaram ao acampamento e colocando os homens em caminhões que os levaram para a sede do município, passaram a remover as mulheres agindo com violência. (DESPEJO..., 1986).

Aqui, o destaque não está mais nos posseiros, ou mesmo na comprovação de titularidades, mas aponta uma demanda em aberto, tanto pela expulsão de posseiros que se colocaram nos movimentos de luta pela terra quanto de trabalhadores que residiam em propriedades rurais e viram nos movimentos de acesso à terra uma das alternativas para reavaliarem sua condição e inserção social. Mais uma vez, a violência é destaque no contexto das tensões envolvendo o acesso e permanência na terra.

Nesse sentido, a região mencionada – anteriormente também foco de tensão com posseiros, traz a sua utilidade social sendo questionada pelo movimento e, também,

¹⁹ De acordo com Westphalen, Machado e Balhana (1968), a grilagem por vezes se constituiu como uma prática organizada para ocupar terras. A formação de “grilos” se dava com base em títulos falsos de propriedade, muitos apossavam-se de vastas áreas, gerando não apenas conflitos de ordem jurídica, mas, sobretudo, a inquietação no meio rural paranaense – com ameaças, mortes e expulsão.

o poder policial é indicado como aquele que “facilitaria” a saída das setenta famílias do local. Já tivemos a oportunidade de discutir a partir de outras ações essa postura e modo de realizar tais expulsões no campo.

Se foi necessário que os supostos donos destas terras recorressem à polícia para que os sujeitos que lá estavam vivendo deixassem o lugar é porque eles se recusavam a sair, o que nos leva a questionar sobre quais outras práticas de pressão e violência já haviam sido acionadas antes de serem despejados com o auxílio da Polícia e com tais holofote jornalísticos. Contudo, para esse momento voltemos nossa atenção para o desenrolar do embate em questão.

A ação dos policiais de início já se destaca pelo horário em que resolveram agir, quatro horas da manhã – muito recorrente na decisão de ações dessa ordem. Ao que parece sua primeira atitude ao adentrar no território ocupado pelos trabalhadores foi a de “capturar” os homens e colocá-los em caminhões. Sim, não consigo achar outro termo para pensar essa problemática a não ser esse “capturar”, pois o que fizeram e o modo que trataram as famílias que lá estavam me fizeram associar ao modo pelo qual caçadores se prepararam e capturam suas presas, preferencialmente à noite, com todo o cuidado, estando prontos para reagirem sem demonstrar nenhum recuo na tomada de decisão.

Por fim, tal planejamento dos policiais diante da ação de despejo é encerrada com o direcionamento daqueles trabalhadores para a Sede do município, ou seja, dessa vez, não jogaram as famílias simplesmente à beira da estrada como na ação empreendida entre outros momentos que já destacamos aqui, trataram de levá-los para longe das terras, diminuindo significativamente a chance de que retornassem para as terras antes dela ser completamente reocupada e com proteção armada. Afinal, a distância entre a Sede do município e a Fazenda é considerável, o que daria um prazo para essa entrada na propriedade fosse barrada com a nova “segurança” do lugar.

Porém, se os policiais achavam que tudo estaria encerrado com a retirada forçada e violenta das setenta famílias, não foi bem isso o que as documentações expressam. A ação teve grande repercussão, tanto que os líderes do Movimento Estadual dos Trabalhadores Sem Terras fizeram a denúncia e cobraram explicações do governador da época, José Richa.

No entanto, com ou sem explicações, as famílias retiradas da Fazenda Inconave não encerraram suas práticas de lutas por aí, vejamos o que o Boletim Poeira da CPT trouxe dias depois sobre essa presença na Sede do município:

Os agricultores despejados formaram um novo acampamento na frente da prefeitura de Santa Helena onde aguardam a decisão definitiva do governo Estadual para conseguirem um lugar definitivo para ficar. No final da tarde de ontem depois de uma reunião na Secretaria do Trabalho, os líderes do movimento conseguiram que o governo liberasse um caminhão com 190 toneladas de alimentos que serão distribuídos aos acampados de todo o Estado. A cada 15 dias o governo se comprometeu a enviar uma nova remessa de alimentos. (CPT, 1986)

Após terem sido retirados do campo e levados para a cidade, os trabalhadores montaram um novo acampamento. E não foi em qualquer lugar. Eles decidiram montar acampamento em frente à prefeitura municipal. Uma estratégia bem comum na região Oeste do Paraná quando as pautas de grupos em confronto pretendiam publicizar esses embates, procurando que suas demandas não ficassem despercebidas pela população e políticos locais e do governo do estado. Uma alternativa que no próprio anúncio do impresso da CPT temos a formulação do governo de assistir esses sujeitos durante esses momentos de adversidade – como se com isso se isentasse do que lhes ocorreu.

Nesse sentido, façamos o exercício de refletir em torno da nova ação empreendida por aqueles trabalhadores, assim como nos coloquemos a imaginar, e aliado a isso a problematizar, os sentidos expressos em um acampamento em frente a uma prefeitura municipal. Muito além de contrastar com a decoração do espaço da prefeitura municipal, a atitude daqueles sujeitos questionava o poder ali representado, afrontava não apenas os dirigentes locais, mas todo um olhar de classe que pouco se importava com a situação que eles estavam vivendo e que muitos em Santa Helena já se confrontavam há décadas, seja com dificuldades em se manter no campo, seja com as limitações para se manterem na cidade.

Algo que é possível perceber diante dos diversos acampamentos espalhados pelo estado que receberiam alimentos, um passo pequeno, mas que só foi alcançado porque as pressões e atuação daqueles que experimentaram a dinâmica de expulsão da Fazenda Sete Pecados, da Fazenda Mesquita, da Fazenda Inconave e tantas outras áreas rurais não deixaram que suas perspectivas de futuro fossem levadas embora no mesmo caminhão que lhes tirou da terra no interior rural de Santa Helena. Por isso, seja dentre os que se identificaram em movimentos dessa ordem, seja os que como José – abordado no início deste capítulo – apontou como iria se debater com tais pressões, o entendimento da correlação de forças nesse processo desigual era o que tinham de mais

concreto para firmar suas decisões sobre a permanência no campo, que colocadas no movimento da história, atravessando décadas ora os mobilizaram para determinadas alternativas ora os colocaram frente a novos horizontes que, muitas vezes, significaram deixar os modos de viver no campo para trás.

CAPÍTULO II

A SAÍDA E PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL: O FAZER-SE ENTRE O CAMPO E A CIDADE

Para solidificar um pouco mais nossa reflexão em torno dos diversos sentidos atribuídos à terra e às tensões reconhecidas por trabalhadores e pequenos proprietários em Santa Helena, dialogaremos agora, com os apontamentos feitos por Luiza (2012). Quando conversei com ela, buscava saber e explorar discussões sobre as diversas experiências de sujeitos que de algum modo lidaram com a desapropriação causada pela formação do Reservatório da Itaipu Binacional, problemática que desenvolvi em meu trabalho de graduação (SILVA, 2013). No entanto, nossa conversa não ficou apenas neste enredo, como nos indica Portelli, historiadores e narradores fazem parte de um projeto compartilhado e que será construído nesse encontro:

A relação entre os historiadores e os narradores orais que entrevistamos. Porque como eu dizia antes não são objetos da investigação, mas sujeitos de um projeto compartilhado, de um diálogo entre entrevistado e entrevistador. Um diálogo em que os papéis se modificam, mudam, em que nem sempre é o historiador quem faz as perguntas, há perguntas colocadas pelo entrevistado. Há duas agendas que se encontram: a agenda do historiador, que tem perguntas, algumas coisas que queremos saber; e a agenda do entrevistado, que aproveita a presença do historiador para contar as histórias que quer contar, as quais não são necessariamente as histórias que buscamos. E talvez, amiúde, são mais interessantes do que as histórias que buscamos (PORTELLI, 2009, p. 2-3).

De acordo com o autor, o historiador e o narrador compõem um projeto, onde o diálogo traduz uma conversa dinâmica onde ambos expõem suas questões, modo de ver e fazer ver os processos históricos em discussão. Essa reflexão, expressa um pouco do que foi minha conversa com Luiza, o que inicialmente era para ser uma conversa sobre sua experiência frente à desapropriação, logo tomou outro rumo, muito mais denso e complexo.

Nesse sentido, se eu estava preocupada em saber de que modo o processo de desapropriação tinha afetado a família de Luiza, ela me trouxe outras tensões experimentadas por ela e seus familiares, tensões urgentes e que compõem as decisões e inseguranças sobre onde e como viver. Ela quis falar sobre as constantes mudanças que

sua família teve que fazer, não por conta do Lago de Itaipu em finais da década de 1970, mas ao longo de toda uma vida no campo.

No início, isso me causou certa angústia, queria que ela me falasse logo sobre a desapropriação, mas como nos indica Portelli, por vezes as pautas que os sujeitos nos colocam são tão interessantes e importantes (ou mais) do que aquele sobre a qual buscávamos conversar, inclusive, porque uma compõe os sentidos e os significados da outra – à medida que Luiza foi elegendo prioridades e marcas desses processos na sua trajetória.

Conheci Luiza em um ônibus quando me dirigia para a câmara de vereadores de Santa Helena para fazer o trabalho de pesquisa nas atas, ainda para meu trabalho monográfico. Ela, uma senhora muito simpática, já aposentada e que naquele momento residia no distrito de Sub Sede com uma filha e um neto. Ao adentrar no ônibus, sentou-se ao meu lado e logo começamos a conversar. Então, começou a me dizer que já morava em Santa Helena há muito tempo e logo me interessei em prolongar nossa conversa.

Mas, como isso não seria possível em uma viagem que duraria no máximo mais 20 minutos, perguntei à Luiza se eu poderia, em outra oportunidade, ir até sua casa para conversamos um pouco mais sobre sua experiência em Santa Helena. Para minha felicidade, ela se mostrou disposta a me receber em sua casa. Semanas depois, foi o que eu fiz, fui até sua residência e nossa conversa, além de prazerosa, permitiu que fizéssemos muitas reflexões e tematizasse muito mais do que estava, à primeira vista, buscando.

Uma das questões expressivas para esse início de capítulo se apresenta quando retomamos os sentidos atribuídos à terra e ao viver nela:

Pesquisadora: E ela [filha] não podia vim [para a escola]?

Luiza: Ela não podia vim, porque não tinha transporte, né? escolar... era muito longe lá, daí ela parou de estudar... ela estudou só até a 4^a série e parou, daí a gente ficou dois anos ou mais, uns três ano, nós ficamos lá, daí lá se obrigamos vendê, porque os fazendeiro tava tomando conta, né? Daí era os pouco assim... de terra, né? Daí, os colono tava um pouco ali meio apertado, sabe? Apertado por causa das fazenda que tinha... tava chegando, né? Aqueles morro era tudo fazenda e ainda sem água, daí vendemos lá, até tinha um pedaço assim da grama que vinha bem pertinho assim do pátio da minha casa, aquelas gramona, aquelas africana, que nem eles falam... meu Deus!! ia tomando conta, ia passá veneno pelo menos em roda de casa, a grama tomava de conta.

Pesquisadora: E como é que foi assim esses fazendeiros vinham e conversavam com vocês, ou chegavam a fazer alguma ameaça?

Luiza: Não, assim, era tudo gente boa, mais digamos assim... eles iam comprando, assim... uns comprava do outro pequeno lá, que só tinha pra plantaçãozinha, né? Pra morá em cima, porque era pouca terra, que nem nós mesmos, compremos aquele cantinho lá, que não dava pra nada quase, daí então uns ia comprando, os fazendeiro ia comprando né? dos outros, daí eles iam saindo (os pequeno ia saindo daquele lugar), daí eles já fechavam potreiro, botavam cerca, daí a gente tava ali naquele bolinho ali, apertadinho né? Bem dizê sem saída... daí nós se obrigamos a vender também, porque fazê o quê lá sozinho, daí vendemos lá também e viemos, daí fumo comprá lá pras banda da [linha] Sanga Natal, na [linha] Aparecidinha pras banda do [distrito] Braço do Norte, era na Linha Salete antigamente, né?, mais lá nos pé de fazenda também (risos) fazenda e indenizado também, por causa que uma parte da lavora, assim que tinha pasto pro gado, era também, era tudo reserva né? também secô de água... lá era pior ainda, meu... quanta tristeza nós passemos lá gente!!! Quanto que eu chorei naquele lugar... as criança precisava, eu tinha dois que ia na escola, precisava de ir na escola de longe, eles [estudavam] em São Clemente porque em Sanga Natal não tinha escola, tinha escola, daí fechô a escola, não tinha mais aula, daí eles vinham em São Clemente daí... só que pegá o ônibus escolar, lá tinha, mais eles iam longe ainda, era só uns trilhozinho que eles passavam... as estrada, umas estradinha melhor que chegava na casa, daí era estrada de chão assim, sabe? não tinha nem pedra brita nada né? solo brita né? era aquelas coisa... cascalho esquisito lá, e quando o tempo tava bom, às vezes o gado do fazendeiro que tinha lá perto, se o gado não tava por ali, daí eles atravessavam a fazenda, daí era mais perto pra eles.

Pesquisadora: E quando o gado tava daí não iam?

Luiza: É, daí quando o gado tava lá, porque lá tinha o toro deles, né? lá do lado lá, daí não passavam porque era perigoso as criança passá. Lá era perigoso de tudo porque era muita cobra, nossa quanta cobra que tinha lá [por] causa da fazenda mesmo, né? daí tinha uma parte assim onde que o gado ficava, tomava água era tipo um banhado assim e ali era muito perigoso de cobra, mais eu sofri lá, meu deus do céu!!!

Pesquisadora: E o que vocês faziam lá?

Luiza: Plantava , mais lá foi sofrido a respeito de água, a gente buscava, pegava água que nossa agora com uma seca dessa se fosse aquela época meu deus aquilo tinha que busca água no lago pra lavá roupa tinha que sê no lago, tudo no lago pra levá o gado, pra tomá também, daí então lá nessa poça de água de lodo que tinha, que o gado tomava lá naquela fazenda, nós se obrigava a ir busca lá né? pra tomar, e era uma água salgada, salgada, meu deus era pior do que a água do mar salgada pra tomá, era pior, mais aquela água salgada mesmo se volte meia tinha que esfregá a chaleira, que é uma coisa que não precisa ficar esfregando tanto por dentro, mais tinha que esfregá bem com aquela esponjinha de aço pra tirá a areia, que o bico da chaleira tinha que pegá um arame alguma coisa por que trancava com o tempo, trancava... não sai mais água, de tanto sal naquela água e eu me obrigava a usa aquela água porque não tinha, o meu marido foi atrais do prefeito né, foi lá na prefeitura daí não vinha, não vinha, daí um dia apareceu daí ele olho daí ele pediu pelo menos uma pedra pra detoná assim o poço, como é que a gente fala?

Pesquisadora: Dynamite.

Luiza: Dynamite, daí ele foi lá olhá, vê o que... que iam fazê com aquilo... daí foi, mas não resolveu nada, daí depois acabemos vendendo lá de novo, apareceu negócio daí vendemos lá pra sai de lá porque sem luz também não tinha luz, era muito longe só tinha dois morador era só nós e mais um outro lá, aquele tava também vendemos né? , também era tudo sitiado de fazenda daí não conseguimos mais comprá, daí compremos aqui, mais um terreninho pra lá, mais daí como se diz, zero mata, zero né? porque terreno vazio você paga uma loucura de imposto né? paga muito imposto, por isso acabemos ficando, vamos dizê, só restô isso aqui pra nós.

Pesquisadora: E daí quando vocês compraram aqui o que vocês faziam?

Luiza: Daí aqui nós plantava, assim, pra fora, os cantinho de terra (LUIZA, 2012).

Essa passagem de nossa conversa teve início com as indicações feitas por Luiza frente às dificuldades enfrentadas pela filha para ir até a escola, isso por volta do início do ano de 1970, quando moravam na área rural do distrito de Sub Sede em Santa Helena. Porém, sua fala nos indica que a vida de sua família esteve envolta por dificuldades que extrapolavam os limites impostos para a ida da filha até à escola.

Nesse sentido, Luiza parece indicar que o difícil acesso da filha à escola foi apenas mais um diante do que ainda iriam enfrentar ao resistirem permanecendo no campo – de qualquer forma não tenho como definir o que foi mais pujante para a sua tomada de decisão. De qualquer forma, acredito que esses entraves em seu conjunto favoreceram sua última tentativa de permanecer no meio rural (até o momento em que conversamos).

Assim, os risos nervosos dado ao indicar que se mudavam para novamente encontraram limites para a sua permanência sugere como avalia essas decisões que tomaram nesse percurso – tão difíceis e, ao mesmo tempo, tão previsíveis de que não dariam certo – diante das carências e pressões em que se viram impelidos a lidar.

Então, mesmo que destaque de ponto de partida a dificuldade da filha prosseguir nos estudos diante da distância para acessar o transporte escolar, não foi esse o estopim para resolverem se mudar, mas sim porque não estava sendo nada tranquilo continuar naquelas condições no meio rural. O desconforto expresso em sua formulação aponta como liam a sua condição de classe perante aquele processo de expropriação dos pequenos proprietários, “a gente tava ali naquele bolinho ali, apertadinho né? Bem dizê sem saída”, pois “os fazendeiro tava tomando conta né?” (LUIZA, 2012).

Uma narrativa que me motivou a perguntar se tiveram alguma ameaça para essa saída, obviamente que essa pergunta estava ligada à leitura aparente de que toda as saídas tinham essa marca, mas para meu susto, Luzia não só disse que isso não ocorreu, como destacou que os fazendeiros compravam as propriedades direitinho, inclusive apontando que “eram gente boa”. Uma contradição que para mim queria falar não dos fazendeiros em si, mas que estes reconheceram a sua condição de proprietária, tanto que lhes pagaram e sempre conviveram bem... ainda que ressaltasse o desconforto dessa relação desigual “daí nós se obriguemos a vender também, porque fazê o quê lá sozinho, daí vendemos lá também”. (LUIZA, 2012)

No momento em que Luiza me narrou esses traços de sua experiência, era visível a angústia, a apreensão, mesmo tanto tempo depois, pois trazia em sua fala e seus gestos um rememorar com sofrimento, talvez isso fosse a expressão de quem estivesse buscando dizer que realmente não tinham como permanecer ali e, ao rememorar esse processo de tensão, nossa conversa lhe colocava novamente em contato com o sentimento de desigualdade que atravessou a decisão de saídas e mais saídas do campo, pois a condição de espremido, encurralado e de um processo em movimento e em expansão, foi se mantendo mesmo em suas andanças. Portanto, as construções acerca de como via outros pequenos proprietários, que reconhecia estarem na mesma condição compartilhada com a sua, fortalecia o mesmo sentimento e avaliação: “os colono tava um pouco ali, meio apertado, sabe? Apertado por causa das fazenda que tinha, tava chegando né?”.

Luiza e sua família, assim como outras famílias as quais ela fez referência, estavam se sentindo encurralados e, para piorar ainda mais a situação, o lugar onde moravam não tinham água – mesma condição de José, entrevistado que apresentamos no capítulo 1. Essa condição não se deve a meras coincidências, mas sinaliza o porquê compraram essas terras, mesmo sem água, porque, a rigor, as terras em grande medida estavam sendo vendidas e (re)vendidas aguardando benfeitoria, o que as tornavam mais em conta e garantiu que pessoas, como eles pudessem compra-las (sem grandes recursos para adquirirem propriedades com certa infraestrutura, ou mesmo com possibilidades limitadas para contar com as linhas de crédito que viessem a favorecer tais investimentos).

As tensões que cercavam a família de Luiza se somavam à pressão de estarem praticamente sozinhos, já que os antigos vizinhos, que assim como ela viviam em um pequeno pedaço de terra, já tinham, em grande parte, cedido e vendido suas

propriedades para os fazendeiros da região. Isso também sugere como essas demandas não conseguiam, também, aglutinar esses pequenos proprietários para decisões coletivas ou ações conjuntas. Em grande parte, porque os riscos e receios informavam de modo diferente as avaliações e tomada de decisões de cada grupo familiar em questão.

Sem ter o que fazer acerca da renda para investir no sítio, Luiza mudou-se com sua família para a antiga comunidade rural Linha Salete, ainda em Santa Helena, lá, não encontrou uma situação tão diferente da condição em que vivia anteriormente, estar “no pé de fazenda” significa que a ponta de terra que conseguiram comprar novamente os colocavam naquele apertado circuito de relações. Agora, além das novas dificuldades que iriam experimentar ali, esbarrariam em novos fazendeiros que também estariam interessados em dificultar sua permanência e se aproveitar das dificuldades já conhecidas e, então, “gentilmente” se dispuseram a comprar seu pequeno pedaço de terra – para “livrar” Luiza e tantos outros daquele modo de viver inconveniente.

Novamente, passado aquele tempo de infortúnios, a solução encontrada por ela e sua família foi a venda da terra e, mais uma vez, para um dos fazendeiros que cercavam seu pedaço de terra, mas, agora, a família optou por comprar um lote na área urbana do distrito de Sub Sede. Afinal, “foi o que restou” após dívidas e falta de proporcionalidade entre o que recebiam pelas vendas da terra e o custo de uma nova propriedade. Pois, sabiam que suas condições de classe não lhes permitiam comprar grande quantidade de terra no interior e sabiam que se outra vez resolvessem se colocar em uma pequena área cercada por fazendas seu “destino”, quase já definido, seria aquele já experimentado por duas vezes. Então, para que reviver mais uma vez todas aquelas dificuldades?

É claro que a vida da família de Luiza não foi um mar de rosas tendo decidido por viverem na área urbana, as dificuldades não acabaram, apenas se modificaram – como ela mesma me diz. No entanto, viver no campo era lidar com tensões que eles não estavam mais dispostos a enfrentar. Um desgaste que leva os sujeitos a terem pouca ou nenhuma disposição em continuar arriscando indefinidamente em prol de permanecer no meio rural.

Após refletirmos em torno das experiências de Luiza e sua família, talvez o leitor possa estar se perguntando o que tudo isso tem a ver com as disputas por terras sobre as quais discutíamos anteriormente? Realmente, não podemos visualizar ao longo da fala de Luiza nenhuma indicação de expulsão forçada, de violência explícita, de

crianças jogadas na rua etc. Mas pergunto ao leitor, o que você elencaria como tensões ao permear os limites e possibilidades de permanecer no campo?

A meu ver, isso perpassa tanto as expropriações forçadas quanto aquelas que decorrem de outras nuances das relações de poder e da dinâmica de avaliação dos sujeitos sobre como esperam viver e como conseguem lutar e propor modos de viver, seja para permanecerem seja para saírem em direção a novas estratégias em busca de uma vida melhor.

Espero que, com isso, tenha conseguido alargar nossa visão sobre as tensões no campo e o movimento de reorganização desses sujeitos nas relações e territorialidades em Santa Helena. Só assim, experiências como as de Luiza emergem do universo social da historicidade de transformações no campo na segunda metade do século XX, onde apesar de não ter lidado com mortes, ameaças, jagunços etc., trouxe à discussão convívios pressionados e experiências marcadas por sentimentos de perdas e recomeços – em um campo em disputa, ainda que suas correlações de forças tenham permitido sair desses confrontos em melhores condições de seguir adiante do que aqueles que foram expulsos violentamente e sem nada, ou mesmo de trabalhadores rurais desalojados e que desocuparam as propriedade.

Um processo de mudança pressionado pelas condições e pelas relações de poder desiguais, o que não deixa de ser expulsão e, por isso, compõe tensões que permearam a saída de muitos e permanência de alguns no campo entre a década de 1960 e o início do século XXI. Ao longo desse trabalho iremos dialogar com documentos e falas que nos possibilitam lidar com formas distintas no modo e na intensidade com que ocorreram e experienciaram esse processo. No entanto, acredito não ser aceitável dizer que a família de Luiza não foi também violentada pelos fazendeiros que em diferentes circunstâncias cercavam suas terras, cerceavam suas possibilidades e forçaram sua tomada de decisões em uma correlação de forças desiguais.

Afinal, não é uma prática de violência seus filhos terem que por vezes se arriscar atravessando fazendas para irem à escola, sem que o fazendeiro tenha em nenhum momento proposto algum tipo de ação para que esse risco fosse evitado? Não seriam também práticas de violência pessoas se verem obrigadas a buscar água no Lago por conta da contaminação do rio mais próximo, pelo contato do gado dos fazendeiros, sem que estes em nenhum momento tenham sido punidos ou tenham proposto remediar a situação com um poço para a família, do que ao invés disso favorecer ainda mais esse empecilho de permanência na terra?

Contudo, em alguns cenários, mesmo quando a ação já está previamente traçada – chegou o dono, ameaças e tentativas de expulsão – o desenlace pode se desenrolar em outros termos, inclusive não só sem a saída do campo, mas com a permanência legitimada por órgãos como o Incra. Vejamos como essa questão se apresentou para Jair. Em 2012, quando entrevistei ele e sua esposa conversávamos sobre a vinda do casal para Santa Helena no início da década de 1960, quando receberam terras compradas pelo sogro de Jair para que “começassem a vida”. Ao perguntar sobre como foi o processo de aquisição definitiva da terra, ele me apresentou a seguinte narrativa:

Jair: quando foi em 75, eu acho, por aí, daí o dono da terra veio, daí nós sofremo [...] eles queria tocá nós.

[...] quando nós entremo [1963], já tinha quase trezentos morador nessa gleba dele né? desde do Braço do Norte tudo ali [...] [as terras] era tudo dessa cambada, desse um, e daí eles queria tocá, mais não deu certo deles tocá [...] daí o INCRA... daí nós cadastramo [no Incra] e daí ficô, daí nós paguemo imposto, daí os cara [do incra] falava assim, “não, vocês são dono, só que tem que pagá u [valor da terra] mais cedo ou mais tarde, né? Tem que pagá a terra”, daí eu paguei, mais só que o meu sogro mandô eu cadastrá dez alqueire e daí se tu ficá com cinco que eu dô e daí cadastra dez [alqueire], porque eu não vô ficá com seis colônia, com cinco e meia e daí eu fico cinco e dô um pedaço pra cada piá e você cadastrá uma colônia [com 10 alqueires], e daí eu cadastrei, mais depois, quando veio, daí eu tive que pagá, 12.8000 era prá sê pago, daí eu fiquei com tudo [10 alqueires]. Daí esse E... [dono da propriedade] fez uma proposta boa pra turma, quem tinha dez alqueire, ele dava cinco de graça; dava escriturada (como era essa escritura que eu tenho antiga, veio no nome do E...), então, por isso que ele era o dono, saiu no nome dele. Daí eu paguei. Eu di 8.000 de entrada e [...] 4.800 eu paguei com dois ano, mais daí eu paguei com um ano, eu fui bem na safra aqui, daí eu paguei em um ano e daí eu financiei um tobatin [tratorzinho] que eu tenho e uma triadeira, sabe? [Financiei] No banco do Brasil, daí eu pagava lá, daí eu paguei, daí eu fiz assim. E otros que não queria [o acordo do incra, de pagar toda a terra para ter direito a tudo], que nem o meu sogro, que não quis fazê a dívida (que nem ele tinha medo), garrô e repartiu – deu metade por metade, daí o E... deu metade escriturado...

E ficô com a outra metade pra ele.

Jair: É. e fico com a outra metade, daí ele (fazendeiro) vendeu pros terceiro e daí ele (E...) ganhô muito mais, né? (GENI e JAIR, 2012)

Ao discutirmos como trabalhadores sem terra podem ter certo “empurrão” para começar a vida de casado, temos aqui a experiência de Geni e Jair, um casal que, vindos do Rio Grande do Sul, para cuidar da terra do sogro, prometida como deles caso se animassem a ocupá-la, encontram algumas tensões para além dos dramas iniciais

corriqueiros – desde a dificuldade para se chegar ao destino (puro mato naquele momento) até cerca de 10 anos depois se deparar com o fazendeiro E... reivindicando a terra e os expulsando. Até aqui temos um roteiro conhecido sobre a compra de posses, com documentos sendo vendidos para vários donos etc.

Contudo, a narrativa de Jair trouxe outros elementos e sujeitos ao debate. A presença do INCRA nessas negociações, estabelecidas em 1975 (temporalidade muito próxima a que Luiza indicou como o de maior tensão com os fazendeiros que estavam a chegar e comprar as propriedades menores), sugerindo como esse órgão, que se colocava em substituição ao IBRA (BRASIL, 1970), procurou recolocar o modo de se fazer essa composição de interesses.

A fala que indicava a Jair que teria que pagar a terra caso quisesse ficar com ela, indicou para o casal que para tentarem não se manter no campo no enredo de ameaças e mortes como tinham notícia em regiões muito próximas do local em que residiam, iriam encampar a indicação de se endividarem e trabalharem o que fosse necessário para pagar toda a terra nos dois anos indicados como única proposta para o acerto.

Tudo isso ocorre, mesmo que tenham o sentimento de legitimamente serem os donos da terra – como o representante do Incra lhes confirmou. Ainda assim, na sua fala Jair destaca como essa era uma situação fora do seu alcance de alterar, pois ressalta que ao adquirir o documento tenha visto o nome do E... como dono e participe do processo de compra e venda, o que lhe fez ressaltar como legalmente o “dono” era o outro, então foi melhor pagar logo para eles se tornarem os donos.

Esse pragmatismo ao lidar com a questão fez com que olhasse não só para a sua ação, mas para dois movimentos que ocorriam simultaneamente ao seu e com as mais de 300 famílias que ocupavam o lugar em litígio (destacando, em particular, o sogro e o fazendeiro). Ao fazer isso, identificou a dureza desse processo nas possíveis desigualdades que pode estabelecer ou se utilizar para se impor; primeiro observando como aqueles como seu sogro que seja por receio do endividamento, seja por não conseguirem levantar o valor necessário para a quitação em 2 anos para ficarem com toda a terra que estavam em seu domínio, acabou por se articular em um negócio ainda mais injusto com suas possibilidades, onde em troca de ficar apenas com 50% do que afinal o Incra havia indicado que tinha direito em 100%, que eram os donos das terras que ocupavam, aceitaram a parceria do dono que veio de São Paulo para tal pendência.

Com isso, o fazendeiro, ao se dispor a pagar a outra metade da terra para escritura-la definitivamente, ficou com a metade da terra de cada um que “ajudou” a

pagar; um negócio muito vantajoso, como diria Jair, onde o fazendeiro, que a rigor ganhou muito mais (tanto nessa negociação, quanto nas futuras ao revender as terras já em ponto de cultivo e em momento de alta de preço), pois, conseguiu manobrar seus interesses e privilégios nas limitações de classe dos pequenos proprietários que ali se encontravam, envolvidos naquela tensão sobre permanecer e em que termos permanecer no campo.

Analisar as experiências dos trabalhadores e pequenos proprietários é um exercício difícil, os trabalhadores compartilham modos de vida, mas eles os experimentam e agem sobre as situações que vivenciam de formas diversas e mobilizados por questões e interesses peculiares, suas experiências e ações se aproximam e se distanciam conforme as relações em que tomam parte e nós, enquanto pesquisadores, não devemos fechar os olhos para esse emaranhado de relações de poder e subjetividades que atuam nessa tomada de decisões e modos de agir e viver.²⁰

Nesse contexto, muitos sujeitos viram a permanência no campo como uma alternativa possível para amenizar as dificuldades que enfrentavam, assim como Geni e Jair que ao conseguirem se livrar do antigo dono o senhor E... tiveram que tempos depois lidar com as desapropriações da Itaiupu.

Ao pensar nesse conjunto de questões que envolviam a rotina de permanecer e sair do campo, enviar cartas para o deputado Gernote Kirinus se apresentou como um diálogo que pudesse auxiliar nos embates que ocorriam no Oeste do Paraná na viragem da década de 1970 para 1980. As cartas eram enviadas de diferentes lugares do Estado do Paraná e por sujeitos em condições de classe diferenciadas e com demandas muito variadas, assim como daqueles que já havia deixado o Paraná tanto para novas áreas de ocupação de fronteira (como a região norte do país), assim como os que se dirigiram para diferentes acampamentos de sem-terra. Ao contrário do que em um primeiro momento podemos supor, as cartas não eram enviadas somente por adultos, muitas crianças e adolescentes, mobilizados por seus familiares, também destinavam cartas a Kirinus, pedindo ajuda para seus pais, ou fazendo algum pedido ligado ao custeio e encaminhamento de seus estudos.²¹

²⁰ Santos construiu uma importante reflexão sobre a movimentação dos trabalhadores no Oeste do Paraná, o autor destaca ao longo de sua tese que os trabalhadores compartilham um campo comum, mas sem negar que eles se posicionam e agem de formas diferentes e desiguais, o que o faz se interessar pelo modo como agem e avaliam a construção de sentidos e significações para tais experiências em movimento. (SANTOS, 2016).

²¹ Gernote Kirinus foi um dos líderes religiosos que atuou na região Oeste do Paraná, Kirinus esteve presente em diversas pautas que se colocaram na citada região, dentre elas a luta no campo frente à

Diante disso, dialogaremos agora com uma das diversas cartas enviadas ao então deputado estadual Gernote Kirinus, de uma região limítrofe à Santa Helena nas reconfigurações ocorridas após as desapropriações e nos processos indenizatórios:

Volta Gaúcha 25 de maio de 1980

Caro amigo Gernote Gilberto Kirinus, volto a escrever ao grande amigo e líder, e vou escrevendo tudo o que me cair na ideia, pelo menos enquanto eu estiver escrevendo esta. Posso informar ao amigo, que de saúde estamos nem muito doente nem muito sadio, um dia a gente está disposto a enfrentar qualquer trabalho e qualquer problema e no outro dia as vezes a gente gostaria de estar sempre perto da cama ou dentro, mas, não vai achar que é preguiça é sim de mal estar, preguiça só dá umas 30 vezes por mês. Informo que o meu filho Adelar não está mais indo a Entre Rios, no ginásio e sim em Margarida. Acontece que em [distrito] Entre Rios não ia aguentar o repuxo por se tornar muito caro, 400,00 a mensalidade, passagem do ônibus 900, 00 e com ameaça de aumento pra 1500,00. Em [distrito] Margarida a mensalidade era de 400,00 mas no próximo mês é 440,00, mas a passagem de ônibus, esta é de 400,00 ... 500,00 a menos que em Entre Rios. Ainda para mim se torna bastante oneroso, porque a gente nem sabe mais como se virar com esta crise que estamos enfrentando a onde só se tem inflação no que o colono compra, mas para aquilo que a gente tem que vende... as custas de mendigagem, remédios, vestuários, vestimentas, material escolar e o custo de vida, ou seja, gêneros alimentícios que a gente não produz. Quero falar sobre um assunto que o senhor me pediu, quando o senhor esteve aqui, em minha casa, sobre aquela área de terra, chamada terra do banco, olha, eu fui uma vez lá naquela área, mas não deu para fazer um levantamento que preste, motivo, várias pessoas que eu encontrei logo conseguiram me informar que nada conhecem, que aquela partilha de área que estão ocupando, outro estão até desconfiado que estão ocupando esta área, mais ou menos 70 famílias e produzem milho, a produção é manual sem adub ou veneno, um rendimento médio de de uns 150 sacos por alqueire, outra cultura cultivada é o algodão e soja. O algodão dá um rendimento de 250 arrobas por alqueire, mas é isso que no momento eu posso informar, vou numa outra oportunidade de chegar até lá para ver se dá para montar melhores dados. O que eu ouvi lá é muitos pedidos de que o senhor visitasse a área, talvez seria muito ótimo para o futuro político. (EDGAR, 1980)

Edgar, o autor da carta acima, escreveu para o então deputado Gernote Kirinus no ano de 1980. Naquele momento, ele vivia em Volta Gaúcha.²² Durante a carta encontramos elementos que nos permitem identificar e problematizar os anseios e as dificuldades de sujeitos que vivenciavam o campo. Edgar buscou construir a carta

desapropriação diante da construção do Lago e Reservatório da Itaipu, bem como diante dos conflitos por terra. Esse material, encontra-se disponível para consulta no acervo do CEPEDAL/UNIOESTE-Campus de Marechal Cândido Rondon.

²² Naquele momento, a linha Volta Gaúcha compunha o município de Marechal Cândido Rondon, a partir de 1990, com a emancipação de Entre Rios do Oeste, essa região se tornou pertencente a Entre Rios.

enviada ao deputado criando um tom amigável, como se estivesse escrevendo para alguém que lhe fosse próximo, chegando a brincar com o destinatário, indicando que de saúde ele e a família não iam nem bem, nem mal; porém, isso não era sinal de preguiça, e sim de mal-estar, pois preguiça só sentiam trinta vezes ao mês.

Após o início descontraído, Edgar começou a expor ao deputado as situações que estava experimentando, e o modo como tais questões pressionavam a ele e à família. Desde a menção às dificuldades para manter o filho estudando até mesmo as queixas e indignações frente à produção. Citou a inflação, o baixo preço que o colono recebia pelos produtos que tinha para venda, e chegou ao assunto que parece ter sido o motivo principal do envio da carta a Kirinus.

De acordo com a narrativa de Edgar na carta o deputado lhe pediu para que lhe informasse sobre uma área de terra, as quais Edgar denominou como “terra do banco”. Nessa área, que provavelmente ficava em Marechal Cândido Rondon, levando em consideração que Edgar vivia nesse município, viviam cerca de 70 famílias, estas produziam algodão, milho e soja, tudo de forma manual, como indicou Edgar – o que deixa transparecer os limites para acesso a maquinário e crédito para dinamizar o modo de produzir e colher.

Se os anseios, angústias e pressões vividas por Edgar estavam pautadas no estudo do filho e na inflação frente à produção e ganhos no campo, quais seriam as pressões que permeavam a vida das 70 famílias citadas por Edgar? De acordo com o que pudemos perceber, ele era um proprietário de terra com uma condição limitada, mas que se identifica como colono, condição diferente da observada e tratada em relação às famílias de posseiros. Diferente também de diversas outras pessoas que vivenciavam o Oeste do Paraná a partir da segunda metade do século XX, onde ao mesmo tempo em que ocorria a promoção de uma ocupação do Oeste, coordenada por empresas privadas de colonização, muitos sujeitos passaram a ocupar áreas tidas como “do governo, do banco, sem dono, desocupadas” e eram recriminados e alguns mobilizados para deixarem a região.

Possivelmente, as famílias que viviam nas “terras do banco”, não compartilhavam da condição de Edgar, não tinham condições de manter seus filhos, não tinham condições de cultivar o campo através dos mesmos meios que Edgar – com financiamentos e créditos para insumos e maquinários –, tanto que como ele mesmo disse que o cultivo da soja, milho, algodão por essas famílias era feito sem o uso de adubos e de forma manual.

O campo não era um espaço ocupado somente por proprietários como Edgar, era vivenciado também por trabalhadores diaristas, agregados, meeiros, posseiros e ao longo deste trabalho problematizaremos o modo como se construíram relações e experimentaram certas pressões nesse viver no campo. Obviamente, Edgar estava lendo a situação e percebeu que a visita de Kirinus às referidas famílias poderia render votos a ele no futuro e, certamente, ao indicar esse ganho político, Edgar também almejava conseguir alguma ajuda junto ao deputado para amenizar a sua própria situação, como veremos à frente.

Desse modo, a carta enviada por Edgar e por tantos outros sujeitos ao então deputado estadual, não eram enviadas de forma gratuita. Kirinus teve como base política o Oeste do Paraná. Assim, os diferentes sujeitos que lhe escreviam sabiam que estavam escrevendo para alguém que poderia em algum momento retribuir frente a determinadas alianças e indicações. Nessa perspectiva, continuaremos dialogando com a carta escrita por Edgar:

E continuando quero dizer que o futuro para o pequeno agricultor não está nada bom e as perspectivas, só tiver em vez de melhorar, piora cada dia mais e mais, as pequenas chances que o pequeno proprietário de terra tem, quase não podem ser usufruído por ele, porque tem as despesas se tornam tão grande que não vale a pena a correria pra lá e pra cá. passagem de ônibus, custeio para lavoura ou se for feito em uma cooperativa, a gente desde o dia que faz o pedido da semente a assim por diante, até o dia que se paga o custeio deve se fazer umas dez viagens até a cooperativa e Banco do Brasil, imagina só, um que tem pequena propriedade como eu, e vai fazer o custeio, nunca vai fazer a dada área, então imagina só isso pode ter um lucro, da pepeino no duro, e isso com dadas coisinhas que a gente pode financiar no banco, sempre essas correrias e custo de dinheiro. Eu posso afirmar com toda certeza, uma pessoa que não é muito calma e que tem sangue meio agitado é capaz de pegar e rasgar na frente dos funcionários e dizer muitas bobagens, enquanto isso os nossos governantes andam fazendo publicidade, de deixar menos informados que chegam a acreditar que está tudo bem, porque é como o governo faz isso, faz aquilo, que o governo está ajudando o pequeno, é claro que ajuda como já afirmei acima e como aconteceu a poucos dias atrás com o tal do criminoso e vergonhoso custeio do soja, eu digo criminoso porque quantas criancinhas do pequeno agricultor poderia se nutrir melhor, ou poderia ou poderia fazer um tratamento de saúde mais perfeito com o dinheiro que foi roubado. Invés do governo ajudar que o preço do produto que ele produz melhora, ele prejudica. E ajuda ele baixa como é o preço mínimo do soja 440,00, o governo ajuda se não Telfim[Delfim] ia fazer reforma agrária no Brasil, isso não pode, isso é subversão. Vender para os estrangeiros grande áreas de terra e dar o incentivo fiscal e no fim nem ter imposto pra pagar, isso é a democracia da nossa querida pátria, um governo que só se preocupa com eleições, mas para que elas não saiam ele tem dado a raça, porque

se sair eleição a banda desafina, e os mestres João e Telfim e companhia perderão não só as calças, mas também as siroulas se eles usam. Isso é por hoje meu desabafo. Aceite meu abraço fraternal. (EDGAR, 1980)

Nessa passagem de sua carta, Edgar especifica sua condição, um pequeno agricultor proprietário de terra e continua a expor suas aflições, citando as idas e vindas a bancos e cooperativas visando custeios e financiamentos, chegando a dizer que pessoas “de sangue quente, seriam capaz de fazer bobagens” frente às situações por ele descritas. Edgar expôs ainda sua indignação frente à situação política do País naquele momento.

Trago agora o trecho de outra correspondência enviada para o então deputado Gernote Kirinus, em fevereiro de 1983, destacando um processo contínuo de ameaças para desocupação de terras, onde trabalhadores como Juvêncio confrontaram essa realidade vendo nessas relações um dos termos da disputa por esse lugar e pelas novas demandas de uso e relações de trabalho que se propagavam na região, e mais especificamente, em Santa Helena:

Eu mando dizer que eu moro numa fazenda a 11 anos.
 [Ele] Quer que nós sai na baze do pontá pé será que tem essa lei.
 O homem não qué aserto mai ele põe jagunso para fazer medo a nós.
 Nós paga a renda tudo serto e nós chama para fazer o aserto ele não quer.
 A terra nem dele não é.
 [É] [...] do João Maria Belo ele deu ele pegou 4 ano para forma pasto e grilou a terra do homem e fica a prisiguino nós.
 Eu sou pai de 8 filho e não tenho nem um parmo de terra e não posso ir para a cidade. [...]
 Quem manda dizer é um lavrador sem valor. (JUVÊNCIO, 1983)

Em resposta, o deputado encaminhou a demanda do arrendatário para o INCRA, dois meses depois de recebê-la, o que sugere a interligação dessas relações políticas com a pauta desses trabalhadores, contudo na urgência que as relações institucionais se promovem, portanto sem compromisso com a urgência indicada pelo arrendatário.

O que significava essa permanência no campo como trabalhadores, como apontado por Juvêncio no distrito de São José, em Santa Helena? Que dissidências e identificações são possíveis analisar na produção de alternativas entre desiguais? Juvêncio, ao indicar que a cidade não se colocava para ele como possibilidade, quais alternativas teria no campo a partir daquele momento? Que elementos da condição de

classe desses trabalhadores fazem parte das relações de poder que estabeleceram para disputar essa permanência?

A partir do fragmento de fonte indicado, aquele que agora expulsa Juvêncio, anteriormente também era um trabalhador sem-terra, como pensar essas disjunções? Que tensões ultrapassaram os marcos da disputa por titulação das terras, como vimos no capítulo 1, e podem ser problematizadas a partir da presença de trabalhadores sem terra no campo, um explorando o outro em busca do uso e permanência nesse lugar? Pois, Juvêncio sabe que o tal dono está longe daquela relação estabelecida por um que arrendou para outro arrendar – ao longo dessa tese observamos como esse modo de lidar com a saída ou para encerrar determinados acordos de produção e uso da terra ainda nos levou a perceber certos acionamentos de expulsão, de ameaça seja na década de 1960 seja na década de 1980 – como na carta de Juvêncio.

Pensar a experiência dos trabalhadores na busca pela permanência no campo no Oeste do Paraná ultrapassa marcos e a particularidade de alguma demanda, como poderíamos associar se olhássemos apenas para processos de maior vulto (como a chegada expressiva em meados do século no período de promoção colonizadora, bem como no momento das desapropriações em função da Hidroelétrica de Itaipu). A experiência de Juvêncio nos aponta continuidades ruins – como a expulsão via jagunços – ao mesmo tempo que sinaliza as mudanças nas relações e perspectivas de uso da terra (tanto em relação à produção quanto em relação à produtividade almejada).

Por isso, entendo que as tensões, sugeridas pelo trabalhador Juvêncio na correspondência em questão nos levam a um universo mais amplo e oferece a possibilidade de tratar as impressões e experiências de um conjunto expressivo de sujeitos percebendo suas práticas e valores desalinhas no campo de forças em que se situavam. Apresentando como a pauta pela permanência no campo se constitui enquanto um modo de discutir desigualdades nessa disputa, práticas de exploração e de alterações nas relações de trabalho. Tudo isso, enquanto destituição de modos de viver.

Alguns autores já elaboraram discussões que objetivavam refletir sobre aspectos relacionados ao chamado processo de colonização de alguns municípios do Oeste do Paraná, Martin Luis Berno foi um deles, o autor ao trabalhar experiências vivenciadas em Palotina, indicou que:

Ocorre um intenso processo de migração para a região, não apenas de colonizadores sulistas, como preferiam as empresas colonizadoras, mas principalmente de trabalhadores vindos dos Estados nordestinos, como Bahia, Pernambuco, Alagoas, ou ainda do Sudeste, como Minas

Gerais. São na sua maioria trabalhadores que buscam vender sua força de trabalho, mas que com sua presença desencadeiam um processo significativo de transformações socioculturais na região, uma vez que seus hábitos, seus costumes, seu modo de utilização dos recursos obtidos, mais preocupados com o atendimento das necessidades imediatas do que com a compra de um lote de terras, rompe com a “homogeneidade” pretendida pela colonização que tinha à frente o elemento sulista, muitas vezes idealizado como “trabalhador”, “responsável”, apto a se adaptar às novas técnicas de cultivo, enfim, um elemento pronto para acompanhar os ritmos da economia capitalista em plena expansão no Oeste do Paraná. Porém, esse ciclo se encerra nos primeiros anos da década de 1970, deixando lugar para uma nova atividade econômica: o cultivo da soja. Essa nova planta não será como as demais culturas. Seu cultivo será mais elaborado, trazendo consigo novos conhecimentos, novos procedimentos, como a mecanização da terra e a modernização das práticas de cultivo. Logo as terras serão destocadas, abrindo espaço para os tratores e seus implementos, para as colheitadeiras e outros maquinários. O trabalho humano será substituído pelas máquinas e pelos defensivos, e a paisagem rural se transformará. Matas serão derrubadas e a soja se transformará no “ouro verde” que trará progresso e riqueza. Aqueles que não se “adaptam” à nova realidade são expulsos, vendem ou perdem suas terras e o binômio soja-trigo se consolida. Os velhos hábitos de se produzir sementes em casa, escolhendo as melhores espigas de milho, parte da produção de trigo, e até de soja, logo serão substituídos pela compra de sementes selecionadas e tratadas, que serão fornecidas pela cooperativa ou pelas cerealistas que se instalam na região. Com isso, aumenta o custo da produção e acelera-se o processo de exclusão de pequenos produtores, deixados à margem da modernização agrícola local. Para garantir o sucesso dessa nova empreitada, entram em cena organismos de assessoria técnica, como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e a ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, ou organismos de crédito rural, como o BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, além dos poderes públicos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Também são criadas associações de produtores e órgãos de cooperação mútua, como as cooperativas. (BERNO, 2009, p. 2-3)

A síntese apresentada pelo autor, torna a expropriação como um dos elementos de processo de “substituição das relações no campo”. Contudo, essa alteração é muito mais sinuosa do que sua narrativa apresenta. Berno destaca ainda, fatores ligados à “modernização do campo” e ao fazer isso indica que nesse contexto, os que não se “adaptaram” foram expulsos, substituídos por empreendedores rurais. Entendo que o termo usado pelo autor, merece ser discutido, pois as aspas não dão conta de abarcar a contradição nele presente.

O problema não está na adaptação a um novo jeito de viver e produzir, mas está no fato de que muitos desses sujeitos, trabalhadores, posseiros, meeiros, arrendatários, trabalhadores diaristas se viram expropriados nesse processo de alteração de práticas

visando maior produtividade e maior rendimento com a produção no campo. Uma dinâmica, onde aqueles que em grande medida conseguiram permanecer sem se identificarem como grandes produtores, investidores nessas novas práticas, tiveram (e muitos ainda têm) que lidar com pressões diárias acerca dessa permanência.

Nesse contexto, a intenção ao longo desse capítulo visava aprofundar as problematizações em torno da permanência no campo e os limites que a cercam, fazendo com que muitos desses que estiveram em diálogo no constructo desta tese produzissem novas alternativas e ações em defesa de seus direitos ou mesmo na construção de novas possibilidades. É nesse enredo, que se faz pertinente associar como certas opressões vão se constituindo e ganhando tons de naturalidade em nosso convívio social.

Para tanto, trazemos uma passagem de uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, de 07 de novembro de 2019, com o intuito de identificar o quanto certas tensões não só atravessaram o Oeste do Paraná nos momentos de tensão sobre quem ocuparia e se estabeleceria na região – como tratado até o momento nessa tese – mas, inclusive, no que observarmos acerca da cultura e presença indígena que foi sendo deslegitimada desse debate de pertencimento ao território paranaense, em particular as demandas em Santa Helena e Itaipulândia (expressas nesse documento) que desde meados da década de 1970 viu nas desapropriações em razão do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu mais uma frente de tensão com os povos indígenas que viviam no Oeste²³:

Inicialmente, ressalta-se que a presente ação possui vínculo com a Ação Civil Pública de n.º 5006284-37.2017.404.7002, em trâmite na 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, e que determinou, em sede liminar, que: “a FUNAI, no prazo máximo de 2 (dois) anos, conclua em definitivo os procedimentos de ampliação da Terra Indígena do Ocoy (procedimento FUNAI ld 570) e de demarcação da Terra Indígena Guarani/Santa Helena (procedimento FUNAI ld 642), nos termos e prazos previstos no Decreto n.º 1.775/96, computando-se neste interregno, inclusive, a eventual desocupação dos não-índios da área, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais)”¹. A referida decisão data de 14/11/2017 e até a presente data ainda não há previsão para a conclusão dos trabalhos pela FUNAI, o que está causando inúmeros prejuízos, como a insegurança jurídica, diante de reintegrações de posse ajuizadas por Itaipu contra os indígenas e, também, que é o objeto específico da presente Ação Civil Pública,

²³ Destacamos o recente trabalho produzido por Zimmermann (2023) que traz um balanço das discussões acerca da temática, bem como procura historicizar os liames desses litígios e tensões envolvendo a presença indígena. Sua obra permitiu ter contato, também, com a fala desses sujeitos situando seus dramas e ações frente a tais embates.

situação precária de moradia, sem qualquer estrutura mínima, ainda que provisória, colocando em risco a saúde e a própria sobrevivência desse povo.

Observa-se que, a insuficiência dos serviços prestados pelos entes e órgãos públicos responsáveis às aldeias indígenas ocupadas nas áreas dos municípios de Santa Helena/PR e Itaipulândia/PR, deve-se, em grande parte, pela ausência de conclusão dos procedimentos de ampliação da Terra Indígena do Ocoy (procedimento FUNAI Id 570) e de demarcação da Terra Indígena Guarani/Santa Helena (procedimento FUNAI Id 642), em desacordo com os termos e prazos previstos no Decreto nº 1.775/96. (BRASIL, 2019, p. 2-3) [...]

O Ministério Público Federal, por meio da presente Ação Civil Pública, visa obter o comando jurisdicional no sentido de compelir a União, FUNAI, Estado do Paraná, Município de Santa Helena e Município de Itaipulândia a garantirem o mínimo existencial aos indígenas nas áreas ocupadas, respectivamente, em Santa Helena/PR e Itaipulândia/PR, conforme Inquérito Civil de nº 1.25.010.000229/2019-19 e ata de reunião em anexo. (BRASIL, 2019, p.4) [...]

II.1 – SANTA HELENA-PR

- a) **Curva Guarani:** possui 10 famílias, com 5 crianças;
- b) **Ara Porã:** possui 20 famílias, com 30 crianças;
- c) **Pyahu:** possui 16 famílias, com 10 crianças;
- d) **Tecohá Dois Irmãos:** possui 15 famílias, com 10 crianças;
- e) **Avy Renda:** possui 35 famílias, com 40 crianças.

II.2 – ITAIPULÂNDIA-PR

- a) **Yva Renda:** possui 15 famílias, com 15 crianças;
- b) **Aty Mirim:** possui 48 famílias, com 110 crianças. (BRASIL, 2019, p.7) [...]

A perspectiva histórica existente nas terras que se localizam as aldeias, remete-se ao período de construção da usina de Itaipu, extraindo-se de diversos registros arqueológicos e antropológicos arrolados ao livro “AVÁ-GUARANI: a construção de Itaipu e os direitos territoriais” em anexo, que a área de construção consistia em terras dos indígenas Guarani que não foi devidamente desabitada. Diante disso, resultando-se em graves violações aos direitos indígenas em razão de sucessivas remoções forçadas, desfazimento de comunidades, desagregação de famílias, migração inesperada, confinamento em espaços restritos, negação de identidade e de presença e os reiterados esbulhos de seus territórios que foram permitidos com a implantação da Usina. [...] Em resumo, as ações e omissões pela Itaipu à época da implantação da usina em 1974/1975 promoveram a violação de uma série de direitos socioculturais e territoriais dos Guarani. A partir dessa perspectiva, dezenas de famílias sobreviventes dos eventos da construção de Itaipu, buscam hoje reocupar áreas próximas aos antigos tekoha alagados, de onde foram expulsos. (BRASIL, 2019, p. 8-9)

Desde 2009 um confronto judicial mais robusto tenta estabelecer a resolução desse litígio em favor dos indígenas. Sendo que na sentença de 2020 acerca dessa Ação Civil Pública eles alcançaram ganho de causa (BRASIL, 2020). Contudo, em consulta no portal <terrasindigenas.org.br> o andamento da questão está no status “Em estudo”,

(atualizado em junho de 2023 e mantido até o momento dessa escrita), o que significa que nada se alterou na condição de vulnerabilidade em que essas famílias estão instaladas na região de Santa Helena. Portanto, iniciamos a reflexão sobre a demanda acima sabendo que nada ainda mudou na condição de acesso e melhor condição de vida dos povos indígenas em questão. São mais de 80 famílias, no registro inicial da Ação Civil Pública que aguardavam a já aceita e identificada necessidade de reestabelecer a área para tais povos indígenas (BRASIL, 2019).

Isso nos aponta como esse processo se faz com marcas profundas em nossa sociedade, colocando-os à mercê de trabalhos de baixa remuneração, que os distanciam de seu modo de vida, que não lhes garante condições básicas de sobrevivência, uma vez que a insegurança das instalações não lhes oferece a inclusão aos atendimentos básicos (de infraestrutura, de atendimento médico-hospitalar, de garantia de atendimento e subvenção da Funai como nos aldeamentos registrados).

O documento do Ministério Público Federal apresenta ainda o reconhecimento da Itaipu da necessidade de reaver a questão, contudo tanto a União quanto a Funai, durante o processo e sua retomada nos argumentos na sentença (BRASIL, 2020) expressam como almejavam o fim da ação e retirada de punição a ambas, o que não foi aceito, mas que se naquele momento, conforme procedimento administrativo "FUNAI - Id 642", de 2009, citado na sentença de 2020 (BRASIL, 2020). Portanto, já se contabilizava em mais de 10 anos de adiamento do cumprimento judicial de solucionar e bem atender essa população, agora em 2023 o quanto somamos a todo esse percurso desde a retirada, ao início do processo, ao ganho de causa e indicação de regularização da condição dessas comunidades, não há dias a serem contados e esperados mais com a paciência do trâmite judiciário – assim, visualizamos e temos notícias das tensões com proprietário, com comerciantes locais, com uma população que desassiste e nega a esses povos o seu lugar nessa história.

Zimmermann (2023, p. 74-75), em conversa com um de seus entrevistados, apresenta como essa insegurança faz com que não só fiquem vulneráveis a retaliações e perseguições – visando que deixem as áreas ocupadas; assim como muitos deles precisam se deslocar para outras cidades e até para o Paraguai em função da falta de alimentação e renda na aldeia, pois a região que ocuparam não permite produzirem e cultivarem a terra de modo a subsidiarem alimentação e comércio do excedente. Então, muitos prestam serviços nas empresas da região, inclusive fora de Santa Helena.

Os ânimos exaltados de muitos produtores rurais da região a respeito do debate sobre o marco temporal²⁴ ou mesmo da permanência e risco latente que a ocupação indígena traz só nos leva a ver o quanto dessa historicidade, construída com tanta opressão faz com que o debate ainda continue aberto e com uma urgência imensa para ser desvelado... Afinal, em uma discussão sobre direitos e pioneiros, a pergunta permanece; direitos de quem e pioneirismo para quem e a que custos?

Diante disso, finalizo esse capítulo tentando apresentar que não só estão espremidos e expulsos, mas estão se refazendo ao viver nesse lugar; esses povos, trabalhadores e pequenos proprietários experimentaram nesse mais de meio século em Santa Helena, e muitos deles ainda continuam experimentando, tensões que atravessaram o seu modo de viver e os colocaram a avaliar e decidir como agir e tratar perdas, alternativas e novas estratégias. Portanto, olhar para a condição indígena na região Oeste diz muito sobre como certas memórias e histórias ainda estão para se inscreverem com maior vigor em nossos debates e no olhar que lançamos sobre quem vive e como vive em Santa Helena.

²⁴ Esse debate vem ocorrendo de forma bem intensa tanto no congresso como nas regiões em litígio, como em Santa Helena, onde a proposta coloca em xeque a datação do direito à terra e quando ela poderia ser considerada para propriedade indígena. Até o momento dessa defesa esse debate não se encerrou, o que nos sugere a dificuldade em estabelecermos políticas públicas de garantia de acesso à terra e de reparação a expropriações como as realizadas na ocupação do Oeste do Paraná e nas desapropriações para a construção da Itaipu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminar esse texto foi, ao mesmo tempo, vencer os limites e as possibilidades que construí ao fazer parte deste curso de Doutorado. Entender a falta de algumas palavras, ou mesmo de energia para explorar um pouco mais uma fonte diz muito dos tempos em que estamos vivendo e de como foi me confrontar com a pandemia, algo que, em particular, trouxe muitas tensões adormecidas que, talvez, estivessem, latentes no meu modo de tocar a vida até então. Por isso, termino considerando que alinharei questões e pouco avancei em algumas delas em razão desse estado das coisas. Mas, entendo que, ainda assim, o trabalho permitiu colocar em evidência um conjunto de senões sobre o viver em Santa Helena, seja no campo ou na cidade, e como essa tomada de decisão não se faz livre de pressões de muitas ordens (violentas, humilhantes, opressoras).

Com isso, quero já me justificar pela ausência de muitos materiais, previamente escalados para esse texto e que não estão aqui. Das leituras e discussões promovidas que não consegui intercalar com os outros debates que acabei por privilegiar. Assim, o que sei ao final dessas páginas é que este trabalho trouxe eixos pontuais para se destacar a presença incômoda dessas tensões no campo e que se ramificam na cidade, na aldeia e dialogam com outras regiões do país, principalmente quando esses sujeitos não conseguem estabelecer parada na área rural, ou a fazem com muitos rearranjos e instabilidade.

Ser professora na rede particular de ensino fundamental em Santa Helena foi um alento nesse processo de produção do doutorado – diante do convívio carinhoso advindo da docência. Contudo, ao mesmo tempo, essa atividade impediu minha maior dedicação à pesquisa. De toda forma, foi naquelas crianças e pré-adolescentes que encontrei a ternura para lidar novamente com a dureza das experiências de tantos Josés, Juvêncios, Luizas, Jaires e Guaranis que atravessaram minhas noites e dias durante esse doutorado.

A inclusão dos indígenas na parte final desse trabalho teve o propósito de mostrar que se para muitos o momento de tensão agora se faz nas agruras do como seguir adiante, após aquelas tensões sobre permanecer no campo ou não, para eles (e em extensão para muitos que não evidenciei aqui) essa demanda ainda continua em aberto, o direito ao acesso à terra se encontra em disputa.

A insegurança de estar na terra, traduzido enquanto dificuldades na acolhida de interesses e sonhos é algo que vivi de perto com minha família e aprendemos a nos

reposicionar. Então, tento compreender os limites que existe entre encontrar boas condições de saúde, moradia, alimentação e ânimo para que essas famílias que aguardam a legalização da sua presença no campo tenham recompensadas a dureza de seu cotidiano. Anseio para que acessem políticas públicas que lhes garantam o direito de não serem tidos como favelados do campo – seja no acampamento de trabalhadores sem terra seja nos acampamentos indígenas da região, vide matéria do governo que destaca sua benfeitoria ao entregar cesta-básica ou kit moradia, mas não diz nenhuma palavra sobre o reestabelecimento do que legalmente já evidenciaram em várias instâncias processuais – o direito dessa população à terra em litúgio (pois ao não serem legalizados, não conseguem benfeitorias na área em que vivem e nem mesmo conseguem maior dignidade de moradia para suas famílias).

Além dessa luta ganha, mas não efetivada, temos as tensões envoltas aos suicídios, abandono do convívio na aldeia, alcoolismo, baixa autoestima, adoecimentos etc. Dramas que acompanham as opressões traduzidas no convívio indígena e não indígena em nosso país.

Perante isso, acho que a problemática desta tese se renova no percurso da sua feitura, pois ao adentrar em certas memórias desse pertencer e sair do campo abrimos a reflexão para que outras memórias e histórias fossem acionadas e recolocadas frente ao modo de ver e narrar esse percurso histórico, que envolveu a reestruturação do modo de viver e produzir no campo e, ao mesmo tempo, incomodou-nos a ponto de questionar como tratamos histórica e socialmente tais tensões dessa dinâmica.

Na ânsia de ter auxiliado na construção desse olhar indagador e investigativo, espero que essa investigação instigue novas pesquisas e o interesse por tais questões, já que chegaram até aqui na leitura. Pois, essas páginas não dizem apenas de outros, noutros tempos, mas diz muito sobre nós e o que buscamos para o agora e para o amanhã.

FONTES

ENTREVISTAS

ALEX (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora, na residência de Alex, em 22/12/2014. Santa Helena-PR.

ANTÔNIO (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Antônio em 17/07/2012. Santa Helena- PR.

GENI E JAIR (Pseudônimos). Entrevista realizada pela autora, na residência do casal, em 27/01/2012. Santa Helena-PR.

JOSÉ (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de José em 04/04/2012.

LUCAS (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora na residência de Lucas em 23/08/2012. Santa Helena- PR.

LUIZA (pseudônimo). Entrevista realizada com a autora em 20/02/2012, Santa Helena-PR.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Acervo Portal Comissão Pastoral da Terra (CPT). Boletim Poeira.

LOTE Grande: Posses resistirão até a morte. Boletim Poeira. Portal Comissão Pastoral da Terra (CPT). 1979. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/> Acesso em: 15 fev. 2015.

DESPEJO no Paraná fere 6 mulheres. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 de março de 1986.

MARCELO Barth, o líder. **Jornal Nosso Tempo**. Foz do Iguaçu, 13 a 19 de maio de 1981. Ano 1, n. 22, p. 10.

DISPUTA de terras entre agricultores e MST termina em conflitos no RS. **Portal G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/vida-rural/noticia/2014/03/disputa-de-terras-entre-agricultores-e-mst-termina-em-conflito-no-rs.html> Acesso em: 25 de novembro de 2014.

AUTOS PROCESSUAIS, PROCEDIMENTOS JURÍDICOS E LEGISLAÇÃO

BRASIL. Ministério Público Federal. **Inquérito Civil** PRM/FB Nº 1.25.010.000229/2019-19, referente à Ação Civil Pública. Nº 5006284-37.2017.4.04.7002/PR. Francisco Beltrão. 07 de nov. 2019.

BRASIL. Justiça Federal. **Sentença de Ação Civil Pública**. Nº 5006284-37.2017.4.04.7002/PR. 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu. 14 de dez. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm

PARANÁ. Secretaria de Segurança Pública. Acessória jurídica, Parecer Nº 38/69. 1969. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
OUTROS ACERVOS

Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Arquivo Público do Paraná. 1969 (Problemas de terras no Sudoeste; Relatório nº 239)

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina. Relatório feito pelo Secretário de Segurança do Estado, General Mario Portes (Nº 021/69 e Nº: 525/69 de 09/09/69). 1969. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Candido Rondon.

Acervo Gernote Kirinus - Correspondências. Arquivo disponível junto ao Núcleo de Pesquisa Sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Candido Rondon.

Acompanhamento de andamento de litígios em terras indígenas. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/5580> Acesso em: 12 de set 2023.

ÍNDICES ESTATÍSTICOS

IBGE. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/santa-helena.html> Acesso em: 12 de set. 2023

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: ALMEIDA, P. R.; MACIEL, L. A.; KHOURY, Y. A. (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’Água, 2006, p. 44-60
- ALMEIDA, P. R.; CALVO, C. R.; CARDOSO, H. H. P. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 11- 25
- BORGES, M. Celma. **O desejo do roçado**. São Paulo: Annablume. 2010.
- BERNO, Martin Luís. Relações culturais dentro do contexto de modernização de Palotina. 2009. Disponível em: www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_martin_luis_berno.pdf Acesso em: 10 jan. 2021.
- BONIN, A. A. et al. A Luta Pela Terra no Paraná Recente. In: PAZ, Francisco. **Cenários de Economia e Política - Paraná**. Curitiba. Prephacio. 1991. p. 119-143.
- BOTH, Marcio Antônio da Silva. A construção do *intruso*: O processo de apropriação da terra na região serrana do Rio Grande do Sul (1889- 1925). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 2, 2008.
- CHAPARINI, Fabiana Stahl. Religião, Política e Luta pela terra: Análise da trajetória de Gernote Kirinus (1970/1990). In: **Anais... XXIX Simpósio de História- CONTRA OS PRECONCEITOS: História e Democracia**. Brasília: ANPUH, 2017.
- CRESTANI, Leandro A.; SCHALLENBERGER, Erneldo. Nas Fronteiras do Oeste do Paraná: conflitos agrários e mercados de terra (1843-1960). **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 2, n. 3, p.92-114, jul./dez. 2012.
- CRESTANI, Leandro Araújo. **Nas Fronteiras do Oeste do Paraná: conflitos agrários e mercado de terras (1843-1960)**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- COLODEL, José Augusto. **Obragens e Companhias Colonizadoras, Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960**. Santa Helena: ASSOESTE, Ed. Educativa, 1988.
- GONÇAVES, M. C. V. O agronegócio e a mecanização do trabalho no campo: entre lucro, precarização e exclusão. In: **Anais... XII Jornada Internacional de Política Públicas. 1917-2017. Um Século de Reforma e Revolução**. Maranhão: PPGPP/UFMA, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/oagronegocioeamecanizacaodotrabalhonocampoentrelucroprecarizacaooexclusao.pdf> Acesso em: 10 jan. 2021.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

KHOURY, Yara. A. Narrativas orais na investigação da História social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 80, jun. 2001.

LANDAU, E. C. et al. (ed.). **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas: sistemas agrícolas, paisagem natural e análise integrada do espaço rural**. Brasília, DF: Embrapa, 2020. V. 2.

LANGARO, Jiani Fernando. **Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia. 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo: 2007.

MOREIRA, Vagner José. Produção agropecuária: trabalho e resistência. **Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon, v. 07. n, 8, 2012.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**. Conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1996

MYSKIW, Antônio Marcos. **Colonos, Posseiros, Grileiros: Conflitos de terras no Oeste Paranaense (1961-1966)**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Niterói. 2002.

OLIVEIRA, C. **As políticas migratórias dos governos brasileiro e paraguaio – marcha para Oeste (o caso paranaense) e a marcha del este**. 124 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2013.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. SILVA, Virginia Ferreira de. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**, n. 13. Jan-Jun. 2005.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores. 2012.

PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. **Mnemosine**, Campina Grande, v. 6, n. 2, p 2-13. 2009.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, v.1, n.º 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n.º 14, p. 25-39, fevereiro de 1997.

RADAELLI, Sônia Regina. **“Coisas de alguém não comum”**: conflitos pela posse da terra em Santa Helena (1960-1980). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon. 2004.

ROLNIK, R. **Guerra de lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. **Trabalhadores em Movimento**: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR: Segunda metade do século XX e início do XXI. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SANTOS, Rosângela Daiana dos. **Movimento Justiça e Terra**: Memória, fotografia e imprensa – Nas páginas do Jornal Nosso Tempo (1980-1982). 2016. 79 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

SCHMITT, Judite Veranisa. **Os atingidos por Itaipu: história e memória**. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. 2008. 130 fl. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2008.

SCHNEIDER, Claércio I. Política versus jagunços no Oeste do Paraná: os poemas de Joaquim Alves da Silva como memória dos conflitos agrários (1960-1970). **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 413-440, 2021.

SILVA, Tatiane, K. M. **Trabalhadores e proprietários na “Terra das águas”**: conflitos, desapropriações e expectativas sobre os modos de viver em Santa Helena - PR (1960-2013). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon. 2013.

SILVA, Tatiane, K. M. **Conflitos pela terra na Gleba Ponte Queimada**: experiências de disputa por terras em narrativas (1960-1972). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon. 2016.

SILVA, Tatiane K. M.; CRUZ, U. R. X.; CAYRES, R. M. V. Gleba sete pecados: a luta de posseiros pela permanência na terra. In: **Anais... XXII Semana Acadêmica de Geografia UFU-UFTM: A pluralidade do conhecimento geográfico no âmbito das políticas públicas**, 2019.

SCHWARTZ, R. Mídia e História: registros, documentos e fontes. **Jornal Alcar**, Porto Alegre, n. 2, maio 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/jornal-alcar-no-2-maio-de-2012/Midia%20e%20Historia.pdf/at_download/file Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria ou Um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VINYES, Richad. **El Estado y la Memoria**. Argentina: RBA Libros, 2009.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. Nota prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, nº. 7, 1968.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ZAGO, Luciana Grespan. **Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: Um Estudo do Município de Marechal Candido Rondon**. (Dissertação de Mestrado). Pós-graduação em História. Universidade de Passo Fundo. 2007.

ZIMMERMANN, Nilva L. **A luta pela retomada da terra dos Avá-guarani no Oeste do Paraná: o caso do Tekoha vy'a renda**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2023.